

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64

13ª. CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
BRASÍLIA, 14 DE AGOSTO DE 2007
CENTRE - IBAMA - SL 601

Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia

Bom dia a todas e a todos. Nós estamos iniciando a 13ª Reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental, hoje, dia 14 de agosto. E a gente tem uma pauta assim extensa e importante. E eu gostaria de estar iniciando os trabalhos, na verdade, passando, na verdade, a condução dessa reunião hoje à vice-presidência na Câmara Técnica que é a OCA, porque nesse momento a gente está internamente dentro do governo discutindo a questão dos Conselheiros, porque pela estrutura do Governo do Estado, na verdade são três conselheiros. O Secretário, a Superintendência e representação governamental do estado. No caso, eu sou a representante e pelo Regimento a gente não poderia estar na frente dos trabalhos enquanto presidência. Então, possivelmente é uma coisa ainda, isso é um fato e talvez a gente possa até estar vendo junto com Beth Wagner, que é do nosso órgão ambiental e não tive oportunidade de ter esse diálogo com ela e estou com uma reunião com ela dia quatro de setembro, para também levar essa pauta junto com o Superintendente para ver se a gente ainda teria alguma coisa legal. Nesse momento, eu passo então a palavra à OCA para conduzir os trabalhos do dia de hoje.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Bem, bom dia a todos. Bom, primeiramente anunciar que existe o quorum e então podemos abrir a reunião. Agradecer a possibilidade de estar assumindo a presidência que é uma honra e um dever que devemos fazer com toda exatidão. Vamos ter primeiramente a abertura dos trabalhos pela coordenação da Câmara Técnica e em seguida leitura e aprovação dos resultados da décima segunda reunião, que é a transcrição e resultados. Já estavam disponibilizados no site e serão projetadas na tela. Quanto à transcrição, se existir alguma dúvida poderemos abrir a discussão e também em relação a resultados. Então consideramos aprovada então a transcrição. E os resultados podem ser vistos? Há necessidade de apresentação dos resultados? Teve retorno da proposta do seminário, do Tarcísio, o 5.1?

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Olha, eu conversei com o Tarcísio, ele viria para esta reunião, mas ele teve um problema de última hora e não pôde cancelar. Ele enviou para a gente a proposta do seminário que ele já tinha feito há algum tempo e essa proposta como combinado na reunião foi disponibilizada no site. Nós temos ela aqui e depois podemos colocar em tela na hora que chegar o momento da discussão. O seminário está ali. "Cleide entrará em contato com o Conselheiro resgatando sua proposta." Isso foi feito. Aí vem a discussão do plano. Estratégia de urgência. Isso também está na pauta de hoje. É sobre isso que o técnico não pode vir ou sobre o seminário? Vocês querem que leia essa parte? Já? Era bom? Eu vou ler então. "Estratégia de urgência para aplicação da compensação ambiental e Educação Ambiental conforme Lei 9985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Conforme esclarecimentos apresentados na 11ª. Reunião da Câmara Técnica pelo Representante do IBAMA, sobre a aplicação da compensação ambiental em Educação Ambiental, existe essa possibilidade de dotação orçamentária dentro do SNUC, se estiver atrelada ao plano de manejo da respectiva unidade de conservação. A Câmara Técnica poderá elaborar uma recomendação para que esta aplicação seja mais efetiva. As contribuições sobre este tema, especialmente as que se referem às experiências dos Estados deverão ser encaminhadas ao CONAMA e aos participantes da Câmara Técnica por via eletrônica para serem disponibilizadas na página e discutidas na próxima reunião. Nós não recebemos colaboração para este item.

Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará

Eu queria comunicar, eu dei uma olhada na lista de e-mails e meu e-mail está no órgão que era, eu acho que deve ter tido algum problema no recebimento desse material. O e-mail está errado e estou comunicando que o e-mail mudou nesse período que eu deixei para agora.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Proposta de criação de artigos padrão para regulamentar a Educação Ambiental como política pública nas principais Resoluções do CONAMA. Foram sugeridas e discutidas algumas estratégias para que a Câmara Técnica de Educação Ambiental acompanhe de perto o processo de elaboração das Resoluções do CONAMA, especialmente aquelas listadas no item 4.2 da 11ª. Reunião. Ruth do CONAMA alertou que de todas, a mais urgente é a de pilhas e baterias que se encontra na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. O ideal é que as contribuições sejam apresentadas nas câmaras técnicas e nos grupos de trabalho, evitando-se fazer da Plenária uma instância para discussões de questões técnicas. Maria Cristina do Governo da Bahia comprometeu-se a buscar uma integração com os presidentes das diversas Câmaras Técnicas como mais uma alternativa de atuação desta Câmara Técnica. Leonardo, do Ministério dos Esportes, propõe ação de verificação dos GTs e dos

65 documentos que estão em tramitação, quais as possibilidades de inserção de Educação Ambiental depois
66 estabelecer as prioridades. Os representantes do MEC, da OCA e do Governo do Ceará, deverão se articular e
67 elaborar uma proposta concreta de atuação da Câmara Técnica frente a este tema.

68
69 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**

70
71 Ana da OCA. Eu queria depois consultar a transcrição, porque eu entendi que o MEC e o Ministério do Meio
72 Ambiente estariam elaborando essas sugestões, não era isso? Para esse ponto, para o artigo padrão. A OCA
73 não se comprometeu em fazer, em elaborar esses artigos padrões.

74
75 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

76
77 Sim, tem vários artigos que a gente se comprometeu e somente um a gente conseguiu.

78
79 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**

80
81 Então assim, eu acho que não ficamos com o compromisso de estar elaborando, senão a gente teria feito.

82
83 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

84
85 Viviane do MEC. De fato a gente assumiu esse compromisso e só queria me explicar que nos últimos tempos a
86 gente esteve bem envolvido com o Encontro Nacional de Gestores de Educação Ambiental, com a proposta e
87 diretrizes curriculares e a equipe está pequena e a Marília aqui do Ministério do Meio Ambiente que está fazendo
88 essa interface está de licença médica. E por conta disso a gente conseguiu mexer somente em uma Resolução, e
89 continuamos abertos e temos até uma proposta de formar um grupo de trabalho para isso, para que essas
90 resoluções não fiquem somente a elaboração delas a critério do MEC e do MMA que nem são na verdade
91 conselheiros da Câmara. A gente gostaria, claro, de participar, de fazer juntos de trazer propostas, não somente
92 ficar com essa incumbência e a gente quer envolver os outros conselheiros.

93
94 **Rachel Trajber - MEC**

95
96 Rachel, do MEC. Na continuidade do que a Viviane falou, na prática isso pode funcionar se os conselheiros
97 definirem quais são as prioridades realmente, e nós nos comprometemos inclusive a participar dessas Câmaras
98 Técnicas com os nossos técnicos, só que isso precisa ser muito bem articulado entre nós, para não ficar sob a
99 nossa responsabilidade fazer uma ação que é da Câmara Técnica, e nós estamos assim muito abertos para
100 contribuir com isso.

101
102 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

103
104 A gente continua na leitura e depois a gente consulta a transcrição para ver esse trecho da participação. Se for o
105 caso, corrigir os resultados. "Proposta de recomendação para o Centro de Educação Ambiental. A proposta de
106 Resolução foi tema de discussão de reuniões anteriores. Encaminhada à Conjur, recebeu parecer favorável
107 quanto aos aspectos jurídicos. Disponibilizada na página da Câmara Técnica, voltará na próxima reunião para
108 discussão e encaminhamento".

109
110 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

111
112 Cleide, posso falar um pouquinho? Eu encaminhei uma nova versão dessa proposta. Tem o mesmo teor, só que
113 ela está escrita com um formato mais adequado para a recomendação. Você trouxe? Eu encaminhei por e-mail
114 para a Câmara Técnica.

115
116 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

117
118 Quando você fez isso?

119
120 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

121
122 Faz duas semanas. Mande dois e-mails. Se não, eu trago aqui no período da tarde.

123
124 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

125
126 A gente precisa abrir para ver se é essa que está. Eu não lembro de ter disponibilizado.

127
128 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141
142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
162
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192

Na página não estava mesmo.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Então eu não vi. Continuando. “Proposta de inserção do conteúdo de bacias hidrográficas locais na grade curricular do ensino fundamental brasileiro. A discussão desse item da pauta foi adiada para a próxima reunião para que os integrantes possam se inteirar melhor do assunto. Informes. Ana da OCA sugeriu pautar na próxima reunião a Terceira Conferência Nacional do Meio Ambiente.” Foi pautada. Encerramento. “Cristina encerrou a reunião às 13h20 agradecendo a presença de todos”. Parece então que a única dúvida que ficou é a respeito da participação da OCA na elaboração.

Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará

Por favor, Marcos. Eu também sinceramente não me lembro dessa responsabilidade, eu me lembro bem do que ela falou, que traria uma proposta e lembro também que houve uma discussão muito grande se seria um artigo padrão, se seria uma recomendação e houve várias opiniões a respeito disso. Agora, em relação a trazer hoje uma proposta, eu gostaria da correção.

Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE

E mais do que isso, eu gostaria de me colocar à disposição. Por exemplo, se eventualmente nos compromissos surgirem dificuldades, compartilhar com a gente para que a gente possa estar apoiando. Talvez eu acho que isso possa tornar mais eficiente o andamento dos trabalhos. Então, a gente se coloca à disposição para estar trocando essas informações e apoiar quando for necessário.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Bem, então nós vamos continuar agora a ordem do dia e essa questão vai ser verificada nas transcrições e vai ser colocado aqui na plenária. Então eu vou passar para a ordem do dia. O assunto 3.1, discussão do plano de trabalho da Câmara Técnica. Escopo, responsabilidades, atribuição e cronograma de atividades.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

O plano de trabalho vai ser elaborado e montado aqui. Eu acho que está aberta para discussão a elaboração desse plano de trabalho.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Então vamos dar início à essa discussão então do item 3. 1.

Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará

Só uma questão de ordem. O escopo e as responsabilidades já estão previstas dentro da criação da própria Câmara Técnica. Eu acredito que existe um instrumento de cronograma com um item que precisa ser feito. O responsável, uma data para isso e o responsável não institucional. O responsável institucional e individual para que possa haver um acompanhamento da presidência e da assessoria. Então esse instrumento, eu acho fundamental e entendo que o escopo e responsabilidades estão previstos dentro da própria criação da Câmara Técnica. É só uma questão de ordem.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Muito bem. Então aceitamos como questão de ordem. .

Viviane Vazzi Pedro - MEC

Viviane, do MEC. Eu acho que primeiro está complicado partir desse plano de trabalho agora sem revisar as discussões. Porque para proposta do seminário a gente tem que conhecer, por exemplo, a proposta do Seminário de Educação Ambiental no Setor Produtivo, para a partir dela saber o que a gente vai fazer, quando a gente vai fazer. A mesma coisa os artigos padrões, de repente a gente pode criar um grupo de trabalho que possa tanto fazer uma articulação entre essa Câmara Técnica e as demais Câmaras Técnicas do CONAMA, contactando a presidência e tal para recomendar a inserção da Educação Ambiental nas atividades quanto para discutir de fato a minuta dessa proposta. Então, eu sugiro que a gente comece a levantar o que é que pode ser feito, quem vai fazer, quais são os grupos para depois chegar a um plano de trabalho.



193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
216
217
218
219
220
221
222
223
224
225
226
227
228
229
230
231
232
233
234
235
236
237
238
239
240
241
242
243
244
245
246
247
248
249
250
251
252
253
254
255
256

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Então tem a sugestão de inversão de pauta, poderia ser?

Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará

Mas eu continuo com a minha questão de ordem que era muito simples. Esse cronograma tem que estar como um cronograma mesmo, o que é que tem que ser feito, quem é o responsável, quando ele pode fazer isso, e se vai criar o grupo de trabalho ou se não, se vai fazer individual e precisar de um auxílio e até pegar a opinião que a Ana deu, se houver alguma impossibilidade que ele entre em contato com outros representantes. A minha questão de ordem é operacional, no sentido da gente organizar esse cronograma e ter uma forma de monitorar e acompanhar isso. Então, eu sou a favor da inversão, lógico, a gente tem que compreender cada ponto desse, mas volto novamente com minha questão de ordem relação à organização e ao monitoramento desse trabalho.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Eu acho que é consenso então que nós façamos uma inversão de pauta, e a partir da discussão pormenorizada de cada item nós já vamos ter idéia da itemização, parece que... eu acho que é padrão de um plano de trabalho, o conteúdo e divisão de responsabilidade de cada membro, produtos, prazos, cronogramas e etc.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Então vamos seguir. Item 3.2. Discussão sobre a proposta de Seminário "Educação Ambiental no Setor Produtivo, Empresários e Trabalhadores ". Então essa é a questão em pauta. A proposta é da ANAMMA, né? E nós não temos aqui o representante da ANAMMA para qualquer consideração.

Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará

Sim, mas qual é o nome do representante?

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Tarcísio.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Eu pergunto se os membros da Câmara Técnica leram a proposta do seminário ou se vai ser preciso ler aqui para que todos tomem conhecimento. Ler, discutir.

Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE

Eu não sei se a Câmara Técnica seria o espaço mais adequado para estar recebendo essas propostas de desenvolvimento de seminários. Eu não sei se esse encaminhamento é o mais adequado, porque a gente não tem condições de estar recebendo propostas de eventos e nem a nossa atribuição é estar avaliando eventos. Eu não sei como os Conselheiros encaram essa primeira experiência, porque vai criar a jurisprudência para outros encaminhamentos, e eu não sei se nós temos a possibilidade de estar avaliando isso aqui agora para implementar. A gente estaria recomendando? Qual é a finalidade prática da gente estar apoiando uma iniciativa tão pontual.

Rachel Trajber - MEC

Ana, eu também pensava assim. Mas tem alguns argumentos que agora eu vejo como válidos para a gente acolher uma proposta dessas como Câmara Técnica, contanto que o CONAMA tenha um envolvimento nesse sentido, a Secretaria Executiva do CONAMA tenha um envolvimento forte nisso. Em primeiro lugar o proponente é a ANAMMA, e ele era vice-presidente na gestão passada da Câmara Técnica, e ele que trouxe essa proposta. Em segundo lugar, o CONAMA tem feito alguns seminários que tornam a ação do CONAMA muito mais visível, e eu acho que politicamente para a Câmara Técnica de Educação Ambiental isso pode dar muita força, para a Câmara Técnica, visibilização da Câmara Técnica em caráter até dentro do CONAMA. Em terceiro lugar nós fizemos uma proposta e que vai entrar aqui no nosso planejamento nesse plano de nós trabalharmos Educação Ambiental formal, Educação Ambiental não formal, e aí entra uma regulamentação e uma sistematização daquilo que as empresas têm feito. Esse Setor Empresarial trabalha muito com Educação Ambiental, mas não na interface das políticas de Educação Ambiental e muito menos na relação com a Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA. Então, eu acho uma grande oportunidade da gente inserir essa dimensão nas próprias



257 discussões das empresas que são completamente desvinculadas tanto na Política Nacional de Educação
258 Ambiental, e aí já faço uma proposta de que o título mesmo seja “A Educação Ambiental das Empresas na
259 interface com a Política Nacional de Educação Ambiental” ou com as políticas de educação ambiental nacional e
260 nos seus estados, porque as comissões interinstitucionais de Educação Ambiental nos estados, da qual vocês até
261 fazem parte em Goiás, existem essas políticas e elas são by passadas pelo Setor Empresarial normalmente.
262 Então a gente aproveitar essa proposta para tornar visível a Câmara Técnica, o CONAMA, as políticas formais de
263 Educação Ambiental para esse Setor Empresarial eu acho muito pertinente. Eu também pensava isso, é uma
264 coisa pontual, de um grupo e tal, mas não, nós podemos, se está no âmbito do CONAMA e no âmbito da Câmara
265 Técnica, a gente pode aproveitar para fazer desse limão uma limonada, e uma excelente limonada.
266

267 **Keilah Diniz - Ministério da Cultura**

268 Keilah, do Ministério da Cultura. Bom, já que a gente começou a inverter a pauta eu acho que a gente vai ter que
269 inverter um pouco alguns raciocínios. Eu acho que é bastante pertinente, claro, é uma proposta de discussão que
270 precisa ser colocada nesses termos, a discussão de Educação Ambiental nas empresas, com as empresas, isso
271 tudo é pertinente. Mas eu acho que a questão que foi levantada que talvez caberia a gente discutir aqui, porque aí
272 voltaria na proposta que foi adiada para depois, que é o próprio plano de trabalho da Educação Ambiental, que é
273 ter essa clareza do nosso papel aqui e nossas atribuições. Então, a discussão é pertinente, o seminário é
274 pertinente. Agora, de que forma a Câmara Técnica encaminharia isso junto ao CONAMA? Porque, eu acho que a
275 primeira coisa que precisa ficar clara é quem vai assumir a responsabilidade de realização do seminário. A quem
276 caberia essa responsabilidade. É a Câmara Técnica? É o CONAMA, é o proponente do seminário? Então, eu
277 acho que a gente poderia talvez nos entender como Câmara Técnica a partir de um fato concreto como esse de
278 uma proposta com seminário. .
279

280
281 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

282 Tita do Governo do estado da Bahia. Eu concordo totalmente com Rachel, eu acho que é uma grande
283 oportunidade da gente poder verificar em que situação se encontra a questão da Educação Ambiental ligada às
284 empresas, que geralmente vem através dos seus condicionantes. No estado da Bahia nós temos 1636 empresas
285 que fazem Educação Ambiental. Então assim, nós montamos um Grupo de Trabalho de Educação Ambiental no
286 licenciamento para poder dar conta do que o órgão Ambiental vem acontecendo nesses últimos anos, e a gente
287 está adotando três critérios que eu acho que poderia esse seminário acolher no sentido de no primeiro momento
288 identificar quais são os projetos de Educação Ambiental que já aconteceram e poder fazer uma avaliação de
289 indicadores, com objetivo de avaliar qualidade desses projetos. No segundo momento, identificar quais que estão
290 em andamento, quais são os projetos que estão acontecendo agora nesse momento, e quais são os projetos que
291 vão ser renovadas as licenças e o que é que eles estão fazendo. Então assim, eu acho que esse seminário
292 poderia ser um seminário assim para discutir essas questões. Como é que estão os Estados em relação à
293 questão da Educação Ambiental nas empresas? E a gente sabe que quando as empresas vão para campo o
294 primeiro foco que elas procuram são as escolas, e que a gente sabe que quando as empresas vão para campo o
295 primeiro foco que elas procuram são as escolas, e que a gente sabe que quando as empresas vão para campo o
296 primeiro foco que elas procuram são as escolas, e que a gente sabe que quando as empresas vão para campo o
297 primeiro foco que elas procuram são as escolas, e que a gente sabe que quando as empresas vão para campo o
298 primeiro foco que elas procuram são as escolas, e que a gente sabe que quando as empresas vão para campo o
299 primeiro foco que elas procuram são as escolas, e que a gente sabe que quando as empresas vão para campo o
300 primeiro foco que elas procuram são as escolas, e que a gente sabe que quando as empresas vão para campo o
301 primeiro foco que elas procuram são as escolas, e que a gente sabe que quando as empresas vão para campo o
302 primeiro foco que elas procuram são as escolas, e que a gente sabe que quando as empresas vão para campo o
303 primeiro foco que elas procuram são as escolas, e que a gente sabe que quando as empresas vão para campo o
304 primeiro foco que elas procuram são as escolas, e que a gente sabe que quando as empresas vão para campo o
305 primeiro foco que elas procuram são as escolas, e que a gente sabe que quando as empresas vão para campo o

306 **Elisa Romano Dezolt - CNC/CNI**

307 Elisa Romano da CNI. Eu queria só perguntar. Desculpa, eu não entendi direito, como é esse trabalho que vocês
308 estão fazendo na Bahia com licenciamento e Educação Ambiental?
309

310
311 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

312 Nós fizemos um levantamento, assim que esse Governo assumiu do que tem de Educação Ambiental nas
313 empresas, e nós identificamos 1636 projetos condicionantes de Educação Ambiental acontecendo, que já
314 aconteceram e estão acontecendo ainda. A gente está adotando o critério de levantar ainda Educação Ambiental
315 que já aconteceu, a Educação Ambiental que está acontecendo e as que vão vir a acontecer através das licenças
316 ambientais.
317

318
319 **Elisa Romano Dezolt - CNC/CNI**

320

321 Só porque são projetos de Educação Ambiental através de condicionantes das licenças ambientais. Eu queria
322 aproveitar aqui a minha fala, eu cheguei um pouco atrasada, vocês tinham acabado de começar a discutir. Só
323 para eu entender aqui, Rachel. Esse seminário é aquela proposta que veio da indústria e vocês estão chamando
324 de proponente a CNI.
325

326 **Rachel Trajber - MEC**
327

328 Acho que o proponente é a ANAMMA.
329

330 **Elisa Romano Dezolt - CNC/CNI**
331

332 Tá, eu não sabia. No ano passado a gente chegou a discutir, a CNI estava com uma idéia de fazer um Fórum
333 Empresarial de Educação Ambiental e alguma coisa nesse sentido para juntar o que as empresas fazem e porque
334 a gente sabe que as empresas fazem muitas coisas mesmo, só que cada uma muito direcionada para o seu
335 público. Então é para entender e tentar integrar dentro de um contexto maior. A gente continua com essa idéia, a
336 gente está amadurecendo isso internamente e vendo como a gente vai operacionalizar isso. Não essa está
337 formalmente na nossa agenda, mas estamos trabalhando para inserir isso lá dentro. Então, nesse momento,
338 nesse ano, não deve acontecer o fórum ainda, mas eu queria só deixar aqui Rachel na verdade até para todos os
339 convidados, mas para a gente tentar conversar um pouco. Em outubro, no final de outubro acontece em São
340 Paulo a Feira Industrial do Meio Ambiente que é a FEMAI e dentro dessa feira tem o seminário. Então a gente
341 poderia também ver, e essa feira na verdade, na parte da tarde eu vou até trazer algum panfleto, mas assim as
342 indústrias vão lá e colocam práticas relacionadas a meio ambiente que elas têm e a gente pode ver de repente a
343 possibilidade do MEC estar levando uma palestra nesse seminário que vai ser voltada justamente às empresas.
344 Então a gente pode ver também uma maneira de fazer essa primeira interface aí, uma aproximação ainda esse
345 ano através desse seminário que reúne de fato muitas empresas, empresas que estão ligadas à Educação
346 Ambiental e outras que não. A gente pode começar a tentar pensar em algum material e alguma coisa assim para
347 poder fazer essa primeira aproximação e ajuda até a gente a montar esse fórum lá dentro da CNI. E eu vou ver
348 com a ANAMMA também, a gente está também começando uma interlocução com essa nova presidência, de ver
349 também se a gente faz uma coisa em conjunto, e como é que a gente pode trabalhar esse seminário particular.
350

351 **Rachel Trajber - MEC**
352

353 Só uma questão de ordem talvez. A Keilah e também a Elisa elas apontaram para uma direção que eu gostaria de
354 ouvir a Cleide sobre como é que se dá a participação do CONAMA na organização desses seminários. Porque eu
355 acho que é ótimo, extremamente pertinente, mas até que ponto a gente vai como Câmara Técnica e até que ponto
356 é um outro setor que viabiliza.
357

358 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**
359

360 A idéia é que a gente trabalhe com uma comissão. Nesta comissão nós temos que ter alguns representantes. A
361 CNI já se candidatou como representante desta comissão. A Enery do Governo de Goiás também mostrou
362 bastante interesse em estar nessa comissão. O CONAMA vai estar com certeza também nessa comissão e as
363 articulações são feitas primeiro de uma forma informal, com uma sondagem da participação, levando até em
364 consideração um boneco da programação, discutindo com os segmentos se é isso que está interessando ao
365 segmento apresentar, se isso interessa a cada segmento participante, as escolas poderão participar também.
366 Escolas eu não digo, mas a Secretaria de Educação, o MEC com certeza. E aí nós elegíamos aqui já uma
367 comissão e essa comissão já começaria a trabalhar. Poderíamos ver se nós temos condição de aceitar essas
368 justificativas, se é isso mesmo que nós estamos propondo, se nós acrescentamos, por exemplo, outras sugestões
369 como foi feita agora pela Cristina. Então nós temos que já começar a delinear nossa atividade. Parceria, eu acho
370 que é fundamental e a comissão é o articulador dessas parcerias. Eu vislumbro assim. A parte financeira é uma
371 das coisas mais importantes para se começar a definir. Quem ofereceria o local, quem ofereceria lanche, baners,
372 os convites e nós começamos a articular, trabalhar nessa direção. Começamos, não. Nós temos que deslançar
373 se a gente quiser esse seminário em novembro. É a primeira questão. A data, vai ser em novembro ou ficaria
374 para outro ano? Eu acho que é uma decisão agora desta Câmara, avaliando todo o potencial, todo o volume de
375 trabalho que nós vamos ter pela frente e a disposição de cada um de trabalhar. Se todos estiverem super
376 ocupados, agenda carregada, simplesmente nós não podemos nem pensar num seminário. Então, a agenda
377 nossa tem que ter um espaço grande para esse tipo de atividade, senão não podemos trabalhar nela.
378

379 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**
380

381 Eu estou numa dúvida. Eu estou em dúvida porque a gente tem a Resolução 327 que criou a Câmara Técnica de
382 Educação Ambiental e instituiu a finalidade. Então assim, a gente tem no inciso primeiro: - "Propor indicadores de
383 desempenho de avaliação de ações de Educação Ambiental decorrentes das políticas e programas de projetos de
384 Governo. Propor diretrizes para elaboração e implementação das políticas de programas estaduais de Educação



385 Ambiental. Terceiro, assessorar as demais Câmaras Técnicas no que tange à Educação Ambiental. Quarto,
386 propor ações de Educação Ambiental nas políticas de conservação da biodiversidade de zoneamento ambiental,
387 de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de gerenciamento de resíduos,
388 gerenciamento costeiro, gestão de recursos hídricos, ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável
389 de recursos ambientais, ecoturismo e melhoria da qualidade ambiental". Eu não sei como é que a gente vai
390 encaixar uma comissão de eventos. Isso seria uma comissão de eventos? Como é que a gente enquadra isso?
391

392 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**
393

394 Tita do Governo da Bahia. Olha só, eu acho que no primeiro item já diz. O seminário na verdade é um
395 instrumento onde possamos estar avaliando nossas práticas em relação à Educação Ambiental nas empresas. Eu
396 acho que propor ação, aqui é uma ação, não é um evento. Eu acho que a gente não pode tratar isso como um
397 evento, porque eu acho que esse é um seminário de estudo, um seminário de reflexão, é nessa linha e o que você
398 foi lendo aí, eu achei que está tranquilo. Lê aí o primeiro item.
399

400 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**
401

402 Propor indicadores de desempenho e de avaliação das ações de educação ambiental decorrente das políticas de
403 programas e projetos de governo .
404

405 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**
406

407 Então esse seminário por exemplo seria já um link com a política pública.
408

409 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**
410

411 Vou ler de novo. Propor indicadores de desempenho e de avaliação das ações de Educação Ambiental
412 decorrente das políticas, programas e projetos de governo.
413

414 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**
415

416 Viviane do MEC. A gente poderia aqui começar a discutir sobre os objetivos desse seminário, e entre eles, a
417 gente discutiu na reunião passada que não seria fazer um evento, seria fazer um grande inventário das ações de
418 Educação Ambiental que está acontecendo no Setor Empresarial para a partir dessas ações a gente primeiro fazer
419 uma diagnóstico e avaliação, e pensar conjuntamente inclusive com o Setor Empresarial em critérios para esse
420 tipo de Educação Ambiental, sempre lincando com o processo de licenciamento, isso que a Tita está falando. Que
421 a Educação Ambiental feita pelo Setor Empresarial, a maior parte das vezes ou muitas vezes está ligada ao
422 cumprimento das compensações ambientais decorrentes do processo de licenciamento. Então primeiro que a
423 gente tem uma interface na questão do licenciamento e depois a gente tem essa interface com a avaliação do
424 desempenho e também a partir daí começar a pensar em políticas públicas relacionadas a esse tipo de Educação
425 Ambiental, e aí nesse sentido a gente pode pensar aqui conjuntamente. Mas eu vejo como um dos objetivos a
426 gente dispor mesmo, seja por Resolução, seja por recomendação, como é que deve ser feito o gerenciamento da
427 Educação Ambiental pela Secretaria de Meio Ambiente quando no caso a Educação Ambiental proposta pelo
428 Setor Empresarial é no setor escolar. É Secretaria de Meio Ambiente realmente quem deve cuidar disso ou não?
429 Aí a gente pode encaminhar isso ao Conselho Nacional de Educação. Porque o Conselho Nacional de Educação
430 possa normatizar essa questão de Educação Ambiental feita nas escolas por terceiros, seja Setor Empresarial,
431 seja ONG, seja Secretaria de Meio Ambiente e não de Educação. Então isso se reflete em política pública e se
432 reflete também em política pública na medida em que você começa a qualificar a Educação Ambiental que é feita
433 e que envolve as diversas outras políticas como biodiversidade. Aquele outro item da Resolução. As políticas
434 ambientais, Educação Ambiental feita nas diversas políticas. Propor ações de Educação Ambiental nas políticas
435 de conservação de biodiversidade. A gente começa a qualificar essas diversas ações. Não pode ser um
436 seminário por seminário, não pode ser isso, mas a gente tem como objetivo, colher tendências e diretrizes,
437 indicadores, para daí começar a trabalhar e fazer isso participativamente, esse é o maior objetivo, fazer junto
438 envolvendo o Setor Empresarial e fazendo um inventário das ações que tem muitas coisas boas também sendo
439 feitas sem desconsiderar.
440

441 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**
442

443 Propor diretrizes não tem nada a ver com a empresa. Eu não sei assim como é que vocês vão justificar. Porque
444 se vocês abrem, imagina, se uma empresa começa a ter o aval de uma Câmara Técnica de Educação Ambiental
445 para as práticas desempenhadas por ela, eu não sei como vocês vão começar a ver isso. .
446

447 **Keilah Diniz - Ministério da Cultura**
448

449 Eu queria colocar uma questão que talvez seja um pouquinho antes. Que é o seguinte. Eu imagino que essa
450 proposta desse seminário, nós somos uma Câmara Técnica do CONAMA. Então é uma proposta de seminário
451 que será encaminhada ao CONAMA e, no caso, eu imagino que deva ser votada a realização ou não. Então a
452 responsabilidade do encaminhamento da realização, inclusive para formação dessa comissão não é exclusiva da
453 Câmara Técnica, mas do CONAMA. Então entraria no contexto geral do CONAMA e não somente da Câmara
454 Técnica. Então, a proposta que a Câmara Técnica encaminhe ao CONAMA. É isso? Ou a própria Câmara
455 Técnica já vai decidir e encaminhar por si mesma? .

456
457 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**
458

459 Essa proposta desse seminário é CONAMA e Câmara Técnica. Nós não separamos. Essa Câmara Técnica do
460 CONAMA. Aqui é uma Câmara do CONAMA. Nós vamos ter parceria com outros setores de governo ou do setor
461 privado. Qual é a interface de uma Resolução do CONAMA com o empresariado? Eu quero lembrar que o
462 licenciamento ambiental prevê medidas compensatórias para os empreendimentos licenciados. Então como
463 compensação ambiental as empresas são obrigadas a investir tanto em unidades de conservação como em outros
464 programas de Educação Ambiental ou de conscientização da população ou de recuperação de áreas degradadas.
465 Este é o momento, na minha opinião em que o setor privado se articula com o setor governamental, e do jeito que
466 as coisas estão acontecendo, as empresas utilizam ou de forma adequada ou inadequada, sem que haja uma
467 espinha dorsal para isso. A idéia é que deste seminário nós possamos trazer recomendações ou até uma
468 Resolução, normatizando essa questão. Eu imagino este produto do seminário.

469
470 **Ana Paula Soares Xavier - CTEM/CNRH**
471

472 Sou Ana Paula, sou relatora da Câmara Técnica de Educação e Capacitação e Mobilização Social e Informação
473 em Recursos Hídricos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. CTEM. Eu gostaria, inicialmente, de relembrar
474 que acho que a maioria das pessoas aqui da Câmara são novatos, porque a Câmara foi renovada recentemente.
475 A CTEM Já fez uma reunião conjunta com a CTEA em 2006 no V Congresso Ibero-Americano de Educação
476 Ambiental em Joinville e um dos resultados foi a realização desse seminário conjunto, inclusive com o Comitê
477 Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. E então vale lembrar que a gente poderia
478 talvez estar pensando conjuntamente porque dentro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem setor
479 usuários e deles, a indústria, mineração, vários estão contemplados no setor de usuários. Só isso.

480
481 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**
482

483 Eu acho que a gente poderia como sugestão de encaminhamento já formar uma comissão para pode estar
484 dialogando com as pessoas que poderiam estar tocando isso. Porque eu acho que o grande momento agora é
485 fazer a ligação da Educação Ambiental nas empresas, porque elas montam a empresa por quê? Por causa dos
486 condicionantes. Os condicionantes saem dos governos, dos órgãos ambientais e então tem uma ligação. Não
487 são planos de governo, mas são estratégias que lidam diretamente com Governo e Estado. Estado e Governo. E
488 acho que a gente poderia montar realmente uma comissão para poder puxar, porque eu acho que um momento
489 muito importante seria realmente um momento de avaliação no país das questões ambientais empresariais ligadas
490 à política de Educação Ambiental.

491
492 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**
493

494 Isso é uma política de aproximação com o setor que não está dentro da lei prevista e que eu acredito que vai
495 trazer muitos resultados para a gente e isso não quer dizer que a gente se envolva diretamente com a parte
496 vamos dizer assim material para evento que a gente se aproxime institucionalmente ao CONAMA. E dessa parte é
497 importantíssimo que faz e muitas vezes a gente não tem nem noção de como inventário e como acompanhar isso
498 no mais efetivo.

499
500 **Keilah Diniz - Ministério da Cultura**
501

502 Um esclarecimento rápido aqui. Só para me acalmar aqui. Essa proposta vai ser decidida dentro da Câmara
503 Técnica, não há necessidade de ser encaminhada ao CONAMA, à plenária. Isso que eu queria saber.

504
505 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**
506

507 O CONAMA vai receber encaminhamento.

508
509 **Keilah Diniz - Ministério da Cultura**
510

511 Mas vai avaliar, vai discutir, aprovar, ou é uma decisão da Câmara Técnica?
512

513 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

514

515 A Câmara Técnica decide, faz a proposta e essa proposta é levada à secretaria do CONAMA e a secretaria do
516 CONAMA encaminha à Secretaria Executiva do CONAMA que é a Secretaria do Meio Ambiente. O Capobianco
517 daria a última palavra. Não vai para a plenária.

518

519 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

520

521 Desculpe, não tem plenária então nessa questão? Não chega no plenário?

522

523 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

524

525 Não.

526

527 **Elisa Romano Dezolt - CNC/CNI**

528

529 Eu queria só fazer um comentário rápido. Tita, você está colocando que na Bahia sai muito, não sei se em outros
530 estados também que a questão de Educação Ambiental é meio que cumprida como condicionante no
531 licenciamento. O licenciamento vai muito além, as condicionantes vão muito além. Mas eu acho, e eu já trabalhei
532 em empresas, falo isso com um pouco mais de propriedade assim que não necessariamente por conta as
533 empresas fazem Educação Ambiental e programas, tem programas muito bons que às vezes vão além da
534 Educação Ambiental, mas não necessariamente vinculados a um condicionante. Eu acho que talvez seja até
535 interessante se a gente tentar assim não vincular uma Educação Ambiental à condicionante porque veio como
536 obrigação, mas tentar virar uma prática nas empresas e tem projetos assim muito bonitos e grandes que eu acho
537 que vários estados podem ter depoimentos e obviamente as empresas, e que não estão vinculadas ao
538 licenciamento. Eu acho que às vezes é até mais interessante para as empresas que não esteja do que a que
539 esteja, primeiro porque o licenciamento ambiental os condicionantes são outras e tem que ter um cunho para
540 mitigar aí os efeitos do empreendimento. Na verdade as condicionantes do licenciamento ambiental deveriam
541 estar focadas em outras coisas e depois para não vincular à Educação Ambiental como mais uma obrigação, mas
542 tentar mostrar de sensibilizar e assim talvez apoiar também o que já é feito pelas empresas por iniciativa própria.
543 Esses projetos tentarem resgatar um pouco disso que seja da iniciativa que não só aqueles projetos que estão
544 sendo desenvolvidos porque existe um condicionante. Acho que talvez por esse lado assim, talvez num outro
545 nível. Eu não sei, aí tem que pensar, porque vocês estão envolvidos nisso muito mais do que eu diretamente
546 nesse assunto, mas eu penso que só o licenciamento tem que estar daí para prever outras coisas. Mas mais do
547 que isso, eu acho que as empresas têm essa consciência e talvez elas não tenham isso, daí o nosso interesse
548 como Confederação Nacional da Indústria, e sabendo que o SESI já faz muita participação em outras entidades
549 vinculadas a CNI, mas de fazer esse fórum empresarial que é de poder mostrar o que já existe e poder captar
550 boas práticas para passar para outras empresas e não vincular isso a outros processos que já são inerentes aí à
551 implantação do empreendimento.

552

553 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

554

555 Bem, olha só, eu sinto que a gente poderia estar trazendo todos os olhares e a gente conhece muitas empresas
556 que trabalham na sua responsabilidade ambiental, mas a gente não pode negar nenhuma das duas realidades.
557 Acabei falando só de uma, mas conheço e reconheço a prática dessas duas empresas que tem esses trabalhos
558 não só através de condicionantes, mas acho que nesse momento é um momento importante para a gente também
559 aproveitar e fazer uma super avaliação desses processos, da seriedade que isso precisa ser levada à cabo, não
560 só pelos condicionantes, mas enfim dentro da Política Nacional que é um momento da gente estar junto nas duas
561 coisas.

562

563 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

564

565 Então vamos encaminhar? Encaminhamento da comissão então.

566

567 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

568

569 Eu recomendo já os dois setores participantes. O Governo e no caso a ANAMMA tanto o Tarcísio como a Energy,
570 o Tarcísio do Espírito Santo e Energy de Goiania e o setor também o CNC como membros e o próprio CONAMA
571 participando dessa comissão. Seriam três .

572

573 **Elisa Romano Dezolt - CNC/CNI**

574

575 Mas a gente está trabalhando em conjunto, o setor produtivo estamos em contato.

576

577 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

578

579 O MEC? Poderia? Eu gostaria que o MEC participasse. Estou dando a sugestão. Estou sugerindo que o MEC
580 participe também dessa comissão.

581

582 **Rachel Trajber - MEC**

583

584 Sim, e eu gostaria de falar. Eu, durante as falas aqui, fui juntando as idéias e eu tenho a seguinte proposta.
585 Claro, o MEC aceita participar dessa comissão e acho que a gente precisaria propor como Câmara Técnica uma
586 comissão *ad hoc* para organização desse seminário e que teria a Secretaria Executiva do CONAMA participando
587 diretamente. A CNI e CNC. O Setor Governamental, o MEC e MMA na área de Educação Ambiental direto. E a
588 sociedade civil também com a representação do CONAMA da sociedade civil que trabalha diretamente com essa
589 área de Educação Ambiental, eu acho que é a OCA. E outros que quiserem participar dessa comissão *ad hoc*,
590 mas sem essas entidades, ficaria muito difícil. A outra coisa é analisar a possibilidade de fazer isso que o
591 CONAMA tem feito que é a vincular esse debate a uma reunião ordinária ou extraordinária do CONAMA, e a
592 minha idéia aqui nesses debates todos é criar quatro mesas, basicamente, que é como o CONAMA tem proposto
593 trabalhar as temáticas nessa forma de seminário é criar quatro mesas em dois dias. Uma mesa que trabalhasse
594 com essas questões de condicionante, de mitigação, de licenciamento e de normas da ISO e que essas normas
595 da ISO, por exemplo, criam essa instâncias mais "espontâneas". Elisa, eu não sou contra trabalhar com as
596 formas espontâneas que eu considero de cidadania ou de, sei lá, marketing muitas vezes das empresas que
597 trabalham com isso. Mas eu acho que a gente não pode ignorar e especialmente como CONAMA, e que a gente
598 tem que trabalhar numa linguagem muito diferente dessa do seminário, do qual o MEC aceita participar, não teria
599 problema nenhum, é questão da gente só ver a agenda, mas como CONAMA a gente precisa pensar exatamente
600 nesses licenciamentos, legislação, formas de recursos, por exemplo, para a Educação Ambiental que a gente
601 acabou de ver aqui priorização dessas ações pela Lei do SNUC. Então, uma mesa de licenciamento e
602 normatização. Uma mesa sobre as políticas nacionais e estaduais de Educação Ambiental e Recursos Hídricos e
603 também nos recursos hídricos em que essa mesa seria formada pelo Órgão Gestor da Política Nacional, e pela
604 área de saneamento, por exemplo. Então são todas as políticas que tratam da Educação Ambiental, nacionais ou
605 estaduais. Uma mesa de indicadores de resultados e qualidade dessa Educação Ambiental. E uma mesa que
606 traria já consolidado um levantamento. Nós fizemos um trabalho bastante interessante com escolas, que nós
607 observamos que pelo senso do INEP, 96% das escolas no país, pelo censo do INEP de 2001 até 2004, em 2001
608 era 60% das escolas que diziam que faziam Educação Ambiental, e em 2004, 96% das escolas afirmavam fazer
609 Educação Ambiental. E aí nós criamos um projeto que é o que fazem as escolas que dizem que fazem Educação
610 Ambiental. Porque é a mesma coisa com empresas. O que fazem as empresas que dizem que fazem Educação
611 Ambiental? Então uma mesa que já traga essa sistematização. Mais ou menos experiências. Não é uma
612 empresa vir e contar a experiência que ela faz. Mas de alguma forma eu acho que CNI e CNC tem esse
613 levantamento do que fazem as empresas que dizem que fazem Educação Ambiental, para a gente poder ter esse
614 mapeamento. E aí a gente faz um levantamento das pessoas que já têm trabalho nessas áreas e que podem
615 trazer nesses quatro âmbitos. Podem ser outros, mas é só daqui dessa conversa, e eu nem olhei mais a proposta
616 lá para baixo que eu já vi há meses atrás, mas eu me esqueci. Você não gostaria de passar? E a gente pensa no
617 produto. Então, é a comissão *ad hoc*, as mesas e o vínculo com a reunião ordinária e extraordinária do CONAMA
618 e o produto que tem que sair desse evento que não é evento, mas são mesas de discussão mesmo no bojo do
619 CONAMA, e o produto pode ser essa recomendação que nós estamos fazendo, o aprimoramento dessa
620 recomendação à luz desse setor.

621

622 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

623

624 Rachel, um pouquinho mais esse vincular o debate à uma reunião extraordinária do CONAMA. Explica um
625 pouquinho mais. A gente levar isso para uma plenária depois como resultado? Uma nota, um informe na reunião
626 do CONAMA, é isso?

627

628 **Rachel Trajber - MEC**

629

630 É trabalhar essa Resolução, essa recomendação que nós estamos trabalhando aqui e isso entra também para o
631 plano de trabalho em que as coisas precisam estar coordenadas e esse seminário pode ser muito dentro dessa
632 recomendação que trabalha com educação formal, educação não formal e comunicação ambiental, e eu acho que
633 tem que ter uma parte final nessa recomendação que são os indicadores. E com isso a gente consegue trabalhar
634 com esse seminário no diálogo com essa recomendação que nós estamos fazendo. E eu observei que aquela
635 mesa de mudanças climáticas, por exemplo, e uma outra de biodiversidade que aconteceu em Campos do Jordão
636 e tem uma outra que aconteceu aqui em Brasília que o Nilo tem feito de forma muito inteligente essa forma
637 orgânica desses seminários acontecerem junto com a presença dos conselheiros, e aí isso encaminha muito, vai
638 encaminhar essa nossa Resolução de uma forma fantástica.

639

640 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**

641
642
643
644
645
646
647
648
649
650
651
652
653
654
655
656
657
658
659
660
661
662
663
664
665
666
667
668
669
670
671
672
673
674
675
676
677
678
679
680
681
682
683
684
685
686
687
688
689
690
691
692
693
694
695
696
697
698
699
700
701
702
703
704

Então não seria uma extraordinária, seria uma ordinária. Conciliar.

Rachel Trajber - MEC

É, mas isso porque o Nilo vai participar certamente dessa comissão *ad hoc*. Desculpe a ANAMMA também.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Eu citei a ANAMMA porque ela não estava aqui, o CONAMA porque estou representando o CONAMA e citei a CNC porque ela já tinha se oferecido, mas está aberto, e gostaria que todos que quisessem participar se apresentassem para a gente já fechar essa comissão. Só me adiantei indicando alguém, com nenhuma autoridade para isso, mas só para trazer aqui a participação de quem estava ausente e incorporando já a dela, mas Cultura, por exemplo, se gostaria de participar dessa comissão ou outro grupo, quem quiser seria muito bem vindo, porque nós vamos ter que articular com vários setores. Nós vamos ter que arrumar verba para isso.

Fátima de Lourdes Paladino Franca - MPS

Sou do Ministério da Previdência-Social, cheguei pela primeira vez aqui e gostaria de fazer parte sim dessa Câmara Técnica da comissão também, sou da Coordenação de Relações Públicas do Ministério da Previdência-Social na qual desenvolvemos um fórum esse ano extremamente interessante, achei pertinente a sua colocação, enquanto discussão de mesas, porque de março para cá as discussões foram extensas, vastas onde se ouviu assim vários segmentos da sociedade civil e administração pública também, e foi um alto crescimento técnico para que a Secretaria de Previdência-Social na qual desenvolve legislação previdenciária, pode fazer um trabalho muito interessante. Então eu achei muito bom da sua colocação com relação a isso e acho que realmente a colocação dos conselheiros juntos, vai dar o link para que a gente possa desenvolver o seminário assim. E na colocação da Ana também, eu vejo enquanto pertinência dessa Câmara Técnica quanto à avaliação do processo. Agora, a colocação da sociedade civil no caso, comércio e indústria quanto à Educação Ambiental levando as suas experiências, mas também buscando outras recomendações que eu acredito que o CONAMA e a participação das ações de meio ambiente possam levar as informações também.

Ana Paula Soares Xavier - CTEM/CNRH

Ana Paula, CTEM/CNRH. Como eu falei anteriormente, poderia estar levando isso para a Câmara e a gente vai ter uma reunião dia 16, desse interesse de estar participando mas não poderia dar uma resposta nesse momento.

Keilah Diniz - Ministério da Cultura

Keilah do Ministério da Cultura. Bom, eu dei uma olhada muito rápida na proposta do seminário e parece que mudou um pouquinho aqui, mudou bastante a intenção de tudo. A partir da proposta da Rachel. Eu não sei se seria isso mesmo. Eu tinha entendido que era um seminário um pouco mais restrito, um pouco mais direcionado mesmo para as empresas, os profissionais e experiências e inclusive aqui dentro dos objetivos tem a questão das práticas, discussão sobre as práticas, isso envolve conhecimento dessas práticas, incentivo à projetos com base nas recomendações e intercâmbio entrelaçamento de profissionais e empresas. Quer dizer, é uma coisa muito mais focada, vamos dizer assim, mais restrita em termos e parece que a proposta da Rachel é um pouco mais ampla, mais abrangente, que eu acho assim muito bom, muito interessante porque dentro abre uma possibilidade de se discutir de fato a Educação Ambiental num contexto mais amplo, mais nacional, não deixando de lado as práticas, o que já vem acontecendo que eu acho que isso é importante saber que ninguém está começando do zero, mas que já existe todo um trabalho a partir do próprio CONAMA mesmo, a partir daquilo que já vem sendo divulgado como importante assim junto às empresas e tudo que já resultaram em práticas já que acontece, só que então eu acho que amplia um bocado aí dentro e eu acho que é bom. Bom, quanto à participação do Ministério da Cultura. Eu acho que é possível também, eu estou aqui representando o titular que participou da última reunião, não pode vir que é do IPHAN, mas o Ministério da Cultura tem todo o interesse de estar participando da questão da Educação Ambiental, incluindo inclusive a discussão sobre cultura, que também não está fora de nada disso. Se a gente puder assim objetivar um pouco mais essa discussão da cultura, do que é isso, do que é essa questão cultural, assim junto com a Educação Ambiental, isso aí é fantástico. E eu quero aproveitar aqui, eu não posso deixar passar isso aqui, de uma leitura rápida que fiz na justificativa tem lá no quarto parágrafo que fala o seguinte. "Pensar em implementar um sistema de gestão ambiental exige mudança de atitudes, de cultura, de práticas e de visão." Mudança de cultura, não. Mudança de atitudes, de práticas, que isso já inclui a cultura. Mas mudança de cultura, aí é uma questão de identidade, envolvem outros contextos. Uma colaboração aqui nossa.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Nos vamos atachar.



705
706
707
708
709
710
711
712
713
714
715
716
717
718
719
720
721
722
723
724
725
726
727
728
729
730
731
732
733
734
735
736
737
738
739
740
741
742
743
744
745
746
747
748
749
750
751
752
753
754
755
756
757
758
759
760
761
762
763
764
765
766
767
768

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Bom, nem todos os indicados estão presentes e não poderíamos então consolidar a comissão.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Eles não estão presentes mas manifestaram interesse em participar e inclusive indicaram também alguns locais alternativos. Um seria Vitória, e outro seria Santo André em São Paulo porque é perto do Setor Empresarial. Goiânia também se ofereceu como sede para isso, e a própria Tita também falou em Santo André na Bahia que é um local bastante aprazível para se fazer esse seminário. Eu acho que a comissão agora tem que se reunir, trocar idéias e trazer uma proposta, já ir articulando e conversando com os presidentes e trazer já na próxima reunião que seria setembro já as atividades bastante alinhavadas nos seus setores. Nós vamos rever a programação, se é isto mesmo, colocar as sugestões da Rachel. Eu tenho uma preocupação de ampliar demais esse seminário, e a gente perder o foco. Não esquecer que nós estamos num seminário com o Setor Empresarial, foi esta a idéia que surgiu desde a décima reunião desta Câmara e depois indicadores, é uma coisa bastante complicada para a gente tratar com o Setor Empresarial. É mais em nível de Governo. A Rachel infelizmente não está aí e estou falando da proposta dela, mas é essa a idéia. Eu repito depois. É rapidinho. Obrigada.

Eder Leonardo Borborema - Ministério dos Esportes

Eder do Ministério dos Esportes. Obrigado, bom dia a todos. Só uma dúvida: - a comissão, ela vai rever a redação, né? Tá, é isso. Obrigado.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Não é só a redação. Nós estamos recebendo contribuições e nós vamos trazer uma proposta, vamos disponibilizar. Peço que todos consultem, mandem suas contribuições, eu disponibilizo o que chegar. Não consegui disponibilizar a sua, mas eu tenho conseguido disponibilizar todas que chegam. Às vezes eu não leio meu e-mail, não estou nem no Ministério, mas mandem com antecedência que serão disponibilizados.

Keilah Diniz - Ministério da Cultura

Não existe uma proposta de data?

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Olha, a proposta que surgiu foi novembro.

Keilah Diniz - Ministério da Cultura

É este ano?

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Este ano. Eu coloco isso também em discussão. Nós vamos ter fôlego para isso? Eu gostaria que tivesse porque ano que vem eu nem sei se vou estar aqui. Sou contratada, serviço temporário e provavelmente renove meu contrato, mas não tenho certeza. Então eu não estaria aqui e nem Ruth. Então começar um trabalho tudo de novo, nós vamos ter dentro do CONAMA um desfalque de técnicos se não contratarmos. Parece que seremos recontratados. Mas não é por isso que nós vamos fazer. É se nós vamos ter fôlego para fazer isto.

Ana Paula Soares Xavier - CTEM/CNRH

Ana Paula. Eu só queria assim auxiliar. Eu acho que a Rachel colocou bem as quatro mesas que ela sugeriu e na mesa número 1 que seria licenciamento e normatização que ela comentou eu até repassei na semana passada para a Cleide, a coordenadora da CETEA um termo de referência de Educação Ambiental não formal elaborado pelo Estado de Minas Gerais. Eu acho importante que se for fazer essa mesa que chame os Estados que já estão mais avançados, não só as empresas, mas os Estados que estão elaborando esse termo de referência, a Cleide já recebeu e pode repassar para o grupo para ajudar. O termo de referência de licenciamento do Estado de Minas Gerais. Chama termo de referência para Educação Ambiental não formal, no processo de licenciamento ambiental do Estado de Minas Gerais. Foi recentemente aprovado.

Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará



769 Marcos do Governo do Estado. Eu gostaria, por favor, de ter acesso a esse termo de referência, se fosse
770 possível.

771
772 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

773
774 Será disponibilizado, constou agora o pedido e nós vamos disponibilizar como produto desta reunião.

775
776 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**

777
778 Muito obrigado.

779
780 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

781
782 Tita da Bahia. Você está sugerindo, Ana, que isso entre na pauta nas mesas também?

783
784 **Ana Paula Soares Xavier - CTEM/CNRH**

785
786 Na primeira mesa os estados serem convidados para estarem falando dos seus sistemas.

787
788 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

789
790 Perfeito. Inclusive nós estamos também montando o termo de referência da Educação Ambiental e licenciamento
791 do estado, e na mesma linha aí de Minas Gerais. Inclusive, Minas Gerais contribuiu muito com a gente e estamos
792 já fazendo esse processo a partir da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental. Estamos discutindo uma
793 Câmara Técnica dentro da CIEA para tratar de Educação Ambiental e licenciamento. Já está rolando.

794
795 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

796
797 Nós podemos disponibilizar também. Eu peço que mandem de novo para mim, porque nós tivemos uma pane no
798 sistema semana passada e muita coisa se perdeu. Então vocês mandem e a gente renova tudo e faz um pacote
799 para disponibilizar. Eu vou aproveitar aqui esse momento para a gente ler o que foi decidido, falado na reunião
800 passada. Nós estávamos então discutindo quais seriam as estratégias e tem a fala do Marcos, do Governo do
801 Ceará. “Eu não sei se vou falar uma coisa óbvia demais, mas para mim essa recomendação ela é sintética, ela é
802 objetiva”. Aqui nós estávamos discutindo a possibilidade de se fazer uma recomendação. “Até porque esse é um
803 posicionamento muito mais político do que técnico. Ele não deve se ater a questões miúdas ou específicas. Ela é
804 uma recomendação muito mais política no sentido do CONAMA em todas as suas Resoluções ter como
805 pressuposto Educação Ambiental. Ela tem que ter esse escopo muito simples, direto e objetivo.” Aí nós tivemos
806 várias outras manifestações da OCA, a Ana Von Behr falando. “E se tomar isso como uma ação prioritária,
807 recomendação simples, o que pode ser definido e após o seu contato você já vai ter um indicativo da
808 acessibilidade e etc”. Aí a Maria Cristina fala da consulta que será feita e etc. Maria Cristina: - “Eu acho que a
809 gente não poderia partir dessa premissa que é uma... eu acho que a gente poderia mesmo sugerir enquanto
810 Câmara Técnica para todas as outras (isso é o fecho) que estão na política, eu acho que quem está entrando,
811 possivelmente já está em consonância porque a gente já traz como uma contribuição efetiva mesmo sem pedir, eu
812 acho que a gente faz parte do processo de construção. Eu vou fazer então um contato e a gente assume um
813 contato com todos os presidentes novos das Câmaras Técnicas, e em cima daí eu gostaria de ver quem poderia
814 estar fazendo a minuta dessa Resolução para todos, para a gente poder discutir e encaminhar e ao mesmo tempo
815 identificar as Câmaras Técnicas que tem Educação Ambiental em cada câmara, e acho que no momento que eu
816 fizer o contato eu já posso pedir essas informações. Então eu acho que a gente teria esse contato, solicitar as
817 informações dessa interface, se já está acontecendo, se já contempla para a gente otimizar o caso e essa
818 recomendação que eu acho que tinha que fazer uma minuta, essa recomendação para todos, e depois no próximo
819 momento ver como é que seria a recomendação específica também já de uma operacionalização específica. O
820 MEC, MMA e o Órgão Gestor e OCA Brasil também, não é isso? Então pronto.”

821
822 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

823
824 Essa fala aí foi em cima...?

825
826 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

827
828 Da proposta de atuação. É uma proposta de recomendação.

829
830 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**

831
832 Mas lá estava o artigo base, lá em cima.

833
834
835
836
837
838
839
840
841
842
843
844
845
846
847
848
849
850
851
852
853
854
855
856
857
858
859
860
861
862
863
864
865
866
867
868
869
870
871
872
873
874
875
876
877
878
879
880
881
882
883
884
885
886
887
888
889
890
891
892
893
894
895

Viviane Vazzi Pedro - MEC

Porque no final ficou aquela coisa de que é complicado fazer artigo padrão, porque cada Resolução tem público diversificado e por isso a gente faria uma recomendação do que é importante.

Cleidemar Batista Valério – CONAMA/MMA

Vamos mudar então ao invés de artigo base, recomendação?

Viviane Vazzi Pedro - MEC

Isso, acabar com esse nome para não ter confusão.

Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE

Cleide, eu não queria finalizar não. Tem mais coisas adiante. Desculpa, mas a gente tem mais texto adiante. Eu gostaria que não fizesse isso agora para eu ler mais com calma na hora do almoço, porque aí vem: - “Então vamos ficar com esse encaminhamento da gente fazer o contato com os novos membros da Câmara Técnica e a gente minutar o MEC e aí soltar o MEC e o Ceará. Soltar isso no nosso grupo de discussão. Essa minuta de recomendação para todos, essa inserção para todo mundo”. A partir daí a gente vê qual é o próximo passo. Eu acho que a gente tem que ler mais calmamente essa transcrição.

Cleidemar Batista Valério – CONAMA/MMA

Mas é pertinente, você acha? Porque a gente decidiu agora o que vai fazer.

Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará

Essa discussão está vencida porque não foi feita e então nós temos que decidir a questão de fundo. Eu até estava brincando com a pessoa da CNI que eu estava muito inspirado quando dei essa opinião em relação à recomendação. Porque realmente é isso aí. Tem que ser objetivo, claro e geral. Não dá para você caindo em questões menores ou muito específicas. Então já que está se decidindo isso, vamos encaminhar. Já que não foi feito.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Já está incluso aqui o assunto. Bom, havendo consenso aqui nesse encaminhamento a gente pode estabelecer a criação dessa comissão. Então vamos criar a comissão?

Cleidemar Batista Valério – CONAMA/MMA

Só um pouquinho, você não estava Rachel, e eu levantei a preocupação da gente deixar muito amplo o objetivo do seminário, o tema do seminário e a gente não conseguir vencer a pauta. Uma delas são os indicadores, se a gente vai conseguir nesse seminário trabalhar com os indicadores. Eu imagino, estou imaginando o indicador como algo bastante complexo aqui, e se não valia a pena a gente pensar no seminário numa reunião um pouco menor. Depois do seminário, para a gente fechar indicador. É uma sugestão.

Rachel Trajber - MEC

É que eu estou vendo esse seminário não como um fechamento dessas questões, mas como uma apresentação e uma abertura para o diálogo e para o debate, mas de questões que são fundamentais e eu acho que a Keilah pegou assim a essência quando ela disse que realmente é um seminário mais profundo, mas que essa é a função do CONAMA na verdade. E a função da CNI, da CNC é apresentar as propostas e tal nos seminários que eles fazem e está mais aparecido com aquele que foi proposto aqui. E essa questão de indicadores seria trazer alguém que falasse sobre. O IPEA tem uma pessoa, o Maurício Blanco que está na minha cabeça até que trabalhou conosco esse projeto do que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental e que poderia, ele andou pensando bastante sobre indicadores de Educação Ambiental que são muito complexos e nós temos também uma proposta do MEC. É assim, aberto para o debate, mas para trazer já essa questão. Não para fechar.

Keilah Diniz - Ministério da Cultura



896 Keilah do Ministério da Cultura. Dentro dessa proposta mais ampla eu acho que não podemos perder de vista o
897 contexto político que estamos vivendo. E acho que pelo o que tenho percebido e das discussões internas dentro
898 do Ministério da Cultura, a questão do PAC que vai começar a se abrir mesmo, vai levantar muita discussão em
899 relação à questão Ambiental e de Cultura também, e eu acho que um seminário que vá colocar de uma forma
900 mais ampla a questão da Educação Ambiental, não só, é claro que é importante a questão das empresas que já
901 existem e que já estão em funcionamento, mas colocar também essa discussão da Educação Ambiental, e aí eu
902 acrescento também a questão da cultura aqui dentro do próprio governo.

903
904 **Rachel Trajber - MEC**

905
906 Acho que na comissão *ad hoc* vai ser interessante pensar nesse tema.

907
908 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

909
910 Então poderíamos marcar a reunião e logo após constituir essa comissão com os membros que foram indicados
911 que é CONAMA, MEC e MMA, CNC, CNI, ANAMMA, OCA, Previdência-Social e o Ministério da Cultura.

912
913 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**

914
915 Por favor, não há nenhuma representação dos estados. Eu acho importante ter alguém do estado. Bahia ou
916 Ceará poder participar.

917
918 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

919
920 Então quem participa?

921
922 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**

923
924 Bahia participa também.

925
926 **Rachel Trajber - MEC**

927
928 E o Tarcísio ?

929
930 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

931
932 Eu não sei. Ele sugeriu Santo André, São Paulo.

933
934 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

935
936 Santo André, Goiás, onde mais?

937
938 **Elisa Romano Dezolt - CNC/CNI**

939
940 Eu acho que a gente pode ver dentro da própria comissão, às vezes você está trabalhando e reestruturando
941 alguma coisa, a questão do tempo também. Às vezes é mais interessante fazer num local do que em outro, pelo
942 momento, a data escolhida.

943
944 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

945
946 Nessa proposição que a gente vai fazer vai ser possível a gente detectar melhor local.

947
948 **Keilah Diniz - Ministério da Cultura**

949
950 Tudo bem, mas também acho que podemos ter uma visão um pouco mais regional. Sair um pouco dessa
951 centralização de São Paulo, Rio, Minas Gerais. Quem sabe Goiás, né?

952
953 **Elisa Romano Dezolt - CNC/CNI**

954
955 É, mas que você tenha aí um representante de estado e você tem uma ANAMMA também que às vezes consegue
956 saber ali, a própria indústria também tentando identificar o público que a gente quer que seja atingido que pode
957 ser mais interessante. Às vezes São Paulo tem esse lado interessante que tem o pólo, mas às vezes lá também
958 já está tão mais internacionalizada essa questão de Educação Ambiental que de repente vale a pena levar para
959 um lugar onde a mensagem possa se passar de outra forma.

960

961

Keilah Diniz - Ministério da Cultura

962

963

Na verdade se for pensar assim, São Paulo tem tudo então nunca vai sair de São Paulo.

964

965

Elisa Romano Dezolt - CNC/CNI

966

967

968

969

970

Penso o contrário, justamente por ter tudo, justamente levar para um lugar que não tenha a oportunidade que tem igualmente o pólo como é o caso da Bahia mesmo. E tem empresas, tem um pouco de tudo e então acho que é a questão de sentar e ver. Acho que ver a comissão isso é mais importante. A gente faz as reuniões das comissões em lugares variados e vai experimentando onde vai ser o seminário.

971

972

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

973

974

E como vai ser o consenso do local?

975

976

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

977

978

A comissão vai ver.

979

980

Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE

981

982

Acho que o importante é a data da reunião da comissão nesse momento.

983

984

Rachel Trajber - MEC

985

986

Eu acho que o CONAMA tem que fazer esse convite já com a data.

987

988

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

989

990

991

992

Mas a gente tem que ter uma previsão. Eu acho que no dia posterior, que é hoje. Porque nós estamos, setembro nós vamos reunir para discutir é tarde demais e já inviabiliza esse ano. No final da tarde de hoje, vocês poderiam se reunir mais uma hora, uma hora e pouco depois da reunião.

993

994

Elisa Romano Dezolt - CNC/CNI

995

996

997

Na verdade hoje eu não sei se vou conseguir vir à tarde e eu gostaria de levar um pouco mais disso para a indústria, porque apesar de ser da CNI estou representando a CNC e então preciso de um tempo para a gente estruturar um pouco isso lá dentro.

998

999

1000

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

1001

1002

Se a gente estabelecesse como tarefa consultar as bases, ver local, trocar idéias e vir aqui para a reunião já com isso alinhavado. Para a próxima reunião então a gente fecha.

1003

1004

1005

Elisa Romano Dezolt - CNC/CNI

1006

1007

Quando que é a próxima reunião?

1008

1009

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

1010

1011

Nós vamos marcar.

1012

1013

Rachel Trajber - MEC

1014

1015

1016

1017

Será que seria possível agora a secretaria do CONAMA fazer uma carta para essas instituições apresentando o que a Câmara Técnica fez pedindo para que esses segmentos indiquem a pessoa que viria para uma reunião que a gente agenda agora em agosto.

1018

1019

Elisa Romano Dezolt - CNC/CNI

1020

1021

Eu acho isso interessante, se até apoio a nossa representação aqui enquanto membros da Câmara Técnica, porque às vezes no meu caso, eu vou dizer talvez eu acompanhe isso mas não necessariamente, tenho que

1022

1023 conversar inclusive com o pessoal da CNC, às vezes tem outras pessoas que identificam dentro de suas
1024 instituições um apoio maior, seja pela experiência, enfim...

1025

1026 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1027

1028 A próxima reunião seria quando?

1029

1030 **Rachel Trajber - MEC**

1031

1032 Daqui a quinze dias para a gente não perder muito. No final de agosto? Para dar tempo de fazer esse convite,
1033 essa consulta nas instituições e eles indicarem.

1034

1035 **Elisa Romano Dezolt - CNC/CNI**

1036

1037 Dia 31 de agosto é uma sexta. Às vezes mais no início de setembro.

1038

1039 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**

1040

1041 E de 25 de agosto, porque a gente está de 23 a 24. 25.

1042

1043 **Rachel Trajber - MEC**

1044

1045 E dia 27 de agosto?

1046

1047 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**

1048

1049 E 22? 22 seria uma quarta-feira. 22 de agosto.

1050

1051 **Rachel Trajber - MEC**

1052

1053 Eu não posso, eu poderia dia 21.

1054

1055 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1056

1057 Eu acho que fecha, não vai dar para fisicamente estar aqui. Agosto eu não posso mais.

1058

1059 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1060

1061 A comissão está grande e nós dificilmente teríamos uma data condizente com todos. Nós precisamos trocar e-
1062 mails, telefonemas, vocês me mandam propostas, sugiro trocar as justificativas assim.

1063

1064 **Rachel Trajber - MEC**

1065

1066 Vamos deixar agendado então no dia 27 ou no dia 30 mesmo. No dia 27 eu só posso à tarde. No dia 28, porque
1067 acabaram de tirar um evento de quatro dias. Então eu fiquei com tudo liberado. 28, terça-feira. Mas seria muito
1068 bom o Nilo participar dessa. Só da primeira reunião para traçar grandes linhas.

1069

1070 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1071

1072 Certo. Nessa reunião nós já iríamos discutir, fechar a proposta do seminário, tudo. Local, vamos fechar tudo.
1073 Participantes, dinheiro, quem paga, tudo.

1074

1075 **Rachel Trajber - MEC**

1076

1077 E o Tarcísio. O Nilo e Tarcísio são fundamentais. Horário.

1078

1079 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1080

1081 Uma possibilidade de data seria o que?

1082

1083 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1084

1085 Aí vai ser discutido. Começo de novembro, né?

1086

1087 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1088

1089 Seria um local aqui?

1090

1091 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1092

1093 No convite a gente coloca. Foi criada uma comissão, convidamos para participar, indique o representante e participe da reunião no dia 28 de agosto. Vai ser esse o convite.

1094

1095 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**

1096

1097 O CONAMA tem condições de pagar passagem para pessoas de fora ou não?

1098

1099 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1100

1101 Só para membro da sociedade civil, das ONGs.

1102

1103 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

1104

1105 Então fica resolvido o encaminhamento e a data. 28 de agosto. O local no CENTRE e convite.

1106

1107 **Elisa Romano Dezolt - CNC/CNI**

1108

1109 Cleide. Eu vou ter que me ausentar, eu estou com uma agenda cheia hoje e vou tentar voltar na parte da tarde, mas de qualquer forma pelo o que eu vi na lista de presença o titular que receberia esse convite ele até na verdade é um diretor da CNC, eu vou te pedir para que envie para o meu e-mail pelo menos para internalizar isso na CNI também e fazer um acompanhamento. Só para a gente saber quando chegou a carta e em que termos vieram porque às vezes fica parada numa instância muito superior e nem chega até quem realmente vai participar, está bom?

1110

1111 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1112

1113 Você pôs aí seu endereço?

1114

1115 **Elisa Romano Dezolt - CNC/CNI**

1116

1117 Vou te dar meu cartão, mas de qualquer forma tem na lista. Eu estou como titular, a pessoa é do SESC que fica até em Cuiabá que está como suplente e então aquelas informações tanto titular como suplente estão equivocadas, já foi feito esse pedido de alteração junto à Secretaria Executiva do CONAMA, mas estamos tendo também esse mesmo problema em outras Câmaras Técnicas, não sei porque. Não são duas instituições. Vai ser CNC ou CNI que é titular. Isso aí está claro no regimento, isso é uma discussão que não cabe nessa Câmara Técnica, mas a gente conversou bastante antes de fazer essas indicações e na verdade são aprovadas inclusive na plenária do CONAMA, então é uma coisa bem clara. Mas eu a gente não está em duplicidade, a gente está na verdade é uma vaga e a CNC não está vindo, como eles poderiam ter escolhido qualquer outra pessoa que eles achassem conveniente que representasse o setor produtivo, nesse caso em particular, eu acho até que a gente está somando esforços porque a gente está colocando não só a indústria como o comércio e o transporte.

1118

1119 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**

1120

1121 Eu acho que a gente também poderia fazer isso com as ONGs, só seria acrescentar. .

1122

1123 **Elisa Romano Dezolt - CNC/CNI**

1124

1125 Mas na hora de votar é um voto só.

1126

1127 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**

1128

1129 É pela contribuição que eu acho que é ótimo isso.

1130

1131 **Elisa Romano Dezolt - CNC/CNI**

1132

1133 É porque em outras Câmaras Técnicas está sendo um pouco problemático e estou até feliz de poder participar, porque a gente tem o pessoal do Sesc que faz um trabalho grande, eles têm interesse e se mostraram bastante interessados, por isso que eu queria internalizar um pouco isso.

1134

1135

1136

1137

1138

1139

1140



1151
1152
1153
1154
1155
1156
1157
1158
1159
1160
1161
1162
1163
1164
1165
1166
1167
1168
1169
1170
1171
1172
1173
1174
1175
1176
1177
1178
1179
1180
1181
1182
1183
1184
1185
1186
1187
1188
1189
1190
1191
1192
1193
1194
1195
1196
1197
1198
1199
1200
1201
1202
1203
1204
1205
1206
1207
1208
1209
1210
1211
1212
1213

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Bom, então encerrado encaminhamento, local e datas então podemos passar então para a discussão do ponto 3.4, proposta de criação de artigo padrão para regulamentar a Educação Ambiental como política pública nas principais Resoluções do CONAMA. Bem, parece que houve uma reunião entre o MEC e Governo do Ceará em relação a isso.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Era para fazer, mas não foi feito. Vão retomar.

Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará

Só uma questão de ordem. Mas o que me parece fundamental nessa questão é que não seria um artigo padrão, seria uma recomendação com esse caráter mais objetivo, e, portanto, mais geral e que conseguisse contemplar o que a gente quer.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Então essa alteração já foi feita, né?

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Vai ser feita inclusive na ata e já na pauta a gente põe o termo correto.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

O termo correto será?

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Recomendação.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Recomendação no item 3. 4.

Keilah Diniz - Ministério da Cultura

Só uma correção. Tem 3. 3 ali.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

É verdade. Então vamos jogar tudo para cima, porque o cinco seria quatro, o cinco no seis, sete no oito.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Eu gostaria de saber quais são as pessoas que ficaram encarregadas de elaborar a recomendação. Quais os setores?

Viviane Vazzi Pedro - MEC

Eu não vou falar pelo Ministério do Meio Ambiente, eu não vou me comprometer por eles.

Rachel Trajber - MEC

É um órgão gestor da Política Nacional que vai participar. É um órgão gestor.

Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia

E a gente ficou de a partir dessa recomendação, da gente fazer a interlocução com todas as câmaras. Eu acho que na hora que essas recomendações estiverem OK a gente faz a articulação. Eu me comprometi de estar

1214 fazendo a articulação com outras câmaras e a gente vai passo a passo na medida que as coisas forem
1215 aparecendo a gente vai tomando os caminhos.

1216
1217 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**

1218
1219 Uma questão de ordem, por favor. Essa recomendação obviamente ela vai para o pleno do CONAMA. Se vai
1220 para o pleno do CONAMA então passa a ser uma decisão do órgão maior. Então, todas as Câmaras Técnicas
1221 tem que seguir essa recomendação. É esse o fluxo? Sim? Então, eu quero fazer uma questão de ordem em
1222 cima disso. Com o pedido de fluxo do ponto de vista legal e institucional essa articulação, e aí eu lembro bem
1223 dessa discussão, a própria Viviane fez essa colocação, ela listou aqui uma série de Câmaras Técnicas e dentro
1224 dessas Câmaras Técnicas a impossibilidade. Porque veja só, todos nós temos uma série de coisas para
1225 acompanhar nos Estados, vocês aqui e tal. Então ela viu dentro dessas Câmaras Técnicas quais seriam as
1226 Câmaras Técnicas que seriam mais próximas. Então o trabalho aí aprovada a Resolução do CONAMA, seria mais
1227 de uma sensibilização, de uma representação, de uma ida, não a todas as Câmaras Técnicas, mas ficou até, eu
1228 lembro disso, porque é uma questão de ordem, de fazer um levantamento de quais seriam, de todas as Câmaras
1229 Técnicas, as Câmaras Técnicas que estariam mais próximas, e essas sim a presidência tentaria um contato direto
1230 com o Presidente da Câmara Técnica, e aí sim seria um trabalho mais de articulação, aprovada a Resolução do
1231 CONAMA que nós vamos indicar aqui.

1232
1233 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1234
1235 Cleide do CONAMA. A idéia não é entregar para as Câmaras Técnicas um produto pronto, fechado. Mas sim
1236 construir junto com as Câmaras Técnicas até num trabalho de sensibilização que nós já estamos trabalhando
1237 nisso, os técnicos do CONAMA já estão muito bem entrosados com o pessoal da Câmara Técnica, com o pessoal
1238 do MEC que já esteve em reuniões. Nós queremos construir junto com as Câmaras Técnicas. Evidente que nós
1239 temos que ter uma minuta que é esta que vocês vão elaborar. Com essa minuta a gente vai olha é isso que nós
1240 estamos propondo, isso atende. Então é construir juntos.

1241
1242 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**

1243
1244 Aí depois é que se submete ao Pleno. OK, porque a pergunta inicial foi essa. Nós vamos fazer a minuta e vamos
1245 levar ao CONAMA? Sim.

1246
1247 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1248
1249 Sim, continuo dizendo sim. Mas para fazer a minuta no processo.

1250
1251 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**

1252
1253 No processo de discussão junto às Câmaras Técnicas para que leve uma coisa mais consensuada. É isso. Está
1254 bom.

1255
1256 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1257
1258 Faço à pergunta. Quem vai ficar encarregado de fazer isso? De trabalhar nessa recomendação.

1259
1260 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

1261
1262 O órgão gestor. .

1263
1264 **Eder Leonardo Boreborema - Ministério dos Esportes**

1265
1266 Eu acho que fui contemplado. Não é uma comissão da Câmara, né? Certo. Só aqui algumas recomendações
1267 também. Que não seja assim uma cartilha, no sentido de que deve ser feito isso e isso, mas no sentido de
1268 recomendações conceituais de quem está na Câmara Técnica de Educação Ambiental, e naturalmente está
1269 vivenciando de uma forma privilegiada o sentido dessas recomendações conceituais. Fui contemplado. Obrigado.
1270 Desculpa, mas só uma questão de ordem. Na ata, na transcrição *ipsis verbis* da ata está lá Eder Leonardo como
1271 Ministério do Esporte e Turismo. Desde 2002 Esporte e Turismo se separaram. Só essa questão. Eu acho muito
1272 importante, eu não quero ser responsabilizado além das minhas atribuições. Obrigado.

1273
1274 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**

1275
1276 Eu quero só reforçar uma fala que eu já fiz na 12ª reunião, porque nós realmente na Educação Ambiental somos
1277 muito prolixos, temos uma necessidade de muitas vezes verbalizar e epistemologizar tudo, acho que nem existe

1278 essa palavra, mas tornar as coisas assim muito radicais, no sentido de buscar as raízes e não é o caráter dessa
1279 Resolução. Como eu imagino, não sei se tenho razão, até porque vai todo para uma discussão. Ela tem um
1280 caráter geral no sentido conceitual, mas objetivo no tocante ao seu objeto, e nós temos que usar aí de uma
1281 arquitetura que torne compreensiva e ao mesmo tempo objetivo sem necessidade de um calhamaço ou várias
1282 folhas para tratar de uma coisa desse tipo, na minha opinião.

1283
1284 **Keilah Diniz - Ministério da Cultura**

1285
1286 É, eu gostaria também de falar um pouquinho. Bom, a idéia desse artigo padrão ainda colocando nesses termos
1287 da forma que está colocada ali, como política pública nas principais Resoluções do CONAMA. Então como é que
1288 nós vamos colocar em termos de recomendação, só para a coisa ficar mais formal mesmo. Como é que uma
1289 recomendação estará cumprindo essa função de um artigo padrão nas Resoluções do CONAMA? Porque é muito
1290 importante que se tenha realmente esses artigos que apareçam sempre, que a gente não precisa ficar debatendo
1291 a forma, não precisa ficar debatendo termos dentro das propostas de Resoluções do CONAMA e até de
1292 recomendações do CONAMA. Então a gente vai ter que entender isso, porque se a gente pensar que realmente
1293 um artigo padrão que trate de Educação Ambiental, que ele vai ser incorporado na maioria das Resoluções do
1294 CONAMA, na maioria das recomendações, é uma coisa. Agora, a gente pensar numa recomendação que vai
1295 estar lá aprovada, vamos dizer, dentro do CONAMA, mas que toda vez que surgir alguma questão em proposta
1296 em Resoluções a gente vai ter que estar lá alertando para a recomendação que foi aprovada.

1297
1298 **Rachel Trajber - MEC**

1299
1300 Olha, aqui é Rachel do MEC. Eu concordo com você, é impossível. Mesmo porque na nossa experiência que a
1301 gente já teve agora com a proteção contra maus tratos e animais silvestres e espécies exóticas também que a
1302 gente já participou, existe uma necessidade de algumas diretrizes padrão, mas a gente tem que adaptar quando a
1303 gente vai nessas Câmaras Técnicas, quando a gente trabalha com os técnicos do CONAMA que trabalham
1304 nessas Câmaras Técnicas, a gente tem que adaptar. É claro. É impossível que a gente consiga colocar o mesmo
1305 parágrafo, vira tique nervoso. É impossível. Então o que a gente tem que fazer é construir essa diretriz que é
1306 uma espécie de uma padronização na substantivação mesmo da Educação Ambiental nessas Resoluções, para
1307 ela não se tornar só uma frase vazia que é letra morta. Então, tem uma certa densidade que a gente precisa dar
1308 nessa recomendação mais ampla e que eu concordo que tem que ser curta. E acho que a Cleide é a primeira a
1309 dizer isso, tem que ser curta, objetiva e clara. Mas a gente tem que escrever assim, proposta de criação de
1310 artigos padrão para regulamentar a Educação Ambiental como política pública adequada às principais Resoluções
1311 do CONAMA ou com priorização nessas Resoluções do CONAMA. Com adequações priorizando as principais
1312 resoluções do CONAMA.

1313
1314 **Keilah Diniz - Ministério da Cultura**

1315
1316 Talvez não sejam principais resoluções, mas resoluções que tenham pertinência.

1317
1318 **Rachel Trajber - MEC**

1319
1320 Claro, teve aquela de pneus e a de lama de esgoto. A gente não conseguia colocar direito a Educação Ambiental,
1321 e a gente fez um exercício assim que os públicos diretamente ligados ao uso e produção de lama de esgoto,
1322 precisam sim passar por formação em gestão e Educação Ambiental, e aí vai estar regulamentado que tipo de
1323 Educação Ambiental é essa na recomendação que a gente está fazendo. Eu acho que é a única possibilidade.

1324
1325 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1326
1327 Eu acho que artigos padrão já é consenso que não será. Será recomendação. E o pulo do gato vai ser na hora
1328 que escrever a recomendação. Aí nós vamos trazer para discutir aqui e ver em cima de uma coisa concreta se
1329 nós temos condição, se vai atingir o objetivo para que as Câmaras Técnicas do CONAMA também incorporem a
1330 Educação Ambiental nas suas resoluções.

1331
1332 **Rachel Trajber - MEC**

1333
1334 Subsídios para as Câmaras Técnicas. Eu concordo com você. O ideal seria que tivesse aquele tique nervoso,
1335 mas é impossível.

1336
1337 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

1338
1339 E a questão de principais? Substituir principais por uma palavra mais objetiva? Fica muito claro o que é principal,
1340 tudo é importante. Então eu acho que caberia aí substituir por outra palavra que fosse mais focal.

1341

1342 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**
1343
1344 Proposta de criação de recomendação, esse é o instrumento que vai ser usado.
1345

1346 **Rachel Trajber - MEC**

1347
1348 Uma recomendação contendo diretrizes para regulamentar a Educação Ambiental como política pública nas
1349 Resoluções do CONAMA. E cabe à Câmara Técnica priorizar as pertinentes, como diz a Keilah. Então, cabe à
1350 Câmara Técnica priorizar a pertinência dessas Resoluções. Identificar a pertinência, adequação e priorização. A
1351 forma de inserção?
1352

1353 **Keilah Diniz - Ministério da Cultura**

1354
1355 É, o formato da recomendação ali dentro.
1356

1357 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

1358
1359 Cleide, você quer falar a redação como ficou ao final aí?
1360

1361 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1362
1363 Proposta de criação de recomendação contendo diretrizes para regulamentar a Educação Ambiental em política
1364 pública nas Resoluções do CONAMA pertinentes. Caberá às Câmaras Técnicas definir a pertinência, adequação
1365 e o formato dos artigos a serem elaborados.
1366

1367 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

1368
1369 Então é consenso?
1370

1371 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**

1372
1373 O órgão gestor quando começar a desenvolver a Resolução vai perceber os limites da recomendação, desculpa,
1374 todas as diretrizes dessa Educação Ambiental e aí ela pode estar dando o título mais adequado e aí submete de
1375 qualquer forma vai ter que submeter à Câmara de Educação bial para aprovação. Eu acho que a gente não
1376 precisa detalhar agora. Não ficar com preciosismo agora.
1377

1378 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1379
1380 Cleide, do Ministério do Meio Ambiente. Eu ia propor ao invés de regulamentar, a inserção. Diretrizes para inserir
1381 a Educação Ambiental. É inserção.
1382

1383 **Keilah Diniz - Ministério da Cultura**

1384
1385 E eu acho que não precisaria colocar também do CONAMA pertinente, só até CONAMA mesmo. Aí no texto.
1386

1387 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

1388
1389 Então como é que ficou a leitura?
1390

1391 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1392
1393 Proposta de criação de recomendação contendo diretrizes para inserção da Educação Ambiental como políticas
1394 públicas nas Rsoluções do CONAMA.
1395

1396 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

1397
1398 OK. Então esse é o texto aprovado. Podemos passar para o próximo?
1399

1400 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1401
1402 A proposta de recomendação deve vir com uma antecedência mínima de cinco dias para a gente disponibilizar na
1403 página do CONAMA para que ela entre em pauta na próxima reunião e seja discutida e aprovada na próxima
1404 reunião da Câmara Técnica. Eu recomendo que seja bem antes de cinco dias. Para que todos leiam. É

1405 importante que todos leiam todos os documentos do site antes de vir para a reunião. Nós já demos todo o
1406 caminho das pedras, onde encontrar e etc.

1407
1408 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

1409
1410 Bom, temos um item 3.1 que foi solicitada uma inversão de pauta e passamos para 3.4 e vamos deixar a inversão
1411 para a última, pode ser? Então vamos para o 3.4. São GTs e Resoluções do CONAMA em andamento com
1412 pertinência para a Educação Ambiental: discussão de estratégias de atuação. Então, é o GT termo de guarda e
1413 proteção contra maus tratos e animais silvestres, GT de espécies exóticas, GT de licenciamento ambiental de
1414 projetos de Reforma Agrária, o GT de revisão da Resolução número 257/99 pilhas e baterias, e a discussão sobre
1415 descarte final de pneumáticos, que foi iniciada na Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental e o GT
1416 estabelecimento da gestão compartilhada de unidades de conservação com OSCIPs.

1417
1418 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1419
1420 Eu acho que esse é um indicativo das negociações que nós faremos após, a partir da recomendação. Então, fica
1421 como indicativo até para que a própria recomendação tenha um olhar adiante a quem ela vai servir, são essas as
1422 câmaras que nós dispomos hoje, e aí nós possamos fazer uma recomendação compatível com esses assuntos.

1423
1424 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

1425
1426 Então vai ser demandado a nós essas questões?

1427
1428 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1429
1430 Ela é um indicativo de quais as negociações, quais as câmaras que nós devemos negociar, entrar em contato.
1431 Não é uma negociação, é um contato e uma consulta depois que nós tivermos a recomendação minutada.

1432
1433 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

1434
1435 Enquanto isso, a gente só reforça a importância da participação dos Conselheiros que já tem assento nas outras
1436 câmaras do CONAMA, sempre levando a Educação Ambiental, sempre com esse olhar.

1437
1438 **Keilah Diniz - Ministério da Cultura**

1439
1440 No caso aí nem só nos GTs, mas na própria reunião do CONAMA, porque ali tem essas questões todas que estão
1441 sendo debatidas e estão em plenário.

1442
1443 **Rachel Trajber - MEC**

1444
1445 É. A única coisa é que se a gente quer inserir de forma substantiva a Educação Ambiental, não dá para fazer isso
1446 em plenária. Porque fica fechado incluir novos artigos e tal. Por isso que nós temos que trabalhar junto à
1447 produção mesmo dessas Resoluções nas Câmaras Técnicas. É ver a Educação bial nessa transversalidade
1448 como meio e não como fim. A nossa recomendação é um fim, mas isso implica em tratar a Educação Ambiental
1449 como um meio nas outras Resoluções do CONAMA. E eu gostaria que isso acontecesse inclusive nas revisões
1450 das Resoluções retroativamente. Quer dizer, assim que o CONAMA começa a trabalhar nas Resoluções, nas
1451 adequações das Resoluções a gente consiga inserir retroativamente.

1452
1453 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

1454
1455 É possível?

1456
1457 **Rachel Trajber - MEC**

1458
1459 Acho que sim, a gente vai tentar colocar isso na nossa recomendação.

1460
1461 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**

1462
1463 Então, eu só gostaria de lembrar que a gente está aqui tratando, as estratégias de atuação a gente tinha definido
1464 na reunião passada que haveria um contato com os presidentes de todas essas Câmaras Técnicas. Então assim,
1465 eu acho que a gente deveria manter essa decisão e definir se a Tita poderia continuar, se ela acha que ela poderia
1466 fazer isso ou quem poderia fazer?

1467
1468 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

1469

1470

1471

1472

1473

1474

1475

1476

1477

1478

1479

1480

1481

1482

1483

1484

1485

1486

1487

1488

1489

1490

1491

1492

1493

1494

1495

1496

1497

1498

1499

1500

1501

1502

1503

1504

1505

1506

1507

1508

1509

1510

1511

1512

1513

1514

1515

1516

1517

1518

1519

1520

1521

1522

1523

1524

1525

1526

1527

1528

1529

1530

1531

Eu acho que ficou claro aqui exatamente que após a gente ter essas diretrizes, esses princípios a gente vai ficar fazendo articulação com certeza. Eu continuo me colocando à disposição para isso, e no momento exato a gente pode ampliar isso também.

Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE

Mas será que a gente não pode perder o tempo? Se essa recomendação não ficar pronta, só estabelecer o contato, o que você acha de dizer que a gente está atento, que a gente se coloca à disposição no sentido de que se esse assunto vier a discutir nessas Câmaras Técnicas.

Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia

Eu acho que a gente poderia estar sendo propositivos de estar levando uma coisa em mãos mesmo e abrindo esse diálogo já em cima de coisa concretas. Eu acho que não impede também da gente estar...

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Cleide do CONAMA. Um Fórum ótimo para se encontrar coordenadores de Câmaras Técnicas é o próprio plenário. Nós temos, paralela à reunião do plenário, várias articulações que se fazem com os coordenadores das Câmaras Técnicas. Como nós temos 11 câmaras técnicas, no plenário do CONAMA nós vamos encontrar grande parte disso, e isso facilita enormemente o trabalho de articulação, de expor o que nós estamos trabalhando, a intenção de trabalhar. E, então é um trabalho corpo a corpo e a plenária é um ótimo local para isso. Sem falar em e-mails, em telefonemas e etc.

Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE

Então eu retiro a minha sugestão e aguardo a finalização da recomendação.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Eu acho que nós somamos várias estratégias e uma não exclui a outra. Então a plenária é um fórum ótimo, não exclui todas as outras sugestões. Inclusive a sua, Ana. Não acho que é o caso de retirar, mas o caso de adaptar, complementar e ver o momento exato para fazer isso.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Então concluído esse item 3.4? Mais alguma observação? Podemos passar para o 3.5 ? Então o item 3.5. Estratégia de urgência para a aplicação da compensação ambiental em educação ambiental, conforme a lei número 9985 de 18 de julho de 2000 que institui o SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Viviane Vazzi Pedro - MEC

Viviane do MEC. Da última reunião nós combinamos de trazer novamente aquela pessoa da Câmara de Compensação Ambiental, acho que é o Hélio, para expor como é que é feito. Mas eu não sei se seria necessário. Primeiro porque ele já veio e a gente pode resgatar e depois porque a Marília do Ministério do Meio Ambiente fez justamente uma vez a respeito dessa questão, e ela gostaria de apresentar já de uma forma propositiva, montando um Grupo de Trabalho, é que ela não está aqui presente, mas montando um Grupo de Trabalho que pudesse ser propositivo em termos do contato mesmo que a gente deve fazer com essas câmaras de compensação ambiental e a gente tem uma aqui do IBAMA, que agora nem sei como é que está deve estar no IBAMA, mesmo essa Câmara que fica aqui no âmbito federal e tem as descentralizadas nos estados. A Marília vai expor como é que é essa dinâmica, mas parece que tem um impedimento legal para que a gente, não adianta a gente querer privilegiar, é uma decisão discricionária de cada gestor e de cada Câmara de Compensação Ambiental o quanto vai para a Educação Ambiental e se vai mesmo para a Educação Ambiental o recurso, ou se vai para outras questões consideradas prioritárias, como a regularização fundiária de unidades e criação de unidades. E então, é o que eu queria propor da gente montar esse grupo, a gente entrar em contato com a Marília e ver se ela tem essa possibilidade ou então quem mais se dispuser a trabalhar nisso. É que a Elisa também não está presente, mas algumas reuniões passadas ela comentou que também gostaria de participar e aprofundar essa questão da compensação ambiental. Então, quando ela retornar a gente pode fazer uma consulta à tarde a respeito disso.

Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará

1532 Nós já fazemos isso no Ceará em relação à Educação Ambiental e queríamos ter mais informações e participar
1533 desses GTs e saber como é que isso acontece realmente no sistema nacional. Então tenho o maior interesse de
1534 fazer parte, de discutir, de compreender melhor o que é essa proposta.

1535
1536 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

1537
1538 Viviane do MEC. Eu acho que todo mundo está com essa necessidade de compreender melhor, então podia ficar
1539 no primeiro encaminhamento a exposição, a retomada daquela apresentação. A gente tem, Cleide a
1540 apresentação em slides? Tem, né? E a Marília disse que gostaria, mas se ela não puder, eu posso também
1541 apresentar, eu sei alguma coisa ou a gente pode convidar uma nova pessoa ou reconvidar o Hélio. Não sei.

1542
1543 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

1544
1545 Viviane, aqui diz que é conforme a lei número 9985, acho que caberia esclarecer qual é a lei 9985, qual é o teor
1546 dela e como se aplica.

1547
1548 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

1549
1550 Isso, esse é o momento ou vamos então deixar para a próxima reunião a apresentação toda de todo mecanismo
1551 de como é a lei? A lei é a lei que trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, tem um dispositivo que
1552 diz que até 0,5% estimado do valor dos empreendimentos vai ser direcionado para as unidades de conservação e
1553 o decreto que regulamenta essa lei coloca os itens prioritários de aplicação desse recurso, desse percentual de
1554 0,5 %. Em sexto lugar é que está a Educação Ambiental somente. Então tem a ordem de prioridade, entre elas
1555 em primeiro lugar a regularização fundiária e somente em sexto está a Educação Ambiental, e esse próprio
1556 decreto diz que essa decisão cabe aos gestores de licenciamento, que esses gestores especificamente estão
1557 organizados por Câmara de Compensação Ambiental. Mas isso a gente podia fazer uma apresentação para todo
1558 mundo. Não ficar agora aqui falando sobre isso.

1559
1560 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**

1561
1562 Marcos do Ceará. Tudo é uma questão de compreensão mesmo. Porque a questão não é da lei, a questão é
1563 como a estratégia de aplicação. Ver como é que realmente se aplica, porque se for para mudar a lei aí já é uma
1564 questão mais...

1565
1566 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

1567
1568 É uma cartilha para aplicar. Essa nossa recomendação tem que ter.

1569
1570 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

1571
1572 Então é acompanhamento também, né? Acompanhamento dos fundos, direcionamento dos fundos,
1573 principalmente porque não existe nenhuma determinação que diga que o estado que recolheu é aquele que
1574 recebe. Então isso é uma coisa também bastante interessante de ser visto, porque ele é redistribuído
1575 nacionalmente.

1576
1577 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

1578
1579 Aí tem que influenciar para garantir o envio. Eu creio que esse fundo não é bem assim. Esse valor, nesse caso, o
1580 empreendedor ele diz por qual unidade de compensação ele vai ser responsável, e então está vinculado à
1581 unidade de conservação e isso facilita, é claro, é um controle social do investimento, mas também dificulta a gente
1582 usar esse recurso para qualquer outra coisa que não seja a unidade de conservação. Então ele está bem
1583 vinculado a isso, mas eu acho que é interessante a gente fazer essa discussão aqui, apresentar todos e sentir
1584 quais encaminhamentos a gente pode ter a partir daí. Constituir até um grupo interessado.

1585
1586 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1587
1588 Nós estamos convergindo para ter a nossa pauta, o nosso cronograma, o nosso plano de trabalho. E nem todas
1589 as discussões se fazem em Grupos de Trabalho. Nós podemos, somos sete membros e os sete tem interesse em
1590 manifestar interesse, essas discussões podem ser feitas na própria Câmara Técnica, nós marcamos um tempo
1591 para isso e as coisas precisam ser feitas com antecedência, os documentos são elaborados com antecedência,
1592 alguém se encarrega de fazer, se nós vamos trabalhar com uma recomendação, alguém se encarrega de fazer
1593 essa recomendação, ou duas ou três pessoas e a gente traz para a Câmara Técnica discutir isso. Então sempre,
1594 de qualquer forma, a discussão final é dentro da Câmara Técnica. A gente usa o Grupo de Trabalho quando nós
1595 temos coisas muito complexas para serem discutidas. Tipo parâmetro, consulta a segmentos. Eu acho que não é

1596 o caso, nós vamos trabalhar talvez com uma recomendação também, como foi o caso do outro tema. Então
1597 vamos guardar um pouco da nossa energia, da nossa capacidade de trabalho para assuntos bem complexos e
1598 outros assuntos nós resolvemos mesmo em nível de Câmara Técnica. Vou citar um exemplo. Na Câmara
1599 Técnica de Controle e Qualidade nós tratamos da audiência pública dentro da Câmara Técnica, não foi criado um
1600 Grupo de Trabalho. Então nós nomeamos um relator. O relator consultou, ele era de uma ONG, ele consultou as
1601 ONGs da Bahia e trouxe a proposta que foi elaborada pelo IBAMA, pelo MMA, etc.

1602
1603 **Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte**

1604
1605 Eu gostaria de disponibilizar para a presidência, eu fiz uma pesquisa sobre as citações de Educação Ambiental na
1606 lei do SNUC, 9985. E eu acho importante também, porque estava se falando das diretrizes. Nessa própria lei do
1607 SNUC é retratado de forma diferente durante todo o documento. É super tranquilo, mas a importância de nos
1608 atentarmos a isso.

1609
1610 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1611
1612 Qual é o artigo?

1613
1614 **Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte**

1615
1616 O artigo? Tem no artigo quarto, artigo quinto do capítulo dois. Do capítulo 3, artigo onze e parágrafo quinto.
1617 Capítulo quarto, artigo 41. Assim, é tudo claro e ótimo. Mas ainda as atividades que ocorrem com Educação
1618 Ambiental, elas são muito diversas e acaba que no documento é tratado de uma forma a decorrer de outro. Eu
1619 não estou dizendo quanto a essa lei do SNUC, mas estou dizendo a importância da comissão de diretrizes. A
1620 comissão que o Ministério do Meio Ambiente vai propor. Digo isso porque turismo ecológico é muito confundido
1621 com esportes radicais também. Então esporte e aventura também deve ser contemplado. É uma das questões.
1622 Não vamos entrar em questões específicas, no momento eu acho que é isso. Obrigado.

1623
1624 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

1625
1626 Quer encaminhar então esses documentos?

1627
1628 **Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte**

1629
1630 Sim, sim, disponibilizar.

1631
1632 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1633
1634 Eu tenho uma sugestão. Como regulamenta o artigo 22 é lei, eu vou citar em ata os artigos e as pessoas vão
1635 consultar, porque a lei existe nos sites do Governo Federal e etc e nós então não precisamos disponibilizar uma lei
1636 no site do CONAMA. Eu cito em ata esses artigos e as pessoas recorrem. Se vocês concordarem, eu
1637 disponibilizo.

1638
1639 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

1640
1641 Então entra na pauta da próxima reunião. OK. Então encerrado o 3.4. A gente vai partir para o 3.5. Desculpe o
1642 3.5 já foi. É o 3.6. Processo número 02000.001478/2006-86. A recomendação para inserção da dimensão
1643 ambiental nas atividades administrativas e operacionais na administração pública. Origem do SDS e do MMA. O
1644 número do processo é 02000.001478/2006-86. É uma proposta de recomendação do CONAMA. Então, a
1645 sugestão é da gente fazer uma pausa agora, e já começar diretamente na recomendação, porque ela pode ser um
1646 pouco mais alongada, e vamos começar na parte da tarde, sendo que só temos mais cinco itens para serem
1647 discutidos à tarde e a gente deu um bom encaminhamento hoje pela manhã. De acordo?

1648
1649 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**

1650
1651 Vai ter uma parte de informes, né?

1652
1653 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

1654
1655 Sim, é vai encerrar com informes que é o Encontro Nacional de Colegiados Ambientais e ainda temos uma
1656 inversão de pauta que é o 3.1 que é discussão do plano de trabalho da CTE. Estamos de acordo então? Uma
1657 consideração.

1658
1659 **Ana Paula Soares Xavier - CTEM/CNRH**

1660

1661

1662

1663

1664

1665

1666

1667

1668

1669

1670

1671

1672

1673

1674

1675

1676

1677

1678

1679

1680

1681

1682

1683

1684

1685

1686

1687

1688

1689

1690

1691

1692

1693

1694

1695

1696

1697

1698

1699

1700

1701

1702

1703

1704

1705

1706

1707

1708

1709

1710

1711

1712

1713

1714

1715

1716

1717

1718

1719

1720

1721

1722

1723

Está proposto no item 3.11, proposição do GT Sistema de Ensino da CTEM. Eu estou aqui em nome da Câmara, o Presidente não pode estar presente, o professor Demétrius e então eu estou aqui e irão vir mais dois membros para estar apresentando esse item 3.11. Eu conversei com eles e pediram a possibilidade de ser entre três e três e meia da tarde. Para não deixar para o último item de pauta, porque deve terminar por volta de cinco horas. E, eu gostaria de talvez pedir para que seja, para combinar com eles de estar aqui nesse horário para fazer a apresentação do item.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Então a gente faz uma acomodação do item 3.11 para ser apresentado por volta de três a três e meia. É o último item. Então estamos de acordo então de fazer um breve intervalo e retornando que horas?

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

14 horas está bom? Uma hora e meia de almoço.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Não, 12h30. 14 horas então. Então ficamos combinados para as 14 horas.

Intervalo para almoço

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Boa tarde a todos. Então vamos dar continuidade à reunião. A pauta da 13ª. Reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental, e vamos continuar no item 3.6 que é o Processo 02000.001478/2006-86, que é recomendação para inserção da dimensão ambiental nas atividades administrativas e operacionais da administração pública. A origem é do SDS e do Ministério do Meio Ambiente. E trata-se da recomendação do CONAMA número 10 de 2005. Então vamos fazer então uma breve leitura para todos e depois entramos nas considerações. Bom, uma correção. Então a recomendação CONAMA, o número não é dez. Ela está com o indicativo x que não corresponde à numeração, mas ela é de 2005.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Essa proposta de recomendação está desde 2005 na pauta e tem ido e voltado e agora hoje pela primeira vez nós começamos então a fazer uma análise. A sugestão é que a gente faça uma leitura primeiro dinâmica, a idéia é que se faça uma leitura dinâmica da proposta de recomendação e depois a gente vai item por item acrescentando, aprovando ou suprimindo os itens dessa recomendação. "O Conselho Nacional do Meio Ambiente, CONAMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela lei 6938 de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo decreto 99274 de seis de julho de 1990, alterado pelo decreto número 3942 de 27 de setembro de 2001, e tendo em vista o disposto em seu regimento interno, e considerando os princípios de sustentabilidade propostos na agenda 21 global em 1992 e na Agenda 21 Brasileira, concluída em 16 de julho de 2002, como resultado dos trabalhos de consulta à sociedade brasileira coordenados pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável considerando a importância dos órgãos governamentais liderarem o processo de adoção de novos padrões de desempenho ambiental em suas instalações prediais, operações e procedimentos administrativos; considerando que os governos são significativos consumidores e também produtores de bens e serviços, e que através de uma política de compras e de melhoria do desempenho ambiental em suas instalações prediais, operações e procedimentos administrativos podem contribuir significativamente para que se alcance padrões mais sustentáveis de consumo e de produção; considerando as recomendações feitas pelos países membros durante a conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento em 1992, quanto à promoção de mudança dos padrões de consumo e da revisão e melhoria das políticas governamentais de aquisição e contratação de serviços, e ainda do programa de trabalho adotado pela decisão da terceira sessão da comissão das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, ocorrida em maio de 2002; considerando que a melhoria do desempenho ambiental das instalações nas operações e nos procedimentos governamentais pode ter efeitos positivos e benefícios que vão além da esfera ambiental, incluindo a redução de custos de operação, a geração de empregos e renda e ainda a oportunidade de novos serviços ambientais; considerando que o Brasil por ocasião da realização da décima terceira reunião dos Ministros de Meio Ambiente da América Latina e do Caribe, Rio de Janeiro de 2002, incluiu dentre os seus temas ambientais estratégicos, adoção de instrumentos voluntários de gestão ambiental importantes para complementar e modernizar a atuação do Setor Público na gestão do meio ambiente, incentivando tanto o setor privado como o setor público a desenvolverem ações de caráter preventivo, racionalizando o uso de recursos naturais e minimizando a geração de resíduos, recomenda: 1) Que os órgãos governamentais federais, estaduais, distritais e municipais desenvolvam e adotem estratégias para a melhoria

1724 contínua do desempenho ambiental, por meio da inserção da dimensão ambiental em todas as suas operações,
1725 procedimentos e nas instalações prediais, incluindo aquelas relacionadas ao processo de tomada de decisão. 2)
1726 Que os governos procurem: A) Identificar oportunidades de melhoria bienal, estabelecendo metas e prazos para
1727 otimização do uso de energia, água e materiais de expediente utilizado no dia-a-dia das suas atividades, em
1728 particular por meio de ações de redução, reutilização, reciclagem ou recuperação/reforma. B) Encorajar o uso
1729 eficiente e a conservação dos recursos naturais e minimizar a geração de resíduos no design da construção, em
1730 reformas e no descomissionamento dos prédios governamentais e em suas instalações de apoio. C) Estudar,
1731 estabelecer e implementar políticas de aquisição de bens e a contratação de serviços ambientalmente saudáveis
1732 para uso dos governos. D) Adotar princípios de gestão ambiental e em particular abordagem semelhantes aos
1733 sistemas de gestão ambiental em cada estágio do desenvolvimento e das operações ocorridas em prédios
1734 próprios ou nos ocupados pelos órgãos de Governo. E) Estabelecer sistemas apropriados para monitorar a
1735 evolução e a avaliação das estratégias para melhoria do desempenho ambiental dos órgãos de Governo. F)
1736 Adotar análises sistemáticas apropriadas, como a avaliação econômica e dos procedimentos de avaliação de
1737 impacto ambiental para selecionar, entre outros:- Projetos de investimentos públicos de grande porte.
1738 Instrumentos de incentivos e desincentivos voltados à ecoeficiência e tecnologias que garantam melhor
1739 desempenho ambiental. 3. Que os governos devem: A) Estabelecer mecanismos efetivos para consulta e
1740 cooperação entre as instituições públicas para facilitar a inserção da dimensão ambiental em outros processos de
1741 tomada de decisão relativas às operações e instalações prediais governamentais. B) Promover a conscientização
1742 dos servidores públicos sobre as questões ambientais, por exemplo, por meio de estabelecimento e
1743 desenvolvimento de programas de treinamento, estímulos à conscientização por meio visual, (exposições), oral
1744 (palestras), oficinas educativas e outros, programas de premiação/reconhecimento, códigos de boas práticas
1745 ambientais, normas e regulamos, etc. C) Cooperar e apoiar o desenvolvimento de projetos piloto, envolvendo
1746 quando apropriado o Setor Privado, nas questões relativas às práticas de aquisição de bens e na contratação de
1747 serviços governamentais e na gestão ambientalmente correta nas operações e instalações prediais. D) Promover
1748 formas adequadas para a discussão, divulgação e troca de informações, dados e resultados dos esforços e as
1749 ações voltadas à melhoria do desempenho ambiental dos órgãos governamentais, dando maior efetividade a esta
1750 recomendação. Agora, acho que é o quarto. Que os órgãos governamentais integrantes do SISNAMA procurem:-
1751 Dar apoio aos demais órgãos governamentais que desejem implementar ações de melhoria do desempenho
1752 ambiental nas operações, procedimentos e instalações prediais entre outros, promovendo o compartilhamento de
1753 informações, por exemplo, por meio da coleta e disseminação de boas práticas utilizadas por outras instituições.
1754 B) Monitorar, assessorar e promover a difusão de informações sobre as instituições governamentais relativas às
1755 ações de implementação destas recomendações, principalmente produzindo relatórios técnicos sobre a evolução
1756 das ações e dos encontros técnicos sobre o tema ambiental. C) Elaborar relatórios técnicos executivos, no seu
1757 nível administrativo que contenham informações sobre o andamento de ações adotadas pelos órgãos de Governo
1758 no nível local, identificando as barreiras e os obstáculos encontrados na implementação destas ações a cada dois
1759 anos, a contar da adoção desta recomendação. Essa recomendação, discutida na Câmara Técnica, aprovada na
1760 Câmara Técnica, deve ir para a Câmara de Assuntos Jurídicos, onde será avaliada a pertinência, os aspectos da
1761 legislação, os aspectos jurídicos e depois encaminhado ao plenário. Quando aprovada no plenário ela volta, será
1762 assinada então pela Ministra e publicada no Diário Oficial. Como recomendação de encaminhamento, nós
1763 poderíamos ir lendo cada considerando e se tiver alguma emenda, alguma alteração, nós colocaríamos já nessa
1764 própria minuta e iríamos então trabalhando item por item dela.

1765
1766 **Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte**

1767
1768 Boa tarde a todos. Eu tenho uma proposta para avaliação de plenário. Essa proposta foi parcialmente discutida
1769 na reunião passada, e talvez não precisava chegar ao Assuntos Jurídicos se a gente pode discutir aqui a
1770 pertinência desse tema nessa Câmara, especificamente eu gostaria de verificar se a matéria dessa proposta de
1771 Resolução deve ser tratada nessa Câmara. Então, a proposta que pode ser uma proposta de conciliação, no
1772 próprio texto da proposta, na parte 3, "os governos devem promover a conscientização dos servidores públicos" e
1773 segue esse parágrafo e no mesmo 3, o parágrafo D. "Promover formas adequadas para discussão, divulgação e
1774 troca de informações, e dados, resultados dos esforços e melhoria do desempenho ambiental dos órgãos
1775 governamentais, e também, na verdade é quatro. O parágrafo B. Esses três parágrafos eles tratam mais
1776 especificamente de Educação Ambiental. Os demais são, digamos, mais objeto de infra-estrutura. Adoção de
1777 instrumentos econômicos visando o desenvolvimento sustentável. Os próprios considerandos citam a 3P e a
1778 Agenda 21, que regimentalmente são tratados por outras Câmaras Técnicas. Eu tenho o trecho do regimento aqui
1779 e achei que não precisava e chegaríamos ao consenso antes, mas podemos discutir mais. Eu consulto à
1780 presidência e plenário, se há acordo sobre isso sem prejuízo da discussão, nós dividirmos, fazermos duas
1781 propostas, uma para ser analisada aqui na Câmara Técnica de Educação Ambiental, e as outras que são de uma
1782 outra matéria que pode ser encaminhada para a Câmara mais adequada.

1783
1784 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

1785
1786 Bom, colocada esta questão, podemos abrir a discussão. Quem quiser se colocar em relação à essa sugestão.
1787



1788 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

1789

1790

1791

1792

1793

1794

1795

1796

1797

1798

1799

1800

1801

1802

1803

1804

1805

1806

1807

1808

1809

1810

1811

1812

1813

1814

1815

1816

1817

1818

1819

1820

1821

1822

1823

1824

1825

1826

1827

1828

1829

1830

1831

1832

1833

1834

1835

1836

1837

1838

1839

1840

1841

1842

1843

1844

1845

1846

1847

1848

1849

1850

1851

Viviane do MEC. Eu não vejo porque a gente dividir essa Resolução, não fere o regimento, até porque só para pautar um pouco do que se trata isso, da 3P na administração pública. É Educação Ambiental feita pelos órgãos da administração pública e é uma tendência agora que não se fale mais em Educação Ambiental sem que haja toda uma infra-estrutura que reflita todos os princípios da Educação Ambiental de forma coerente. Então isso é chamado de ambientalização das estruturas e é parte de um processo da Educação Ambiental. Não se fala mais então em palestras, em conscientização separadamente de uma estrutura onde se reflita os princípios, onde se reflita dentro da própria gestão a coerência entre a Educação Ambiental e os processos decisórios. Então, isso faz parte da Educação Ambiental, isso é política pública e é uma política pública que vai se propagar todas as instâncias federativas. Bom, aqui está falando só do Federal, é isso ou não? Todos os governos. Então, é política pública é política pública ambiental e está dentro de uma dimensão chamada ambientalização da Educação Ambiental. E é claro que isso não infringe, até por ser uma recomendação, veja bem, você não está coagindo o poder público a tomar nenhuma decisão é uma recomendação, o poder público permanece com a discricionariedade de verificar dentro das condições concretas, se é possível ou não adotar essa prática de ambientalização. Não é nada que vá infringir a legalidade da discricionariedade do administrador. Se a gente for separar essa proposta em duas, a gente vai começar a patinar de uma forma que seria encaminhar o quê? Para a Câmara de infra-estrutura? Infra-estrutura diz respeito a grandes obras e tal. Aqui é uma recomendação que está muito relacionada à Educação Ambiental. Então, eu sou contra essa proposta de separar e acho que é muito boa essa recomendação e a gente devia trabalhar nela.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Então, vamos ouvir todas as considerações e depois você retoma sua defesa da idéia.

Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte

Sim, Presidente, só um aparte, aqueles seis parágrafos, mas inclui os considerandos, mantém. Só isso, tudo bem? Obrigado.

Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia

Eu acredito e me faço cúmplice da Viviane aqui do MEC, e acho que é um avanço na medida em que a gente tem instrumentos para operacionalizar toda essa questão e acho que é importante, estou marcando uma posição que eu acho que eu concordo com essa recomendação, eu a acho importante, acho um avanço para a gente e acho que é um momento importante para a gente ter essa visão do todo, não só isso. Eu já tinha falado até um pouquinho na última reunião, já tinha discutido um pouquinho com você. .

Keilah Diniz - Ministério da Cultura

Como eu não participei da prévia, na outra reunião, eu estou querendo ter bem clareza do que se trata. A sua proposta, Leonardo, quer dizer que você considera que alguns tópicos aqui da questão relacionados não fazem parte, não estão dentro do contexto da Educação Ambiental, mas de outros contextos, vamos dizer, da estrutura, da infra-estrutura, etc. Bem, pela leitura inicial eu não identifiquei nada disso, eu achei até uma proposta muito clara, muito consistente e dentro de uma proposta de conscientização mesmo dos órgãos e dos servidores e do serviço público no geral talvez assim o que se entenda de ambiente, o que é o ambiente? Eu acho que o ambiente é um todo, você não pode separar algumas partes desse todo que é esse ambiente e nós estamos tratando aqui da Educação desse ambiente total. Então assim, eu não considero assim nenhuma inconsistência do que foi colocado aqui dentro dessa recomendação. Eu só queria um esclarecimento assim em termos de sentido mesmo de qual é a diferença na verdade em termos práticos o que é o item 2 que os governos procurem e o item 3 que os governos devam. Qual é o peso, na verdade assim, de fato significado do que é, qual é esse impacto aí do “procurem” e do “devem”, se realmente o “devem” tem esse peso todo.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Bom, em relação a essa colocação linguística fica realmente consignada ao autor. Então eu acho que não cabe a nós podermos transformar, mudar ou mesmo considerar em relação a propor, eu não sei como você gostaria de colocar isso.

Keilah Diniz - Ministério da Cultura

Trata-se de toda forma de uma recomendação. Não é nada impositivo. Então quando se fala e os governos devem. É bem mais, de repente pode ser também, eu só estou questionando...

1852 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

1853

1854 Podemos mudar aqui a redação?

1855

1856 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1857

1858 Podemos, acho que poderia ir artigo por artigo, mas agora já adiantou, já faz a mudança lá. Qual é o item?

1859

1860 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

1861

1862 É o 2 e O3. Vamos fazer um item só?

1863

1864 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

1865

1866 Mas isso é posterior, acho que primeiramente que decidir que essa recomendação é válida.

1867

1868 **Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte**

1869

1870 Já está entrando no mérito?

1871

1872 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**

1873

1874 Não, acho que não. Primeiro tem o seu encaminhamento.

1875

1876 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**

1877

1878 Marcos do Ceará. Só por uma questão de esclarecimento, por favor. Qual é a diferença entre essa proposta que está aqui e a 3P.

1879

1880 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1881

1882 É a pergunta que a Câmara Técnica pode responder. Vocês aqui têm que responder. Vocês vão avaliar as duas e se achar que é possível compatibilizar as duas que eu acho que são bastante parecidas, vocês recomendam que feche uma proposta só. É a pergunta que vocês vão responder avaliando.

1883

1884 **Fátima de Lourdes Paladino Franca - MPS**

1885

1886 Essa semana eu levei o termo de adesão do Ministério da Previdência para a comissão, e a Patrícia falou que ela estava sofrendo já algumas considerações em função da mudança da parte hierárquica inclusive da consultoria jurídica. Então, no caso eu não sei o que a gente pode ver em função desses termos, talvez até nas propostas da própria A 3P a partir de então.

1887

1888 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1889

1890 A gente está com uma proposta de A 3 P aqui?

1891

1892 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**

1893

1894 Sabe porque eu faço o questionamento? Por que...

1895

1896 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1897

1898 Mas não está aqui a proposta da A 3 P?

1899

1900 **Fátima de Lourdes Paladino Franca - MPS**

1901

1902 O termo de adesão já foi modificado. Então a nossa consultoria jurídica trabalhou em cima do anterior, foi levado até lá e agora vem de acordo com as normas propostas da consultoria jurídica de lá. Aí minha dúvida também é a mesma do Marcos com relação às considerações para que não sejam repetitivos.

1903

1904 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**

1905

1906 Eu faço esse questionamento porque eu coordeno a minha coordenadoria da Educação Ambiental e nós temos A 3P lá e não vejo alguns repetitivos sem muito naqueles e sem muito sentido. Então eu gostaria até de ver o que

1907

1908

1909

1910

1911

1912

1913

1916 existe de A 3 P porque sinceramente eu já li da outra vez tinha lido isso aqui e não vejo, acho que é uma
1917 discussão que nós tínhamos que afunilar se a A 3P precisa ser revista, que seja mas não criação de uma nova.

1918
1919 **Fátima de Lourdes Paladino Franca - MPS**

1920
1921 Até pela criação do decreto que agora trata dos resíduos sólidos que tem já trabalhando nisso, são quinze
1922 Ministérios já articulando as funções dos resíduos sólidos.

1923
1924 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**

1925
1926 Muito obrigado. Isso aí é mais uma razão.

1927
1928 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

1929
1930 Eu acho que isso aqui é bem repetitivo e a 3P tem que ter um texto único, uma proposta única. O problema é que
1931 a 3P é só uma ação e programa que os Ministérios vem adotando, e isso aqui pelo visto é só para difundir os
1932 princípios para que seja amplamente realizados. É como se fosse dar visibilidade a uma ação que ainda está
1933 sendo pontuada e que está sendo incentivada nos diversos Ministérios. E que ainda é pontual. Eu acho que é
1934 para fortalecer, mas é legal mesmo que tenha um único texto consonante, que não tenha discordância.

1935
1936 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**

1937
1938 Mas vale a pena colocar como um considerando? É uma política de governo afinal de contas.

1939
1940 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**

1941
1942 Marcos, do Ceará. Se for realmente essa a possibilidade e realmente almeja, em momento nenhum fala, por
1943 exemplo. Então não está difícil a gente fazer essa consonância, não. Já que existe isso aqui na Câmara Técnica
1944 da 3P que existe, nós faríamos aí uma conjunção desses dois documentos, Presidente.

1945
1946 **Rachel Trajber - MEC**

1947
1948 Rachel do MEC. Eu acho que essa discussão foi encaminhada de uma forma completamente diferente. Primeiro
1949 pelo questionamento de mérito, se deve estar aqui ou não. Eu acho que a gente deveria seguir esse caminho e
1950 fazer uma análise de todas as legislações, talvez exista alguma recomendação sobre a 3 P, entender a legislação
1951 da 3P e sequer está mencionado e obviamente que é a 3P. Eventualmente entraria num dos considerandos, mas
1952 a gente precisa fazer uma análise um pouquinho mais criteriosa, para saber o que vem antes e o que vem depois
1953 e o que já existe, inclusive no âmbito do CONAMA, se já existe alguma coisa com relação à 3P, por exemplo. Já
1954 foi feita essa pesquisa?

1955
1956 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1957
1958 As demandas chegam para a Câmara e vocês vão dizer o encaminhamento.

1959
1960 **Rachel Trajber - MEC**

1961
1962 Então pronto. O encaminhamento que eu sugiro...

1963
1964 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**

1965
1966 É que se questione à Secretaria de Desenvolvimento Sustentável que é de onde veio, é a origem e o
1967 adequadamente com a...

1968
1969 **Rachel Trajber - MEC**

1970
1971 A relação com a 3 P.

1972
1973 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**

1974
1975 E uma reavaliação, eu acho que até uma reavaliação da importância delas estarem numa única Resolução. Eu
1976 acho que isso aí vai também resolver a dúvida do porquê acho que um parecer nesse sentido.

1977
1978 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1979

1980 Foi lido da outra vez a proposta de encaminhamento da proposta pelo secretário Gilney Viana, foi lida aqui da
1981 outra vez.

1982
1983 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**

1984
1985 Anteriormente. Na outra Câmara Técnica.

1986
1987 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

1988
1989 Na reunião passada nós lemos essa proposta da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável que a gente pode ler
1990 de novo que ele fala na 3 P.

1991
1992 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

1993
1994 Bom, se ela for esclarecedora a leitura é interessante.

1995
1996 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

1997
1998 Se isso esclarecer, a gente toca adiante aqui.

1999
2000 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

2001
2002 Este então é o encaminhamento memorando encaminhando esta proposta de Resolução do secretário Gilney
2003 Viana que é o Secretário de Política ao Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 20 de outubro de 2005. Proposta
2004 de recomendação do CONAMA para inserção da dimensão ambiental nas atividades administrativas e
2005 operacionais da administração pública. Primeiro. Aproveitando a oportunidade para cumprimentar e dando
2006 continuidade às discussões sobre as estratégias de implementação da agenda ambiental na administração
2007 pública, A3P no âmbito da gestora e na importância de se construir uma nova cultura institucional para inserção
2008 de critérios sócio ambientais na administração pública, apresentamos a proposta de recomendação em anexo
2009 considerando que o poder público deve liderar o processo de adoção dos novos padrões de desempenho
2010 ambiental. A proposta representa uma das deliberações do primeiro fórum governamental de gestão ambiental na
2011 administração pública, no qual aproximadamente 200 servidores públicos participaram das discussões sobre a
2012 formulação e a viabilização de políticas públicas de gestão ambiental. Solicitamos também a possibilidade de uma
2013 apresentação pela comissão gestora sobre os princípios da A3P na próxima reunião ordinária do CONAMA a qual
2014 teria uma duração de cerca de quinze minutos. Na certeza da compreensão e do apoio de vossa senhoria
2015 estamos abertos para quaisquer esclarecimentos e sugestões para melhoria do texto ora apresentado.
2016 Atenciosamente, Gilney Viana.

2017
2018 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

2019
2020 Eles se colocam à disposição para vir até aqui fazer uma apresentação de quinze minutos, seria interessante, né?
2021 Ao invés de fazer um requerimento pedindo esclarecimento, já trazê-los de uma vez e fazer esse questionamento
2022 para a gente tocar na próxima reunião.

2023
2024 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**

2025
2026 Ana, OCA Brasil. Mas pelo o que eu entendi do encaminhamento já foi incorporado. Essa Resolução é um
2027 resultado desse trabalho. Então essa recomendação ela já incorpora todo o trabalho que foi desenvolvido nessa
2028 conferência. Vocês entenderam? Então eu acho que está de acordo.

2029
2030 **Rachel Trajber - MEC**

2031
2032 Então eu gostaria de retomar aquilo que eu estava dizendo. A gente poderia colocar como um considerando, que
2033 o Governo Federal já promove a A3P como uma ação, mas que ela é pontual e que precisaria ser ampliada de
2034 acordo com os padrões de desempenho ambiental mais moderno, novos, e posso já fazer um outro
2035 encaminhamento? Nós deveríamos trabalhar nessa inteiramente, mas de acordo com o companheiro do
2036 Ministério dos Esportes, nós poderíamos pensar num encaminhamento depois que as questões de Educação
2037 Ambiental estiverem equacionadas, se nós sentirmos dúvidas e tal, no que se refere à questões de infra-estrutura,
2038 de Agenda 21 que está relacionada com a Câmara Técnica de Economia e Meio Ambiente ou mesmo encaminhar
2039 para o CIPAM, esse pode ser o encaminhamento no final, mas isso não tira a importância de nós considerarmos o
2040 ambiente em si como uma forma educadora, de Educação Ambiental. Quer dizer, nós temos que viver em
2041 ambientes que sejam educadores e essa é uma forma. Trabalhar com a A3P é tornar o ambiente educador, com
2042 intencionalidade educadora ambiental. Então, eu acho que ela tem muito a ver com Educação Ambiental e,
2043 inclusive se a gente puder inserir esse conceito de espaços educadores. E, quando se fala em promover a

2044 conscientização, eu substituiria por Educação Ambiental. Não conscientização. É um conceito bastante
2045 complicado em Educação Ambiental em que conscientização implica em uma relação de que uns tem consciência
2046 e outros não. Ou a grande maioria não tem consciência e nunca vai ter, pelo jeito, porque de tanto se falar em
2047 conscientização, no entanto é Educação Ambiental que a gente precisa fazer, não é conscientização. Enfim,
2048 essas são as grandes coisas e eu anotei umas coisas pequenininhas aqui que à medida em que a gente vai lendo
2049 eu posso apontar.

2050
2051 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

2052
2053 Eu acho que precisa vir por escrito isso daí para a gente incorporar lá e já sair.

2054
2055 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

2056
2057 Como vamos encaminhar isso? Vamos aguardar posicionamento por escrito?

2058
2059 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

2060
2061 Não, ela faz e a gente pode continuar a discussão e ela faz por escrito e a gente incorpora ali e você me diz qual é
2062 o local e eu incorporo. Porque como foi falado, nós já temos gravado, e aí a gente incorpora ou numa folha, se
2063 você quiser, pode colocar.

2064
2065 **Fátima de Lourdes Paladino Franca - MPS**

2066
2067 Fátima, da Previdência. Rachel, o MEC tem a estrutura de meio ambiente, nós temos coordenação própria, não
2068 é? Pois é, nós estávamos outro dia conversando principalmente na área de planejamento com este comitê
2069 interministerial que trabalha o decreto 5940, justamente para que nós pudéssemos sensibilizar para que a
2070 estrutura de governo pudesse ter coordenações socioambientais e cidadania. Porque nas estruturas de Ministério,
2071 por exemplo, no meu e na grande maioria nós não temos isso. Então quando você fala em Educação Ambiental,
2072 e eu vejo a dificuldade no meu universo da presidência, com relação à sensibilização de servidores e os
2073 terceirizados e contratos e etc, as expôs não contemplam isso porque não existe estrutura. Então, tendo uma
2074 educação corporativa ela vai ter um assunto ambiental, vamos dizer assim, mas ela não tem nenhuma outra
2075 preocupação enquanto estrutura com a coordenação ambiental numa área ambiental. Então, coincidentemente o
2076 nosso coordenador de logística era do MEC e falou a respeito da coordenação de Educação Ambiental. Mas por
2077 exemplo, saúde, previdência, e outras coisas não têm isso. Então o processo é muito mais difícil numa área de
2078 governo, que é a minha realidade. Então o que nós fizemos? Nós começamos com a criação de um núcleo de
2079 gestão ambiental. Mas ela é vinculada. Aí no caso ela fica pontual, porque ela só desenvolve aquilo, mas ela não
2080 tem nenhum outro tipo de ramificação interna com as outras áreas de estrutura que possam fazer um processo
2081 mais amplo. Então a dificuldade é bem maior. Então conversando como Câmara Técnica, como é que nós
2082 poderíamos então voltar às estruturas de governo, para que elas tenham pelo menos o tópico ambiental de toda a
2083 sua área porque não tendo assim ela pode não ser prioridade. Eu não sei, eu deixo assim para que a gente
2084 pudesse pensar. Seria uma coordenação socioambiental e cidadania ou de responsabilidade socioambiental e
2085 cidadania. Então a Dataprev tem uma coordenação de responsabilidade social que ela vai ampliar para que tenha
2086 meio ambiente e cidadania e INSS também está tentando e então nós estamos assim conversando com colegas
2087 de outros Ministérios para que nós pudéssemos ter uma estrutura assim, porque responsabilidade social é hoje,
2088 meio ambiente é hoje, cidadania é hoje. E as áreas de governo não têm isso nas suas estruturas, os estados eu
2089 acredito que também não.

2090
2091 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

2092
2093 Eu queria só tirar uma dúvida. Como foi que surgiu essa necessidade de vocês em relação ao núcleo e qual o
2094 foco assim, eu queria saber qual é a necessidade, quando surgiu e qual é o foco? O foco é interno, nas atitudes,
2095 na necessidade interna dos grupos ou vocês vêem uma coisa, uma relação maior do trabalho?

2096
2097 **Fátima de Lourdes Paladino Franca - MPS**

2098
2099 No caso do cumprimento do decreto, aí nós fizemos área física de Ministério o núcleo de gestão, mas o INSS que
2100 faz parte do Núcleo de gestão, ele atende de forma nacional, são 42 mil servidores e automaticamente eles
2101 desenvolveram uma ação ambiental nas suas representações, vamos supor numa cidade do interior do Amazonas
2102 que não tenha nenhum tipo de tratamento com relação à resíduos sólidos, um exemplo só, teriam que ser
2103 trabalhadas as prefeituras. Então o processo é um pouquinho mais amplo. E, por orientação por orientação do
2104 MMA nós nos restringimos a nossa área física, mas aqueles que têm representações teriam que trabalhar isso de
2105 uma outra maneira. Mas o cumprimento do decreto, no caso não sendo cumprido, no nosso caso com catadores
2106 de lixo, com associações e cooperativas, ela pode criar um processo e mandato de segurança com relação ao
2107 descumprimento. Então os outros Ministérios não tendo isso desenvolvido como é que fariam? Eu não sei de que

2108 forma também, porque já que é uma ação de governo e vai falar da A3P que entra licitações sustentáveis,
2109 contratações e etc, como que de repente poderíamos colaborar com isso?

2110
2111 **Rachel Trajber - MEC**

2112
2113 No MEC, aconteceu o seguinte. Nós estamos trabalhando e a coordenação de Educação Ambiental não é uma
2114 coordenação para dentro do MEC, é uma coordenação para sistemas de ensino e nós estamos trabalhando é uma
2115 ação que nós chamamos de COM-VIDA MEC. Nós propomos COM-VIDAS nas escolas. Comissão de Meio
2116 Ambiente e Qualidade de Vida na Escola. E o Ministério do Meio Ambiente faz COM-VIDAS nas comunidades
2117 que são comunidades de aprendizagem, meio ambiente e qualidade de vida, que são COM-VIDAS que é
2118 Comissão de Meio Ambiente, Qualidade de Vida na Escola. Então nós pensamos assim, a gente faz COM-VIDA
2119 na escola, mas e dentro do MEC? Então nós estamos junto com o pessoal da administração que tem recursos
2120 humanos inclusive, construindo uma COM-VIDA MEC e a COM-VIDA MEC, nós já fizemos diversas ações, nós
2121 temos toda uma metodologia de oficina de futuro que a gente faz nas escolas, a gente fez na COM-VIDA MEC e
2122 vai muito ao encontro dessa tua idéia de núcleos. Eu acho que falta aqui esse tipo de organização nas instituições
2123 públicas, de se criar núcleos ou comissões específicas com pessoas representantes de todos os setores. E, isso
2124 é uma possibilidade da gente fazer avançar e dar visibilidade a uma ação estruturante dessa daqui nos prédios
2125 públicos. E é incrível como agora, por exemplo, a Secretaria Estadual de Educação do Maranhão, resolveu fazer
2126 uma COM-VIDA a Secretaria Estadual, uma COM-VIDA lá na secretaria. E isso está pegando nos sistemas de
2127 ensino que é o que você disse, não adianta o MEC só fazer então. Tem que acontecer nas Secretarias Estaduais
2128 e nas Secretarias Municipais de Educação também. E isso não consta aqui. Não consta aqui também nas ações
2129 socioambientais que aqui estão os catadores. O MEC está trabalhando especificamente isso com projeto da
2130 Cáritas inclusive, que acontece em diversos Ministérios e que liga diretamente as cooperativas de catadores. E
2131 não tem aqui também, nada que se refere à informações. A informação que precisa circular, quando você faz uma
2132 ação dessas no Ministério ou em qualquer lugar, em qualquer prédio público precisa dar retorno dessas
2133 informações o tempo todo, então essa circular informações. Enfim, eu acho que nós estamos incorporando a essa
2134 idéia aqui inúmeras outras, que é só mexer um pouquinho nesse texto com relação à esses princípios que a gente
2135 está construindo aqui.

2136
2137 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**

2138
2139 Relendo a recomendação com mais atenção, eu acho que se a gente seguir a metodologia que a Cleide
2140 recomendou de ler parágrafo por parágrafo talvez fique mais elucidativa, porque à medida que a gente foi
2141 refletindo e a gente começou a entender melhor o que isso significa, a gente começa a encaixar no texto. Então
2142 eu gostaria de fazer uma questão de ordem assim antes da gente entrar na discussão que o Eder levantou, que a
2143 gente relese, porque assim eu já identifiquei no âmbito da recomendação alguns pontos da fala da Rachel, e
2144 também da fala da nossa representante da Previdência, Fátima. Então assim, é só uma questão de estar
2145 identificando. Então, eu gostaria assim que a gente relese ponto por ponto e aí identificasse mesmo as ações.
2146 Eder Concorda?

2147
2148 **Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte**

2149
2150 Eu só queria, antes de entrar no mérito, deixar registrado a citação minha citação do Regimento. Então a Ana
2151 esclareceu bem, não vai entrar no mérito agora, é isso mesmo? Eu gostaria que antes que entrasse no mérito, eu
2152 queria registrar alguns trechos do regimento interno do CONAMA.

2153
2154 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

2155
2156 Nós temos uma consideração que foi pedido um horário para fazer uma explanação da ANA, e poderíamos deixar
2157 na seqüência isso para observar o horário das três e meia e voltaríamos a essa questão. Se todos estiverem de
2158 acordo, conforme foi solicitado no período da manhã. Nós estamos indo para o item 3.11, proposição do GT
2159 Sistemas de Ensino da CTEM/ CNRH.

2160
2161 **Ana Paula Soares Xavier – CTEM/CNRH**

2162
2163 Boa tarde a todos. Eu me apresentei mais cedo, meu nome é Ana Paula, sou relatora da Câmara de Educação,
2164 Capacitação, Mobilização e Formação de Recursos Hídricos do Conselho Nacional. Primeiramente dar boa tarde
2165 a todos e justificar a ausência do Presidente da Câmara que é o professor Demétrius, ele não pode estar presente
2166 hoje e pediu que eu o representasse aqui nesse momento. Então antes eu gostaria também de apresentar mais
2167 duas pessoas da Câmara que estão presentes, que é a Bértes da Secretaria de Recursos Hídricos e o Luciano
2168 Chagas da Coordenação Geral de Educação Ambiental. Eu vou passar a palavra para eles rapidinho a palavra
2169 para se apresentarem e eu continuo.

2170
2171 **Bértes Carmo Cabra - SRMU/MMA**

2172
2173
2174
2175
2176
2177
2178
2179
2180
2181
2182
2183
2184
2185
2186
2187
2188
2189
2190
2191
2192
2193
2194
2195
2196
2197
2198
2199
2200
2201
2202
2203
2204
2205
2206
2207
2208
2209
2210
2211
2212
2213
2214
2215
2216
2217
2218
2219
2220
2221
2222
2223
2224
2225
2226
2227
2228
2229
2230
2231
2232
2233
2234
2235

Meu nome é Berites, eu estou há algum tempo na CTEM que é a Câmara de Educação Ambiental e componho um GT que se chama GT Sistema de Ensino e estamos fazendo um trabalho direcionado para a questão de sistema de ensino, educação ambiental para recursos hídricos no sistema de ensino.

Luciano Chagas – CTEM/CNRH

Eu sou Luciano e estou representando o MEC na CTEM e hoje vou apresentar junto com a Bérites a nossa proposição, mais especificamente a proposta de diretrizes, na verdade é uma proposta de diretrizes curriculares para a Educação Ambiental que a nossa coordenação encaminhou para o Conselho Nacional de Educação. Inclusive no início desse mês, semana passada, o nosso Secretário André Lázaro entregou à Câmara de Educação Básica essa proposta. E aqui a Viviane e a professora Rachel foram pessoas assim que trabalharam bastante nessa proposta. Foi um trabalho coletivo, mas elas, de maneira muito mais dedicada.

Ana Paula Soares Xavier - CTEM/CNRH

Gente, então eu vou começar. Eu gostaria só de pontuar que o item 3.8, processo número 02000, proposta de isenção do conteúdo de bacias hidrográficas locais na grade curricular do ensino fundamental brasileiro ele tem interface com esse tema que a gente vai discutir. É só para a gente lembrar aqui que talvez poderia uni-los. Eu vou falar um pouquinho da CTEM para vocês. Eu trouxe inclusive alguns folders do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Não tinha as deliberações, o livro de deliberações está sendo reeditado e aí teria as resoluções e moções de todas as câmaras, mas não deu para trazer para vocês. É o seguinte. A Câmara Técnica então ela foi instituída pela Resolução 39 de 26 de março de 2004. Então, hoje no mês de agosto estamos completando três anos de exercício, porque ela foi instituída mesmo, começou a funcionar a partir de julho. Então, nós estamos em agosto, três anos. Composição, 17 membros. Desses dezessete membros, quatro segmentos. Governo Federal, tem oito vagas, os Ministérios da Fazenda, Educação, Saúde, Cidades, Desenvolvimento Agrário, Integração e Meio Ambiente. O Meio Ambiente faz parte a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano e a Agência Nacional de Águas. Os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos têm duas vagas. Apesar de que estamos ali com três representações, porque eles fazem uma dobradinha, então o Estado de São Paulo faz com Rio de Janeiro e Tocantins e Paraná, mas o Rio de Janeiro não tem participado. Então os três Estados que estão participando dos Conselhos Estaduais. Os usuários, estamos participando das Câmaras as concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica, pescadores e usuários de água para o lazer e turismo. Organizações Cívicas de Recursos Hídricos, Comitês de Bacias, Consórcios, Associações Intermunicipais de Bacias, Organizações Técnicas de Pesquisa, Organizações de Ensino e Organizações Não Governamentais. Então, essa é a composição da Câmara. Agora eu vou falar um pouquinho das competências, mas vou me ater só ao item 1 e ao item 6, que tem a ver com a nossa pauta hoje. O item 1 das competências é propor diretrizes, planos e programas de Educação e Capacitação em Recursos Hídricos. O item 6, que é recomendar critérios referentes ao conteúdo de Educação em Recursos Hídricos nos livros didáticos, assim como para os planos de mídia relacionados ao tema de recursos hídricos. Porque eu me ative a essas duas competências? Porque é o foco da nossa discussão hoje. Nós temos essas outras competências também. E uma das coisas que suscitou essa discussão foi que a gente observou que nos livros didáticos, eles estavam usando a divisão hidrográfica nacional errada nos livros didáticos. Inclusive o IBGE está com isso errado no site deles, e então a gente começou a levantar essas questões e por isso foi criado inclusive o GT de Sistemas de Ensino. Uma outra coisa só para lembrar porque a maioria aqui são novatos, que houve uma reunião conjunta com a e o comitê assessor do órgão gestor da política em 2006 e tiveram algumas sugestões de encaminhamento nessa reunião de Joinville ano passado. Eu gostaria só de comentar do item 2 que foi o que a gente comentou hoje. Realizar seminário ampliado com Câmaras Técnicas e Comitê Assessor sobre a Educação Ambiental para o Setor Empresarial e Sindicato dos Trabalhadores. O item 7, criar um núcleo com representante das Câmaras Técnicas, Comitê Assessor e IBAMA/CGEA, afim de propor metas, prioridades e ações dos colegiados segundo as suas respectivas competências estreitando a relação e comunicação entre eles. O item 10. Recomendar para que haja convergência dos trabalhos dos colegiados presentes com melhor desempenho na comunicação. Eu acho que eu quis citar esses três, porque eu acho que tem a ver com as duas câmaras, essa convergência dos colegiados do CONAMA e do CNRH. Agora então, eu passo a palavra para o pessoal e eu só queria antes disso, lembrar que a Câmara tem quatro grupos de trabalho. Um é o GT Conceitos que nós vamos produzir uma cartilha com conceitos de educação, capacitação, mobilização, participação social. O GT sistemas de ensino que trabalham com essas questões ligadas diretamente ao MEC e questões de sistemas de ensino e o GT de Capacitação e Educação e o GT de Mobilização e Informação. Então hoje nós temos quatro GT funcionando. Então eu passo para a coordenadora do GT de Sistemas de Ensino da Secretaria de Recursos Hídricos. Bom, na verdade é o Luciano.

Luciano Chagas - CTEM/CNRH

Bem, nós achamos bastante oportuno antes de entrar na proposição propriamente dita de trabalho conjunto com a CTEA, apresentar muito rapidamente a Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental que a Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC está sugerindo ao CNE, e foi distribuído aí a proposta



2236 integralmente para vocês, porque não vai ser possível fazer uma discussão exaustiva, vai ser uma rápida
2237 apresentação muito pontual. Então, nessa proposta de Diretrizes para a Educação Ambiental que o MEC está
2238 levando ao CNE, devem ser observadas as diretrizes nas propostas pedagógicas curriculares de todos os níveis
2239 e modalidades de ensino conforme suas particularidades, nos sistemas de avaliação dos professores, estudantes,
2240 cursos no tocante ao desempenho escolar e estabelecimentos de ensino, na produção e avaliação de materiais
2241 pedagógicos, na gestão e na gestão e administração educacionais. Duas considerações importantes. É que as
2242 etapas de ensino subsequentes devem sempre considerar e aprofundar as diretrizes apontadas para as etapas
2243 anteriores, para que a abordagem aconteça de forma processual, continuada e incremental. Bom, aí estão as
2244 orientações gerais para todos os níveis e modalidades de ensino dessa proposta. Primeira orientação. Estímulo à
2245 visão complexa da questão ambiental a partir das múltiplas interações do tema, a relação entre ambiente, cultura e
2246 sociedade. A 2. Abordagem da Educação Ambiental com uma dimensão sistêmica, interdisciplinar, contínua e
2247 permanente também em todas as áreas. Sempre levando em conta essa visão sistêmica de Educação Ambiental.
2248 Terceira orientação. Incentivo à pesquisa e apropriação de instrumentos técnicos e metodológicos que aprimorem
2249 a cidadania ambiental, que incentiva a participação de todos nas tomadas de decisão e considerando também as
2250 responsabilidades que devem ser assumidas por toda a comunidade; a valorização da diversidade sobre a ótica
2251 da Educação Ambiental. A quinta orientação. A inserção da Educação Ambiental nos projetos político
2252 pedagógico das escolas de forma multidisciplinar. A sétima orientação. Promoção de espaços estruturantes nas
2253 escolas e comunidades. A exemplo das COM-VIDAs que são as comunidades de meio ambiente e qualidade de
2254 vida nas escolas inspiradas na idéia de círculos de cultura do Paulo Freire. Oitava orientação. Promoção de
2255 observação, percepção, levantamento de hipótese e registro da realidade ambiental para que esse saber que é
2256 conhecido na escola parta de um diagnóstico local. A nona orientação, incentiva uma visão de mundo humanista
2257 e interpretativa levando sempre em conta o contexto histórico e mais uma vez baseada na diversidade e no
2258 reconhecimento das diferenças e outros valores que estão aqui, a cooperação, a democracia, a justiça social, a
2259 liberdade e a sustentabilidade. A décima orientação geral é abordagem da Educação Ambiental que propicie uma
2260 nova ética e uma postura crítica e transformadora. Então, o último tópico que eu gostaria de apresentar dessa
2261 parte das diretrizes e vocês terão oportunidade depois de ler e mandar sugestões e críticas de vocês, porque está
2262 em apreciação no Conselho Nacional de Educação e, portanto não é um documento acabado, é apenas uma
2263 proposta, vocês podem mandar para a Viviane, não vai ser possível apresentar para cada nível e para cada
2264 modalidade de ensino, mas pelo menos aqui eu gostaria de apresentar essas diretrizes comuns a todos os cursos.
2265 Então, na verdade pode passar, porque aqui já está bem específico. Eu vou enfocar só no ensino superior por
2266 uma razão. Na verdade eram aquelas as orientações gerais, eu não gostaria de passar por todos os níveis
2267 porque acaba que a gente não vai ter tempo para discutir e vocês já têm esse material aí. Eu queria destacar que
2268 a proposta para as diretrizes de ensino superior, porque existe uma proposta para que seja criado em Educação
2269 Ambiental em todos os cursos de licenciatura. Essa é a preocupação que nós temos para a formação inicial de
2270 professores. Porque assim, a nossa secretaria SECAD tem o desafio de trabalhar Educação continuada e quando
2271 a gente vai trabalhar a formação de professores se constata que os professores não tiveram a formação inicial em
2272 Educação Ambiental. Então, nessa proposta aí de revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação
2273 Ambiental está de forma bastante explícita e contundente essa questão, a inclusão da disciplina obrigatória de
2274 Educação Ambiental nos cursos de licenciatura pensando na formação inicial dos professores. Então, na
2275 Educação Superior nós temos as seguintes diretrizes. Promoção do enfoque da sustentabilidade em seus
2276 múltiplos aspectos. O fomento a pesquisas voltadas à construção de instrumentos e metodologias e processos
2277 para abordagem da dimensão ambiental, o acompanhamento avaliativo da incorporação da dimensão ambiental
2278 na educação superior. Fomento e estímulo à pesquisa e extensão nas temáticas relacionadas à Educação
2279 Ambiental. Quer dizer, envolve o tripé da universidade, o ensino, pesquisa e extensão. Bom, então a Bértes vai
2280 dar o conteúdo da apresentação e aqui foi um pouco mais para situar de onde partiu a proposta que a Bértes vai
2281 apresentar agora de modo a integrar a proposta da CTEM com o que já havia sido produzido no âmbito do MEC.

2282 2283 **Rachel Trajber - MEC**

2284
2285 Eu preciso dar um esclarecimento. Desculpe, eu preciso dar um esclarecimento do que está acontecendo com
2286 essas diretrizes porque de repente cai uma coisa que é feita pelo MEC na Câmara Técnica de Educação
2287 Ambiental do CONAMA. Nos sistemas de ensino não é o CONAMA que regulamenta, é o Conselho Nacional de
2288 Educação. E o Conselho Nacional de Educação está passando por uma revisão das Diretrizes Curriculares
2289 Nacionais. É um processo grande que eles estão fazendo e que começou no ano passado, mas está sendo
2290 construído aos poucos. E, então nós fizemos essa proposta e ela está circulando na sociedade também por meio
2291 de todos os participantes do comitê assessor do órgão gestor do qual o Marcos aqui é representante do comitê
2292 assessor da Câmara Técnica no Comitê Assessor. E todos os representantes de cada segmento receberam
2293 essas diretrizes curriculares para levarem para aqueles representados, para quem eles estão representando para
2294 esse debate, e até o dia 30 de agosto que nós temos esse prazo e todas as Secretarias Estaduais de Educação
2295 também está circulando nelas, e como faz parte do comitê assessor a Rede Brasileira de Educação Ambiental, a
2296 Rede Universitária de Programa de Educação Ambiental, a Câmara Técnica, a ANAMMA, o Conselho de
2297 Secretários Estaduais de Educação, todos eles levaram para as suas bases, digamos, essa proposta aqui, e nós
2298 vamos incorporar, à medida em que isso cabe, a essas diretrizes curriculares e vamos entregar essa nova versão.
2299 E enquanto isso, o Conselho Nacional de Educação trabalha sobre esta versão que foi mandada para ele

2300 juntamente com toda a sociedade, e eles vão incorporar as idéias principais nas grandes diretrizes curriculares
2301 nacionais. E vão também publicar as novas, aquelas que vierem com as contribuições da sociedade em todos os
2302 âmbitos nesse documento deles como específicos, porque tem também de diversidade, afro-descendentes, e
2303 enfim, outras diretrizes curriculares de outros segmentos. Nós vamos trabalhar com essa proposta de diretrizes
2304 no ano que vem fazendo uma Resolução em que a gente fomente a elaboração de materiais didáticos, de
2305 materiais informativos com base nessas diretrizes curriculares. Então, tem muitas repercussões possíveis. Os
2306 professores em sala de aula provavelmente não vão trabalhar com essas diretrizes que é uma coisa muito
2307 abstrata, mas sim com os reflexos que vão ter sobre a formação de professores, sobre os materiais didáticos e
2308 paradidáticos que são produzidos. Eu acho que ficou claro uma espécie de uma contextualização do que está
2309 acontecendo aqui.

2310
2311 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

2312
2313 Inicialmente, tinha sido pedido quinze minutos para explanação e como a Rachel também tomou a palavra e já
2314 estamos fazendo já os quinze vamos tentar conseguir fazer em mais uns sete.

2315
2316 **Bértes Carmo Cabra - SRMU/MMA**

2317 Sim, a minha parte é bem breve. Então retomando o que a Ana Paula tinha colocado, esses são os objetivos do
2318 GT de ensino. São baseados em duas das atribuições da própria CTEM. Ele gerou esse GT de Sistema de
2319 Ensino. Além disso, o que levou a criar foram demandas das conferências, então se vocês forem nas páginas das
2320 conferências você vai ter várias recomendações em relação à questão do formal que ainda não foram muito bem
2321 implementadas. Demandas das oficinas que foram realizadas na construção do Plano Nacional de Recursos
2322 Hídricos, demandas do que chegam ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos e chegam aqui ao CONAMA. A
2323 gente ficou sabendo de uma proposta que veio de Joinville de inclusão no sistema de ensino de lá de uma visão
2324 territorial de bacia, então veio para o CONAMA, e então as demandas podem tanto ir para um Conselho quanto
2325 outro. Outra coisa, alguns grupos de interesse muitas vezes em virtude dos conflitos de determinada região eles
2326 introduzem dão uma forma de introduzir o tema na escola através de comitês, mas a gente não sabe exatamente
2327 como isso acontece. Talvez se tivesse umas diretrizes gerais e recomendações fosse mais adequado. Bom, a
2328 previsão legal para a gente opinar sobre isso é a própria Política Nacional de Meio Ambiente, a Política Nacional
2329 de Educação Ambiental, o decreto 4281 que regulamenta e o Plano Nacional de Recursos Hídricos que tem
2330 especificações bem claras com relação ao ensino formal, ele até pecou um pouco na questão da Educação
2331 Ambiental informal, mas ele foi bem específico. Isso significa que foi uma demanda que se está constando no
2332 plano é o mais foi demandando nessas oficinas que são adequações de conteúdo, de materiais didáticos para o
2333 ensino relacionado à recursos hídricos. E a formação de professores também para isso. E o que a gente também
2334 se baseia para vir aqui convidar vocês a participarem desse processo de interação é exatamente a nossa portaria
2335 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos que permite esse convite de interessados e especialistas para
2336 participarem, isso sem falar que nós somos a CTEM é uma instância deliberativa do PNEA. Bom, a importância
2337 disso. Talvez assim, eu não sei até que ponto as pessoas conheçam o Sistema de Recursos Hídricos, mas já
2338 existia todo um aparato legal e político de recursos hídricos antes de existir política de meio ambiente. Só que
2339 toda essa visão é uma visão setorial. Com a entrada da política de meio ambiente essa coisa começou a mudar
2340 um pouco e foi se incorporando a visão de meio ambiente, mas para quem convive diariamente com a Política
2341 Nacional de Recursos Hídricos, com o Sistema Nacional de Recursos Hídricos sabe que existe às vezes tem
2342 divergências, é como se a situação fosse essa. Você tem meio ambiente e tem recursos hídricos e tem uma
2343 sobreposição com meio ambiente e a gente imagina que principalmente quando a gente quer trabalhar com
2344 Educação Ambiental é meio ambiente e água. Porque existe uma diferença ideológica inclusive em relação a
2345 esse conceito. Então, por isso que nós estamos vindo aqui, porque achamos que dessa forma trabalhando as
2346 duas câmaras dos dois conselhos, nós podemos contribuir na articulação das próprias políticas à medida que a
2347 gente utilize Educação Ambiental para isso, e a gente pode promover formas de aprimorar essa abordagem dentro
2348 de uma concepção integrada, porque às vezes como ela entra como eu falei algumas escolas trabalham, mas ela
2349 vem com a visão setorial, quando você capacita alguém para trabalhar você capacita com uma visão setorial e não
2350 consegue ver às vezes a água daquele modo ali, a água dentro do Meio Ambiente. Às vezes é água no sentido
2351 utilitarista da questão. Então, são questões que a gente se baseou para trazer essa proposta aqui para vocês.
2352 Bom, então os resultados esperados do que foi colocado, eu não vou repetir, porque o que a gente está
2353 esperando está dentro da proposta de alguma forma dessas diretrizes curriculares. A gente sabe que nós não
2354 temos influência direta do sistema de ensino. Nem o CONAMA e nem o CNRH, e então a gente tem que fazer
2355 isso através do Conselho Nacional de Educação. Então, o que a gente pode fazer é propor para o MEC, tentar
2356 aprimorar um pouco a proposta, fazer sugestões e talvez, eu imagino, fazer uma recomendação ao Conselho até
2357 como forma de fortalecer esse encaminhamento do MEC para o Conselho Nacional de Educação. Bom, então a
2358 gente quer contribuir com o tema água nessa sistematização que a gente está observando da Educação
2359 Ambiental através da elaboração das diretrizes e tudo o que a Rachel e o Luciano já falaram. Colocar no projeto
2360 pedagógico, no estabelecimento de ensino, agora é claro que a gente está buscando aqui essa visão da água e
2361 essa visão integrada da água ao meio ambiente. A gente percebe que há até erros como a nossa colega já
2362 colocou, a Ana Paula, até hoje depois de vários anos nós estamos com as divisões hidrográficas erradas e têm
2363

2364 outros tantos conteúdos que às vezes é muito boa a mobilização e a educação informal, mas às vezes o que está
2365 formando a cabeça do jovem e da criança é um conteúdo errado. E têm vários trabalhos em relação ao meio
2366 ambiente que fazem esse tipo de levantamento de conteúdo didático, e às vezes são formas até preconceituosas
2367 de ver algumas questões, a água, os biomas, você pode ler alguns biomas dizendo que o cerrado é feio, que a
2368 caatinga é uma vegetação desprezível. Isso você encontra em conteúdos de livros didáticos. Então é importante
2369 a gente pensar do que está no próprio livro didático em relação ao meio ambiente além de toda essa estrutura, a
2370 gente tentar influenciar nessa qualidade, nessa visão que o Programa de Educação Ambiental da Política de
2371 Educação Ambiental do país. Bom, então como eu já coloquei então, criar materiais e aprimorar esses materiais e
2372 capacitar os professores nesse sentido, e pensar em metodologias de ensino. Porque se você tem um ensino a
2373 partir de uma bacia hidrográfica é bem diferente do que se tem hoje na escola, e então você tem que pensar numa
2374 metodologia para isso, materiais didáticos para isso. Outra coisa que a gente quer muito é buscar nessa proposta
2375 que está sendo enviada ao MEC, colocar ou pelo menos reforçar os espaços existentes na escola para que haja
2376 interação com a Educação Ambiental informal. Então o que já acontece com os COM-VIDAs. Mas às vezes uma
2377 educação, às vezes você pode ter uma relação com um comitê de bacia como já tem. Mas a gente poderia
2378 sistematizar isso, o sistema já poderia esperar essa relação. Eu acho que isso facilitaria. Não seria simplesmente
2379 uma ação pontual de um sistema ou de um professor, ou de uma escola. Mas já estaria prevista no sistema. Eu
2380 acho que isso seria importante estar previsto um espaço, porque daria também a oportunidade de atuar de forma
2381 prática, a gente não ficaria só naquela escola teórica, mas de repente o próprio aluno está ali atuando no comitê, e
2382 então a gente realmente gostaria muito que isso fosse implementado. Bom, então o que viemos aqui fazer?
2383 Viemos convidar vocês, a Câmara Técnica de Educação Ambiental do Conselho a participar com a gente dessa
2384 elaboração conjunta, com essa visão sistêmica, com essa visão orgânica para enviar essas propostas para o
2385 MEC. É claro que temos outras ações que poderiam... Só que a gente quer focar, até porque essa proposta já
2386 está sendo encaminhada para o Conselho Nacional de Educação, e então seria o ponto inicial dessa atuação
2387 conjunta. E aí convidamos membros da Câmara, eu não sei como poderia ser, um GT ou alguns membros, é uma
2388 forma, fica aqui a pergunta para a gente pensar como podemos atuar, mas eu acho muito importante essa
2389 atuação como eu coloquei, principalmente para essa fragmentação que existe muitas vezes de recursos hídricos,
2390 muito mais do que vocês imaginam. Para quem está no sistema, é muito complicado às vezes colocar essa idéia
2391 de recursos hídricos também como meio ambiente. Obrigada.

2392
2393 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

2394
2395 Muito bem, vamos retornar então. Alguma consideração mais?

2396
2397 **Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte**

2398
2399 Eu gostaria de fazer um comentário. Saudar aos membros da Câmara Técnica de Educação, Capacitação,
2400 Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos, parabenizar a iniciativa da apresentação, e dizer que são
2401 ações, são ações válidas que contemplam o princípio décimo da Política Nacional de Meio Ambiente. Educação
2402 ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a Educação da comunidade objetivando capacitar para a
2403 participação ativa na defesa do meio ambiente. É isso aí. Parabéns.

2404
2405 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**

2406
2407 Ana, OCA. Eu gostaria de saber se tem prazo para o encaminhamento dessas colaborações ou como é que está
2408 se dando esses trabalhos.

2409
2410 **Rachel Trajber - MEC**

2411
2412 Dia 30 de agosto.

2413
2414 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**

2415
2416 Marcos, do Governo do Ceará. Eu tenho que falar, porque eu sou representante lá no órgão gestor, mas como vai
2417 ter um momento de informes, eu vou aproveitar e falo tudo na questão dos informes, só que esse material por uma
2418 questão tecnológica ele não chegou para mim. Mas depois eu dou o informe geral.

2419
2420 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

2421
2422 Mais alguma consideração?

2423
2424 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**

2425
2426 Eu queria só um esclarecimento. Já houve oportunidade de fazer reunião conjunta da Câmara Técnica de
2427 Educação Ambiental do CONAMA com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos?

2428
2429
2430
2431
2432
2433
2434
2435
2436
2437
2438
2439
2440
2441
2442
2443
2444
2445
2446
2447
2448
2449
2450
2451
2452
2453
2454
2455
2456
2457
2458
2459
2460
2461
2462
2463
2464
2465
2466
2467
2468
2469
2470
2471
2472
2473
2474
2475
2476
2477
2478
2479
2480
2481
2482
2483
2484
2485
2486
2487
2488
2489
2490
2491

Ana Paula Soares Xavier - CTEM/CNRH

Foi essa reunião inclusive que teve com o Comitê Assessor do Órgão Gestor em Joinville, mas foi uma reunião muito ampla com muitas pessoas de fora e então assim não foi uma reunião muito focada, mas teve essa reunião em que houve aquelas deliberações.

Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE

Mas normalmente o órgão gestor é que concilia essas representações, né? Representante no Comitê Gestor junto ao MEC? Como é que existe rotina para conciliar a agenda? Existe isso através do Comitê Gestor talvez?

Ana Paula Soares Xavier - CTEM/CNRH

Nós podemos criar essa agenda independente do Comitê Assessor, porque eles têm agenda própria, eles se reúnem duas vezes por ano.

Luciano Chagas - CTEM/CNRH

É que o Comitê Assessor, o órgão Gestor da Política Nacional que são a Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC e o Departamento de Educação Ambiental do MMA. No caso dessa reunião que ocorreu em Joinville, eu não era membro ainda da Câmara Técnica, mas fui informado que aconteceu uma reunião no ano passado por ocasião do encontro, o Congresso Ibero Americano de Educação Ambiental em Joinville. Mas assim, a motivação para essa proposta de atuação conjunta nesse momento é no sentido de evitar dispersão das ações. Nós já temos uma proposta de Educação Ambiental e queremos uma inserção qualificada da Educação Ambiental no currículo escolar. E assim, a proposta é que a Câmara Técnica de Educação Ambiental mesmo mais voltada para assuntos pertinentes à Educação Ambiental não formal pode contribuir com a CTEM para fazer uma proposta conjunta e não dispersar as propostas, não ficar uma proposta do MEC e outra do MMA e outra de uma Câmara Técnica e outra. Mas tentar potencializar a partir do que já existe, porque assim a gente tem diretrizes curriculares para a Educação Ambiental. O tema água já está contemplado, de certo modo, mas assim as contribuições para que essa inserção tenha outros enfoques e outros olhares, eu acho que vocês junto com a CTEM podem ajudar podem contribuir.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Bem, então vamos retornar à pauta e voltamos então ao item 3. 6 na qual o assunto do processo de recomendação para inserção da dimensão ambiental das atividades administrativas operacionais na administração pública. Então, Eder, por favor.

Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte

Um fato novo, eu consultei novamente o Regimento Interno, que é do conhecimento de todos, do artigo 31 das competências das Câmaras Técnicas, parágrafo oitavo. Às Câmaras Técnicas compete: - “Solicitar ao CIPAM reunião conjunta com qualquer outra câmara antes de deliberar sobre o mérito de emenda de alta relevância e complexidade”. Eu gostaria de consultar ao plenário, aos membros, aos presentes, sobre se não é esse o caso, então ainda estamos formando consensos importantes, mas ainda para contemplar mais ainda, eu gostaria de reiterar aqui que ninguém aqui quer o prejuízo do debate, todos nós estamos jogando no time a favor. Então, para aumentar essa margem de consenso, eu consulto se seria possível solicitar ao CIPAM reunião conjunta com outra Câmara Técnica que mais se identifique com a matéria discutida aqui nesse momento, a proposta de recomendação. É isso.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Cleide do CONAMA. As reuniões técnicas são solicitadas e a partir de um pedido feito pela Câmara Técnica ao CIPAM, mas para que a reunião seja mais produtiva é importantíssimo que cada Câmara Técnica tenha noção da dimensão do seu trabalho, dos problemas, dos gargalos, das soluções, do que precisa ser consensuado. Primeiro tem que começar no consenso ou pelo menos num nivelamento do entendimento, em nível de cada Câmara Técnica para que a reunião seja mais produtiva. Nós não podemos a partir do início das discussões já pedir uma reunião de Câmara Técnica conjunta, porque ela fica um fórum muito grande e ela não é produtiva. Eu recomendo que, se houver necessidade ou se a Câmara perceber da importância de ter uma reunião conjunta, que seja feita, mas eu acho que nós estamos ainda no início das discussões. Não acho próprio que seja feito agora. Submeto à apreciação dos outros.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE



2492
2493
2494
2495
2496
2497
2498
2499
2500
2501
2502
2503
2504
2505
2506
2507
2508
2509
2510
2511
2512
2513
2514
2515
2516
2517
2518
2519
2520
2521
2522
2523
2524
2525
2526
2527
2528
2529
2530
2531
2532
2533
2534
2535
2536
2537
2538
2539
2540
2541
2542
2543
2544
2545
2546
2547
2548
2549
2550
2551
2552
2553
2554
2555

Mais alguma consideração da matéria?

Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte

Uma consideração. Para se incorporar itens elaborados você discutir, aprovar e encaminhar itens à Agenda Nacional do Meio Ambiente, as câmaras devem propor matérias no âmbito da sua competência. Eu acho que fala por si só e acho que fazer uma Resolução fora do âmbito da competência da Câmara, vai além do que pautar a Agenda Nacional do Meio Ambiente. Eu gostaria de ouvir as outras contribuições. É isso. Obrigado.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Bem, nós temos ainda, Rachel você vai ter alguma coisa ainda a acrescentar por escrito?

Rachel Trajber - MEC

Nós vamos proceder à leitura ou não? Como ficou?

Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE

A gente está num impasse aqui. Eu acredito que a gente continua num impasse, porque o Éder está defendendo a tese de que não está na nossa competência tratar dessa resolução, não tem defesa, eu acho que talvez poderia colocar em votação mesmo. Não tem jeito. A gente pode considerar a fala da Viviane como uma defesa de que se mantém essa recomendação como um todo? Pode?

Keilah Diniz - Ministério da Cultura

A questão da votação que você está propondo. Assim, o Éder está considerando que alguns itens daqui são pertinentes e outros não. Alguns tópicos. Então eu acho que para a gente chegar ao consenso, eu acho que vale a pena a leitura como estava sendo proposto, e aí parar em cada item para saber se é pertinente ou não. Porque não dá para a gente votar como um todo, se a gente não viu ainda as partes.

Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte

Eu concordo com a pertinência, eu reitero sem prejuízo do debate, toda essa Resolução é importante, é válida ela é positiva. Agora, deve ser verificada a pertinência de cada ponto das discussões neste fórum. Veja bem, ninguém é contra nenhum dos itens da recomendação, todo mundo está aqui no sentido positivo, por isso que eu vejo um cenário positivo. É nesse sentido.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Então vamos aceitar a proposição da Keilah e proceder à leitura? Estão de acordo todos?

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Considerando os princípios de sustentabilidade propostos na Agenda 21 brasileira concluída em 16 de julho como resultado dos trabalhos de consulta à sociedade... Alguém tem algum nos considerandos.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Podemos ir pulando etapas que já foram consideradas.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Alguém tem alguma coisa nos considerandos?

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Ou algum considerando novo.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Já temos o seu, vamos acrescentar e assim que estiver pronto ele digita.

2556
2557
2558
2559
2560
2561
2562
2563
2564
2565
2566
2567
2568
2569
2570
2571
2572
2573
2574
2575
2576
2577
2578
2579
2580
2581
2582
2583
2584
2585
2586
2587
2588
2589
2590
2591
2592
2593
2594
2595
2596
2597
2598
2599
2600
2601
2602
2603
2604
2605
2606
2607
2608
2609
2610
2611
2612
2613
2614
2615
2616
2617
2618
2619

Rachel Trajber - MEC

Quer dizer, eu tenho uma sugestão. Considerando a importância de se ampliar as experiências desenvolvidas pela A 3 P no âmbito do Governo Federal. É uma inclusão de um novo considerando.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Em qual seria? Não dá para mexer nesse texto. Abre um arquivo e escreve emendas à proposta de Resolução.

Rachel Trajber - MEC

Vocês acham que dá para incluir nesse segundo considerando a importância dos órgãos governamentais liderarem o processo de adoção de novos padrões de desempenho em suas instalações prediais e tal. É que precisaria escrever de novo o considerando, tendo em vista a ampliação de experiências desenvolvidas pela A3 pelo no âmbito do Governo Federal? Tendo em vista a ampliação das experiências desenvolvidas pelos processos de A 3 P. Eu acho que tem que dizer o que é a 3P, Agenda Ambiental na Administração Pública. A gente tem que fazer uma pesquisa sobre a 3P para inserir da forma certa.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Tem que levar em consideração todo o texto. Você vai repetir alguma coisa ou excluir alguma coisa?

Rachel Trajber - MEC

O que a gente precisa entender é como é esse processo de a 3 P, a inserção dele no Governo Federal, se tem indicadores, se tem... Enfim, a gente precisa ver qual é a orientação dessa A 3P que foi o começo da minha fala.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Rachel, isso não seria trabalho para um grupo ou individual?

Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE

Podia ser feito um pedido de vistas e aí se concilia a 3P?

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Há necessidade de um pedido de vistas?

Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE

Porque ninguém está seguro com relação a A3P.

Rachel Trajber - MEC

Essa minha frase é baseada na minha experiência com a 3P, eu não sei quais são os indicadores, quais são os resultados, quais são os documentos de instauração de A 3P.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Será que precisa ser um pedido de vistas ou será que nós podemos avançar no que pode e trazer para a próxima as informações quanto a isso. Senão fica pedido de vistas, pára tudo e volta tudo. Avançar hoje no que for possível sem ser pedido de vistas e aí a gente faz.

Rachel Trajber - MEC

Então fica a proposta para a próxima reunião trazer alguém.Cleide, podia vir alguém da comissão gestora da A 3P. No MMA. Porque agora ela está na Câmara.

Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte

Com licença. Posso falar?

Rachel Trajber - MEC

2620

2621

Só um minuto, deixa-me só escrever a frase. No âmbito do Governo Federal. É neutro assim. Seria bom apresentarem os instrumentos regulatórios e deve existir alguma coisa.

2622

2623

Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte

2624

2625

É justamente nesse sentido. Se existe um aqui, então deve existir outro. Diz aqui em 2005 houve um aumento de mais de 200 % de órgãos que aderiram à A3P indicando uma nova tendência de adequação das instituições de poder público à política de prevenção dos impactos negativos ao meio ambiente.

2626

2627

2628

2629

Rachel Trajber - MEC

2630

2631

Legal, isso justifica a gente colocar aqui como uma experiência da A3P. Ela é mais do que pontual, ela está disseminada. Pronto, com relação aos considerandos estamos resolvidos.

2632

2633

2634

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

2635

2636

Então vamos à recomendação.

2637

2638

Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte

2639

2640

Só uma observação no considerando, eu acho que essa observação minha, não sendo considerado todo o geral, eu acho que faz parte e não faz muita diferença, mas colocar o segundo considerando, deixar em observação. "Considerando a importância de órgãos governamentais liderarem o processo de adoção de novos padrões e desempenho ambiental em suas instalações prediais, operações e procedimentos administrativos". Veja bem. É muito importante esse considerando é positivo, é importante, mas ele deixa descaracterizado como Educação Ambiental. Dos considerandos, esse é assim um que é bastante visível esse aspecto de instalações prediais, operações e procedimentos administrativos. Só para constar. Obrigado pela atenção.

2641

2642

2643

2644

2645

2646

2647

2648

Viviane Vazzi Pedro - MEC

2649

2650

Viviane do MEC. Eu sugiro para esse ponto de fato esse considerando não pode ficar solto dessa forma e precisa estar amarrado com o contexto Educação Ambiental. Então trazer aquela idéia de ambiente educador, a institucionalidade ambiental que se reflita nesses ambientes.

2651

2652

2653

2654

Rachel Trajber - MEC

2655

2656

A importância, padrões e novos padrões de desempenho ambiental, tornando suas instalações, espaços e intencionalidade a educação ambiental... O CONAMA odeia esse tipo de palavra meio filosófica, mas eu acho que aqui cabe, com intencionalidade educativa ambiental, tendo em vista a ampliação. Vocês acham que fica legal?

2657

2658

2659

2660

Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE

2661

2662

Tornando suas instalações prediais e espaços com.

2663

2664

Rachel Trajber - MEC

2665

2666

Eu tiraria prediais aqui. Operações e procedimentos administrativos espaços com intencionalidade educativa ambiental, tendo em vista aquilo lá. Resolve?

2667

2668

2669

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

2670

2671

Eu tinha entendido que esses espaços não existem, que precisam ser implementados e etc. Se a gente fizesse um terceiro considerando dizendo da necessidade, considerando que há necessidade de se ter esse espaço, e lá sim recomenda a criação desses espaços. Porque eu entendi que esses espaços não existem e aqui parece que está tudo beleza.

2672

2673

2674

2675

Rachel Trajber - MEC

2676

2677

Aqui parece que a A 3 P já é uma forma de tornar. É verdade.

2678

2679

2680

Viviane Vazzi Pedro - MEC

2681

2682

2683 E a idéia é tornar esses espaços, instalações e operações coerentes com Educação Ambiental. Então eu acho
2684 que não sei. Acho que seria interessante tirar. Tudo bem que falar tornar espaços educadores, criar espaços
2685 educadores, mas é importante manter a idéia da coerência entre as operações e procedimentos administrativos e
2686 a Educação Ambiental que se pretende fazer.

2687
2688 **Rachel Trajber - MEC**

2689
2690 Por isso que eu coloquei tornando suas instalações e espaços.

2691
2692 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

2693
2694 Tornar as instalações, operações e procedimentos.

2695
2696 **Rachel Trajber - MEC**

2697
2698 Mas o que ela falou, espaços no sentido amplo. Mas o que ela falou é correto. Especialmente se a gente usa
2699 esse finalzinho, tendo em vista ampliação das experiências desenvolvidas, até parece que está tudo.

2700
2701 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

2702
2703 Aí a gente levanta no parágrafo seguinte a necessidade.

2704
2705 **Rachel Trajber - MEC**

2706
2707 Ou tira a importância aqui dos órgãos. Talvez a necessidade de criar ou de consolidar. Necessidade de implantar
2708 efetivamente a agenda.

2709
2710 **Fátima de Lourdes Paladino Franca - MPS**

2711
2712 Quando foi feito o Decreto da 5940 houve obrigatoriedade. A agenda já tem desde 99 e se não amarrar direito ela
2713 não anda.

2714
2715 **Keilah Diniz - Ministério da Cultura**

2716
2717 Eu queria, não sei se ajuda, porque eu acho que a importância aqui desse considerando é exatamente a
2718 importância do governo liderar o processo. Então, talvez o considerando a importância dos órgãos
2719 governamentais liderarem o processo de adoção de novos padrões de desempenho ambiental e aí incluir a idéia
2720 da A3P que vai ser pesquisada e etc, no complemento da frase.

2721
2722 **Fátima de Lourdes Paladino Franca - MPS**

2723
2724 Isso já é a ferramenta.

2725
2726 **Keilah Diniz - Ministério da Cultura**

2727
2728 Exatamente. Aí corta o suas instalações, operações e procedimentos administrativos, substituindo pela própria
2729 A3P.

2730
2731 **Fátima de Lourdes Paladino Franca - MPS**

2732
2733 Porque ela é uma cartilha e os procedimentos ela já tem.

2734
2735 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

2736
2737 Estamos tentando fazer uma fusão das duas leituras aqui. Então para isso seria necessária uma redação.

2738
2739 **Fátima de Lourdes Paladino Franca - MPS**

2740
2741 E o interessante que com a comissão gestora também às vezes tem na dificuldade na implementação a gente
2742 colocar algum termo que necessariamente crie aquela necessidade de ser a agenda a ferramenta utilizada em
2743 nível de governo para que haja uma melhoria no processo de Educação Ambiental interno. Às vezes não estão
2744 tendo assim muito... ficou um pouco vago, os órgãos nem todos têm e os que têm são muito poucos e eles não
2745 tem esses dados todos para serem repassados.

2746

2747 **Rachel Trajber - MEC**

2748

2749

2750

2751

2752

2753

2754

2755

2756

2757

2758

2759

2760

2761

2762

2763

2764

2765

2766

2767

2768

2769

2770

2771

2772

2773

2774

2775

2776

2777

2778

2779

2780

2781

2782

2783

2784

2785

2786

2787

2788

2789

2790

2791

2792

2793

2794

2795

2796

2797

2798

2799

2800

2801

2802

2803

2804

2805

2806

2807

2808

2809

2810

Pelo o que eu estou entendendo, o grande problema, tem dois problemas nessa frase como ela ficou depois que a gente inseriu essa coisa mais prática da A3P, que fica parecendo que a A3P já faz isso e não faz. Então essa é a primeira contradição. A segunda contradição, é que ao ampliarmos essa frase para Educação Ambiental com uma coisa mais profunda e acho que com toda razão, está perfeito, mas pelo o que a Viviane me disse aqui agora, você acha que a gente não poderia escrever nas instalações prediais, nas operações e procedimentos administrativos, né? No entanto, o espaço educador ele considera tudo isso. Você pode considerar, por exemplo, as faixas de pedestres em Brasília como espaços educadores que tem intencionalidade educadora. Em compensação essas mesmas faixas de pedestre de São Paulo, elas não são espaços educadores. Então, nada impede de que os espaços sejam educadores e que a gente potencialize essa visão educadora dos espaços vividos. Então, tudo bem, a gente pode dizer isso, mas o problema fica a contradição com essa segunda parte da frase que a gente colocou lá. Talvez a gente possa transformar esta daqui. "Considerando a necessidade dos órgãos governamentais liderarem o processo de adoção de novos padrões de desempenho ambiental, tornando suas instalações prediais, operações e procedimentos administrativos em espaços com intencionalidade educativo ambiental." Aí você faz um outro considerando. "Considerando a importância de se ampliar as experiências desenvolvidas pela A3P no âmbito do Governo Federal. Você não está convencido.

Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte

Eu reconheço o esforço, estou achando a redação, acho que está caminhando, mas ninguém aqui tem opinião fechada sobre os temas, lógico que aqui é um debate e a gente está aprendendo uns com os outros. Eu acho válido o esforço que está sendo colocado aqui, inclusive um esforço de compreensão mútua, super válido. Mas eu pergunto, será que o documento não está pautando a gente?

Rachel Trajber - MEC

A gente tem que se adaptar ao documento que a gente recebe.

Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte

E nós estamos com dificuldade para amarrar dois assuntos que estão diversos, e a primeira proposta da reunião de hoje foi que a gente verificasse o que é Educação Ambiental e o que é A3P, o que é gestão dos prédios, o que é instalação predial. Eu acho que não tem nenhum perigo dessa Resolução não ser aprovada. Eu acho que o benefício é maior para uma Resolução quando ela está clara. Eu acho que precisa de uma clareza e acho válido o esforço de tentar conciliar as redações. Eu acho válido. Mas assim, eu queria propor uma reflexão porque talvez sejam realmente dois assuntos diversos. Um é Educação Ambiental e outro é instalação predial. Eu acho que gostaríamos mesmo que essa Resolução seja implementada, mas que ela seja implementada da forma mais clara possível. Eu acho que é um ganho que a Resolução seja mais clara possível. Eu acho que essa é minha contribuição.

Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE

Eu acho que a gente está se apegando ao detalhe e esquecendo do espírito da recomendação. Primeiro, é uma recomendação, não é uma Resolução. A intenção, vamos retomar a fala da Viviane. A intenção é que os espaços governamentais, esquece prédios físicos, mas os espaços sejam educativos. Eles representem os espaços e as relações com os órgãos governamentais contemplem a Educação Ambiental, as ações sejam coerentes, não é? Então assim, se a gente pegar o espírito da recomendação, a gente entende a razão dela ter sido trabalhada. Eu não vejo que neste momento é uma recomendação que já tramita desde 2005 que a gente vá descobrir a roda nesse instante. Então, que a gente se atenha ao espírito, qual é a proposta, porque a gente já sabe que no decorrer desse tempo a A3P já evoluiu na execução de algumas práticas que já vem até adotando algumas ações com algumas dificuldades. Talvez assim, eu acho que a gente evolua para a compreensão da recomendação, dos itens como recomendação para a gente captar melhor o que se quer e depois a gente delibere. Porque se a gente ficar empacado agora a gente não vai adiante na análise da recomendação. Então a minha sugestão é que a gente se detenha ao espírito da recomendação que é criar espaços educativos na relação do trabalho em parcerias.

Fátima de Lourdes Paladino Franca - MPS

Pois é, eu estava falando com a Rachel, para a gente não chocar, não é só o espaço, é ação ambiental também porque senão a pessoa etiqueta o prédio todo e não faz uma ação ambiental.

Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE

2811 Então para isso vamos ler os itens da recomendação. Não vamos nos ater com considerandos, vamos nos ater
2812 aos itens da recomendação para ver se a gente consegue entender melhor. Então, a minha sugestão é que a
2813 gente capte o espírito da recomendação, a intenção, não questione isso agora, e vamos ler cada ponto da
2814 recomendação. Vamos deixar os considerandos à parte e vamos para a recomendação.

2815
2816 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

2817
2818 Até porque a recomendação já atende os considerandos. .

2819
2820 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

2821
2822 Essa recomendação vai ser uma recomendação do CONAMA e não uma recomendação Câmara Técnica. Então
2823 nós estamos caminhando bem, é por aí mesmo.

2824
2825 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

2826
2827 Então vamos proceder à leitura.

2828
2829 **Ana Paula – CTEM/CNRH**

2830
2831 Inicialmente eu gostaria de agradecer a vocês do CONAMA, ao Presidente novo que assume hoje, parabéns e
2832 sucesso aí nesses dois anos.

2833
2834 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

2835
2836 Vice - Presidente. Estamos assumindo pelo Governo da Bahia.

2837
2838 **Ana Paula Soares Xavier - CTEM/CNRH**

2839
2840 É o seguinte. A gente só queria assim deixar esse espaço, a gente já iniciou esse espaço em 2006 com a CTEA,
2841 e gostaríamos que permanecesse, acho que temos muitas coisas em conjunto para discutir e essa questão de
2842 ensino foi só uma preposição para a gente reativar essa integração já iniciada. Eu gostaria também de convidá-
2843 los à reunião da CTEM que acontece depois de amanhã lá no auditório da Secretaria de Recursos Hídricos a partir
2844 de 9 horas da manhã. A pauta eu acabei não trazendo, mas já está no site, a colega coloca no site, é o dia todo
2845 de reunião e no dia 15 que é amanhã é a reunião dos grupos de trabalho. Eu vou passar então para a Bértes,
2846 para ela fazer o encaminhamento aqui.

2847
2848 **Bértes Carmo Cabra - SRMU/MMA**

2849
2850 Bom, como vocês acharam ainda por causa da renovação da equipe ainda muito precoce essa interação, fica
2851 então o convite como forma de encaminhamento para a participação daqueles que tiverem interesse a reunião do
2852 GT, então dia 22 do 8 GT Sistema de Ensino na CODEFASF no quarto andar às 14h30. Mais detalhes vocês
2853 podem ligar para a Ana Paula. Telefone 3410-2075. Ou entrar na página do Conselho que essa apresentação vai
2854 estar disponível e aí tem os contatos de todas as pessoas do GT de Sistema de Ensino. Aí fica o agradecimento
2855 pela atenção de vocês e também o convite que eu espero que não fique só com essa apresentação, para a gente
2856 conseguir fazer um trabalho conjunto, lembrando que o MEC tem um prazo até dia 30 para apresentar e então
2857 aguardamos a contribuição de vocês. Obrigada.

2858
2859 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

2860
2861 Muito obrigado pela presença e pelo convite e vamos recomendar a todos os Conselheiros que lá participem e
2862 prestigiem. OK, obrigado.

2863
2864 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

2865
2866 Voltando então à nossa recomendação. Vamos entrar no item que recomenda. 1) Que os órgãos governamentais
2867 federais distritais e municipais desenvolvam e adotem estratégias para melhoria contínua do desempenho
2868 ambiental por meio da inserção da dimensão ambiental em todas as suas operações, procedimentos e nas
2869 instalações prediais, incluindo aquelas relacionadas ao processo de tomada de decisão.

2870
2871 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**

2872
2873 Eu acho que esse item quanto a Fátima do Ministério da Previdência levantou que os Ministérios e que os órgãos
2874 deveriam ter suas coordenações e definir as atividades, eu acho que contempla, porque adotar a estratégia no

2875 que eles adotam a estratégia eles definem isso. Eu acho que nesse ponto é esse item, que eles adotem estratégia
2876 para a melhoria contínua e a inserção da dimensão ambiental. Quer dizer, eu acho que na sua fala isso aqui está
2877 contemplado. Você concorda?
2878

2879 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

2880
2881 Você acha que precisa detalhar e falar nos núcleos, espaços?
2882

2883 **Fátima de Lourdes Paladino Franca - MPS**

2884
2885 Nesse caso, Cleide, você acha que tem necessidade de um detalhamento de estrutura aqui? Eu acho que não.
2886 Eu acho que lançada a idéia cada um dentro da sua própria estrutura vai achar a melhor forma. Agora, eu vejo
2887 assim, sob o ponto de vista ambiental, com relação à responsabilidade social e cidadania aí fica meio que
2888 particularizado.
2889

2890 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

2891
2892 Procedimento nas instalações prediais. Olha como ele está detalhando e eu pergunto se esses núcleos que
2893 vocês falaram se não entra nesse mesmo nível de detalhe e incluindo aquelas relacionadas ao processo de
2894 tomada de decisão.
2895

2896 **Fátima de Lourdes Paladino Franca - MPS**

2897
2898 No nosso núcleo de gestão nós não entramos em detalhe com relação à área de abrangência. Não se chegou a
2899 detalhar sobre isso, mesmo porque em função de um núcleo é criada uma comissão e essa comissão define os
2900 projetos e os programas internos. Eu acredito que sim, porque veja, uma estrutura física de um Ministério, por
2901 exemplo, é muito diferente de uma prefeitura no interior de um Estado assim. Eu acho que não conheço a
2902 realidade dos Estados, mas observando eu acho que é completamente diferente.
2903

2904 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

2905
2906 Aprovada então essa recomendação?
2907

2908 **Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte**

2909
2910 Essa recomendação eu gostaria de voltar ela tem duas páginas, mas na segunda página diz assim: - "Em todas as
2911 suas operações". Eu não consigo imaginar qualquer ação que possa ser reproduzida em todas as operações de
2912 uma administração pública. Por mais simples que seja essa ação, ela não se enquadra, ela não pode ser adotada
2913 em todas as operações. Quais são todas essas operações? Quais são todos os procedimentos?
2914

2915 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

2916
2917 Viviane MEC. Eu concordo que podemos falar na nas operações e não usar a palavra toda. E, eu queria alertar
2918 que está faltando uma coisa bem importante. Não falar simplesmente na inserção da dimensão ambiental, e sim
2919 na dimensão educadora ambiental, e aí não dá para ser em todas realmente, mas o que se quer é que essas
2920 operações, procedimentos e instalações reflitam a dimensão educadora e não só tenham a gestão, porque essa
2921 parte da gestão já está no início da frase que diz: "melhoria contínua do desempenho ambiental". Aí por meio, eu
2922 não sei até se é por meio, mas inclusive com a inserção da dimensão educadora ambiental nas operações e
2923 procedimentos.
2924

2925 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**

2926
2927 É, então fica inserção da dimensão educadora ambiental. É a fala da Viviane, estou só citando o que ela disse.
2928 Inserção da dimensão educadora ambiental nas operações.
2929

2930 **Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte**

2931
2932 Ou então, estamos fazendo um esforço. Se fosse possível visualizarmos a redação proposta, mas não é, né?
2933

2934 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

2935
2936 Não. Como está gravando e eu anotei, a Tita também anotou, vocês estão anotando no papel que é mais rápido
2937 algumas palavras, e ele pode ir depois copiando enquanto a gente discute o resto. Agora, não. A gente não vai
2938 parar para ele escrever.

2939

2940

Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte

2941

2942

Uma proposta de redação. Em todas as operações, procedimentos e instalações prediais onde couber inserção da dimensão educadora ambiental.

2943

2944

2945

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

2946

2947

Não sei se há necessidade desse preciosismo. Acho que se não couber não entra. Quando cabe já é difícil. Quando não couber aí então é que não vai entrar. Ainda mais que é recomendação. .

2948

2949

2950

Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte

2951

2952

Eu creio que nós não vamos discutir outros parágrafos como esse. Eu acho que esse é estratégico. Então só esse nós podemos digitar?

2953

2954

2955

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

2956

2957

Vamos fazer uma leitura para ver como ficou?

2958

2959

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

2960

2961

Que os órgãos governamentais, federais e estaduais, distritais e municipais, desenvolvam e adotem estratégias para melhoria contínua do desempenho ambiental, inclusive como a inserção dimensão educadora ambiental nas suas operações e procedimentos e nas instalações prediais, incluindo aquelas relacionadas ao processo de tomada de decisão. Eu tiraria também se há esse parêntese aí.

2962

2963

2964

2965

2966

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

2967

2968

Então alguma dúvida aí na redação?

2969

2970

Fátima de Lourdes Paladino Franca - MPS

2971

2972

Cleide, você não acha que podia colocar ações também com relação à parte da Educação corporativa, para não ficar um processo só material, por exemplo?

2973

2974

2975

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

2976

2977

Em que momento?

2978

2979

Fátima de Lourdes Paladino Franca - MPS

2980

2981

Procedimentos, vamos supor, compras, licitações, mudanças físicas e etc. Eu acho que nesse caso ações, porque ação de educação ambiental ela pode automaticamente na interpretação de uma justificativa de um contrato de educação, vamos supor, ela tem uma justificativa junto ao Tribunal de Contas. Não é? Porque é uma ação e tem enquanto programa. A sensibilização, oficina, e etc, caso se queira fazer um contrato.

2982

2983

2984

2985

2986

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

2987

2988

Então a redação fica procedimento e ações.

2989

2990

Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE

2991

2992

Não, procedimentos, ações educativas...São três coisas, ia entrar só ação a mais. Nas operações, procedimentos e ações educativas e nas instalações prediais.

2993

2994

2995

Fátima de Lourdes Paladino Franca - MPS

2996

2997

Aí precisa especificar instalações prediais? Vamos supor no nosso caso vamos fazer uma ação fora da área física como a Câmara tem que é com as borras de café, é feita fora da área física.

2998

2999

3000

Viviane Vazzi Pedro - MEC

3001



3002 É que instalação predial significa lá para frente quando vai falar quando em licitação, por exemplo, você opta por
3003 uma iluminação mais natural, lâmpada e esse tipo de coisa, ele está falando aqui das instalações. Então, eu acho
3004 que é o caso de manter.

3005
3006 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

3007
3008 Bom, no caso de ações educativas está se referindo a ações externas e até internas também. Então ela é
3009 completa.

3010
3011 **Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte**

3012
3013 Sim, eu acho que contempla as propostas, tanto internas quanto externas como o Paulo muito bem disse, e então
3014 a proposta de retirar as instalações prediais, acho que não faz sentido ela estar.

3015
3016 **Fátima de Lourdes Paladino Franca - MPS**

3017
3018 Instalação predial presume-se área física interna, condomínio, o próprio condomínio. No caso que a Câmara tem
3019 uma área externa que ela faz cem metros, por exemplo, uma ação educativa, ela não está dentro da estrutura
3020 física prédio. Ela pega uma coisa maior.

3021
3022 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

3023
3024 Mas essa redação está se referindo à recomendação de que a administração pública observe em todas essas
3025 dimensões o caráter, a preocupação com a gestão ambiental e com a Educação Ambiental. Quer dizer, a
3026 coerência entre as decisões. Então é exatamente por isso que é fundamental que essa parte da instalação
3027 predial. Mais para frente, aliás, eu sugiro se houver dúvida ainda sobre isso que a gente avance, marque esse
3028 ponto e avance mais um pouco, porque lá para frente parece que faz sentido e justamente esse é o primeiro.

3029
3030 **Fátima de Lourdes Paladino Franca - MPS**

3031
3032 Eu estou falando com relação à restrição de um subsecretário de planejamento se restringir à aquela determinada
3033 área física, e aí ele não delibera ações que por acaso partam de um princípio externo para que fique um pouco
3034 mais amplo. Eu não sei, de repente mais para frente eu posso entender o que você está falando.

3035
3036 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

3037
3038 Eu não consigo visualizar que vai restringir, mas se todo mundo acha, vamos marcar e de repente retira, pode ser.

3039
3040 **Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte**

3041
3042 Eu acho que é nesse sentido, restringe, eu acho que não faz sentido dizer que era justificada com outro parágrafo
3043 seguinte ao anterior, porque ele é um parágrafo único de recomendação.

3044
3045 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

3046
3047 Ela é todo o sentido dessa Resolução esse primeiro parágrafo, ela é que resume o porque que está se propondo.
3048 Então quer que se recomende a dimensão da gestão ambiental em todos os sentidos, em todo o âmbito da
3049 administração pública e quando diz respeito à A3P, não está recomendando as políticas públicas e ações de
3050 Educação Ambiental que são feitas pelos diversos órgãos e Ministérios. Não está falando desse âmbito externo
3051 de política pública, mas está falando exatamente dessa internalização e de um ambiente que reflita dentro das
3052 instalações físicas, eu não sei se todo mundo concorda, mas é justamente uma Resolução que fala dessa questão
3053 da própria gestão interna, dos prédios da gestão interna da administração pública. Então faz todo sentido nesse
3054 âmbito e não está falando de política pública externa.

3055
3056 **Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte**

3057
3058 Se me permite, então acabou de se descaracterizar a Educação Ambiental.

3059
3060 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

3061
3062 Acabou de caracterizar a Educação Ambiental.

3063
3064 **Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte**

3065

3066 Descaracterizar.

3067

3068 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

3069

3070 Bom, aí depende da condução da presidência. Parei de falar a respeito.

3071

3072 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**

3073

3074 A primeira coisa que deveria para facilitar os fluxos aqui, eu estou meio incomodado e estou me cansando um
3075 pouco com essa discussão por um motivo muito simples. Primeiro, quando os processos entrarem aqui é preciso
3076 saber como foram os fluxos. Depois que ela leu lá de onde veio, a discussão que foi feita, a primeira coisa que
3077 tinha que ser discutida aqui, é A3P, numa agenda 21 da administração pública e já que a gente fala em Educação
3078 Ambiental para o mundo todo, para o estado, para o município e para o país dentro, na economia do papel, na
3079 economia de luz, economia de água, nas compras governamentais, nas licitações. Por exemplo, agora mesmo lá
3080 em Fortaleza pela primeira vez, eu não sei se em outros estados foi feito, foi feito o congresso da Associação
3081 Brasileira do Ministério Público, e eles calcularam o déficit ambiental. Calcularam o GEE do evento todo. Foi um
3082 evento grande e fizeram um plantio de árvores relativo a isso. Quer dizer, esse é no aspecto voltado para a
3083 administração pública. Voltado por exemplo para o desperdício de água, vou citar o IBAMA, por exemplo, em se
3084 usar copo descartável e você está dentro das nossas instituições com a quantidade de papel, a energia e a água
3085 voltada para dentro. Por isso que cabe, isso aqui é uma experiência que eu estou começando agora, mas os
3086 fluxos da entrada dos processos têm que ser logo esclarecidos, porque se a gente tivesse começado isso aqui
3087 sabendo que era a A3P, nivelando todo mundo, sinceramente isso aqui é consenso. Isso aqui é um texto
3088 consensual. Uma coisa ou outra eu acho que algumas colocações que ele fez são muito pertinentes, mas outras
3089 são, desculpe, um certo desconhecido do que significa a A3P. A A3P é um olhar restrito específico da
3090 responsabilidade do ente administrativo Federal, Estadual e Municipal, e por isso que eu perguntei, eu estou
3091 vendo que é Federal, Distrital, Municipal e Estadual voltado para si, voltado para a Administração interna e por
3092 isso que a A3P é uma Agenda 21 da administração pública. Qual é o nosso déficit em relação ao nosso
3093 compromisso.

3094

3095 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

3096

3097 Vamos fazer um encaminhamento então? Tinha sido falado então que ia ser feita uma leitura da A3P pela Rachel
3098 e em cima disso passaríamos até uma consideração e seria em outro momento e não agora.

3099

3100 **Marcos Vieira – Governo do Estado do Ceará**

3101

3102 Eu teria uma proposta de encaminhamento. Vamos fazer uma leitura do documento como um todo, e depois a
3103 gente vai tomando a coisa. Eu sinceramente já li esse documento aqui e tenho pouquíssima coisa a acrescentar
3104 aqui. Para mim é uma questão principal, vamos dizer assim, é aquela coisa de você está querendo limpar o
3105 mundo e esquece de limpar o quintal da casa? Mais ou menos isso. Só continuo achando que já que existe a
3106 A3P, eu não sei até que ponto isso acrescenta, mas tudo bem. Faz a leitura toda e se ele tiver alguma coisa a
3107 acrescentar ele acrescentaria depois da leitura final. .

3108

3109 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

3110

3111 Vamos fazer a leitura porque senão vamos ficar parados nesse item e pode retomar ele no final.

3112

3113 **Keilah Diniz - Ministério da Cultura**

3114

3115 É só uma questão ainda daquele item lá que pela redação ali, eu acho que aquele “inclusive” não caberia.
3116 Melhoria contínua do desempenho ambiental com inserção. Eu perguntaria se a gente não pode simplificar da
3117 Educação Ambiental ao invés da dimensão educadora ambiental. Não fica mais objetivo e direto, não? Com
3118 inserção da Educação Ambiental nas suas operações, procedimentos e ações.

3119

3120 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**

3121

3122 Eu lamento, eu também estou ficando incomodada como o Marcos, e estou me sentindo mal também de estar
3123 mexendo tanto num texto que já foi consolidado. Eu acho que já existe uma dúvida quanto. São duas questões.
3124 A dúvida com relação à integração com a A3P e a dúvida que foi levantada pelo Eder da pertinência da gente
3125 estar trabalhando isso aqui como um todo. Eu gostaria de encaminhar que essa recomendação fosse
3126 encaminhada novamente para a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável que é a origem, porque se nós
3127 estamos patinando aqui e estamos alterando o texto... eu acho que esse texto tem que ser adequado. Como é que
3128 vocês vão fazer?

3129

3130 **Keilah Diniz - Ministério da Cultura**

3131

3132 Nós não estamos discutindo o texto? Então é passível de alteração. Agora eu acho o seguinte. Que não dá, tem
3133 certos momentos que a gente tem que parar, votar e decidir. Porque senão a gente vai ficar realmente patinando
3134 e se não há consenso a gente apela para a maioria.

3135

3136 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

3137

3138 Então vamos ler e tocar então.

3139

3140 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

3141

3142 Dois. Que os governos procurem: A) Identificar oportunidades de melhoria ambiental estabelecendo metas e
3143 prazos para a otimização do uso de energia, água e materiais de expediente utilizados no dia-a-dia das suas
3144 atividades, em particular por meio de ações de redução, reutilização, reciclagem ou recuperação/reforma.
3145 Alguma emenda ou comentário? Encorajar o uso eficiente e a conservação dos recursos naturais em minimizar a
3146 geração de resíduos em design na construção em reformas e no descomissionamento dos prédios
3147 governamentais e em suas instalações de apoio.

3148

3149 **Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte**

3150

3151 Destaque. Com todo respeito, o verbo encorajar, eu identifico como subjetivo para essa proposta de
3152 recomendação.

3153

3154 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

3155

3156 Você recomenda o quê? Qual verbo?

3157

3158 **Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte**

3159

3160 Promover.

3161

3162 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

3163

3164 Então fica o verbo promover.

3165

3166 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

3167

3168 C. Estudar, estabelecer e implementar políticas de aquisição de bens e a contratação de serviços ambientalmente
3169 saudáveis para uso dos governos.

3170

3171 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**

3172

3173 Só uma questão de ordem. Veja a importância da A3P se ela for, vamos dizer assim, realmente colocada em
3174 prática. Quando você chega numa prefeitura e eu acredito que seja a maioria das prefeituras no Brasil, elas são
3175 as principais fontes de recurso do pequeno município e eu diria até de um médio município. Então, só em você
3176 promover ou encorajar ou estimular que essas compras governamentais elas tenham um parâmetro
3177 ambientalmente sustentável, só isso já seria um impacto muito interessante do ponto de vista ambiental. Com
3178 relação à madeira nas carteiras escolares, com relação à merenda escolar, com relação às compras
3179 governamentais. Então esse pequeno parágrafo aqui já fala da grande importância da A3P no tocante à essa
3180 sensibilização, e pelo menos essa mudança de atitude em relação por exemplo às compras e objetos e serviços
3181 que o ente governamental adquire. Estão votando pelo verbo encorajar. (risos) obrigado.

3182

3183 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

3184

3185 Então alguma sugestão aqui de alteração na C ou pode partir para a D? Então vamos para a D.

3186

3187 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

3188

3189 Adotar princípios de gestão ambiental e em particular abordagens semelhantes aos sistemas de gestão ambiental
3190 em cada estágio e desenvolvimento e das operações ocorridas em prédios próprios ou nos ocupados pelos
3191 órgãos de governo.

3192

3193 **Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte**

3194
3195 Destaque. Adotar princípios de gestão ambiental. É específico? Esses princípios existem ou são princípios que a
3196 gente precisa fazer nesse documento?
3197
3198 **Maria Cristina Vieira – Governo do Estado da Bahia**
3199
3200 Existem, na lei e tudo.
3201
3202 **Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte**
3203
3204 Será que não seria mais claro que citássemos?
3205
3206 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**
3207
3208 Não precisa. Já não estão nos considerando, todos os princípios trazem todos os motivos. Se não trouxer, é
3209 importante. A Agenda 21 brasileira, etc.
3210
3211 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**
3212
3213 Tem fundamento. No considerando tem a Agenda 21.
3214
3215 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**
3216
3217 Podia colocar a lei que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental.
3218 Aí vai no considerando.
3219
3220 **Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte**
3221
3222 Existem princípios da Política Nacional do Meio Ambiente. Eu acho que seria.
3223
3224 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**
3225
3226 A Política Nacional de Meio Ambiente é a Política Nacional de Educação Ambiental. Podia colocar as duas aí.
3227
3228 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**
3229
3230 No considerando, considerando os princípios desse e numera todos e aí quando fala em princípio, já sabe que são
3231 esses.
3232
3233 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**
3234
3235 Eu vou aproveitar a colocação do Eder e acrescentar a gestão e Educação Ambiental porque gestão...
3236
3237 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**
3238
3239 Política Nacional de Meio Ambiente e Política Nacional de Educação Ambiental no primeiro parágrafo.
3240
3241 **Fátima de Lourdes Paladino Franca - MPS.**
3242
3243 O verbo encorajar foi trocado para promoção, não é? No caso, tentando justificar, os verbos pedagógicos e os
3244 verbos administrativos. Eu acho que não procede Educação Ambiental, tem que pensar no encorajamento, na
3245 sensibilização, conscientização, promoção eu acho que é um verbo administrativo.
3246
3247 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**
3248
3249 Qual é sua sugestão? .
3250
3251 **Fátima de Lourdes Paladino Franca - MPS**
3252
3253 Se não forem contra. Eu acho que encorajamento deduz- se um processo educativo. A promoção deduz-se um
3254 processo administrativo. Promoção do uso eficiente de conservação de recursos naturais. O encorajamento é o
3255 ator, vou envolver o ator do processo, não é?
3256
3257 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

3258
3259
3260
3261
3262
3263
3264
3265
3266
3267
3268
3269
3270
3271
3272
3273
3274
3275
3276
3277
3278
3279
3280
3281
3282
3283
3284
3285
3286
3287
3288
3289
3290
3291
3292
3293
3294
3295
3296
3297
3298
3299
3300
3301
3302
3303
3304
3305
3306
3307
3308
3309
3310
3311
3312
3313
3314
3315
3316
3317
3318
3319
3320
3321

Vocês querem deixar encorajar?

Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte

Diante da riqueza do argumento, eu me rendo.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Então vamos voltar a encorajar e cancela promover.

Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará

No D eu tinha feito uma proposta e não sei se fui compreendido. Era adotar princípios de gestão e Educação ambientais. Já foi acrescentado?

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Foi proposto colocar logo no começo e elencar todos.

Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará

Os princípios, mas aqui adotar da gestão e Educação ambientais já que vamos colocar também a PNEA.

Viviane Vazzi Pedro - MEC

Seria assim, vou falar a idéia geral para construirmos juntos. A necessidade de garantir a observância aos princípios da Política Nacional de Educação Ambiental aí estabelecida pela lei x, aliás, antes dela e da Política Nacional de Meio Ambiente. Vamos lá. Considerando a necessidade de garantir a observância da PNEA, no âmbito da administração pública, dos princípios da Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecida pela lei número 6938/81; e da Política Nacional de Educação Ambiental estabelecida pela lei número 9795/99. Aí eu colocaria. Como instrumento de apoio e eficácia às políticas públicas e ações relacionadas à gestão ambiental. Mas eu não sei se precisa.

Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará

Eu acho que não tem necessidade.

Viviane Vazzi Pedro - MEC

Não precisa então. É isso mesmo.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Olha, nós temos ainda uma pauta extensa e ainda dentro desse item bastante coisa e nós temos até cinco e meia, porque o pessoal precisa levar os registros.

Viviane Vazzi Pedro - MEC

E tem a questão, precisa ver como vai ficar a condução dos próximos trabalhos. Tem essa questão da própria câmara para ver.

Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará

Também tenho os informes que eu gostaria de dar. Não chegamos aos informes ainda.

Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE

Como vamos fazer? Vai suspender a análise disso?

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Ainda temos um caminho para andar nessa análise.

3322
3323
3324
3325
3326
3327
3328
3329
3330
3331
3332
3333
3334
3335
3336
3337
3338
3339
3340
3341
3342
3343
3344
3345
3346
3347
3348
3349
3350
3351
3352
3353
3354
3355
3356
3357
3358
3359
3360
3361
3362
3363
3364
3365
3366
3367
3368
3369
3370
3371
3372
3373
3374
3375
3376
3377
3378
3379
3380
3381
3382
3383
3384

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Nós temos quinze minutos, pessoal. A gente não termina hoje com certeza. Eu acho que foi ótimo esse exercício para a gente perceber as inter fases com a A3P, ir para casa, preparar o trabalho de casa, analisar, mandar as contribuições que assim que chegarem eu disponibilizo e um começa a perceber as contribuições do outro, a filosofia que o outro está apresentando ...

Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará

Porque é uma lista completa de e-mail, né? Quando eu mando para um eu estou mandando para todos.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Eu não fiz esse link ainda. É outro assunto que nós vamos criar o grupo de trabalho. Eu já conversei com o pessoal da informática, é possível sim, e nós não discutimos isso ainda.

Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará

Senhor Presidente, só um pouquinho, vamos ser mais sintéticos. Grupo de discussão é bom, a gente participa de vários e tal. Eu estava conversando aqui com a Viviane. Vamos criar uma lista completa só. Por exemplo, se eu tenho uma lista completa, esse pessoal aqui é da Câmara Técnica de Educação Ambiental, então na hora que eu estou mandando para a Cleide, eu estou mandando para todo mundo. Então isso é uma forma mais simples, mais objetiva e sintética da gente saber quais foram as contribuições e de repente até de dialogar. Mas na hora que eu estou dialogando com a Cleide eu estou dialogando com a Ana, com a Viviane, com Eder e todos. Então é mais simples. O grupo de discussão depois lá na frente se a gente sentir a necessidade, vai ser mais um, a gente sabe que são muitos, mas nesse momento você mandar um e-mail para mim, todos vão saber e vice-versa, já facilita.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Vai ser criada então uma lista de e-mail.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

OK, então a sugestão é acatada.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

A lista vai ser só dos participantes. A gente vai enviar para os suplentes. Vamos deixar claro. Nós vamos deixar para o titular, para os suplentes e representantes. Os convidados que tem vindo também entrarão na lista? É a pergunta que eu faço.

Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará

Eu particularmente acho que sim. A Rachel, eu acredito que sim. Seria uma forma até dos oficiais saberem o que está sendo discutido e uma forma da gente interagir.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

OK. Então decidido.

Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará

Vou colocar, por exemplo, as fotografias.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

O que sobrou da pauta? Então isso aqui a gente fica para terminar com as contribuições. E terminar a discussão na próxima reunião trazendo a Patrícia para fazer uma apresentação e com isso a gente fecha o entendimento da A3P, e a gente encerra de forma bastante ágil na próxima. E a gente já vai trazer também escanear porque já facilita bastante.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

3385 Bom, então assim sendo, temos mais cinco itens e os informes e o encerramento. Como vocês querem proceder?
3386 Dando continuidade normal? Então seria o item 3.7. O processo 02000. 003134/2005-21. Proposta de
3387 recomendação para o CEA- Centro de Educação Ambiental. O item 3.8, processo número 02000. 001992/2006-
3388 11. Proposta de inserção do conteúdo bacias hidrográficas locais na grade curricular do ensino fundamental
3389 brasileiro. O item 3.10. Proposta de Resolução para criação do Cadastro Nacional de Coletivos Educadores.

3390
3391 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

3392
3393 Viviane tem um comentário a fazer.

3394
3395 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

3396
3397 Um informe rápido sobre os coletivos educadores. Já tinha até passado pelo jurídico a minuta dessa Resolução,
3398 só que as pessoas do MMA que estão coordenando esse processo estão verificando que tem alguns pontos que
3399 podem engessar o trabalho dos coletivos e estão revendo com os próprios coletivos e eles pediram para retirar da
3400 pauta nesse momento. Então vão rediscutir para depois reencaminhar novamente. Então o pedido é que se retire
3401 da pauta.

3402
3403 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

3404
3405 Retirado da pauta o item 3.9. Depois ele volta para a pauta novamente. O item 3.10. Estratégias de participação
3406 da Terceira Conferência Nacional de Meio Ambiente. E o item 3.11. Proposição do Grupo de Trabalho Sistemas
3407 de Ensino da CTEM/CNRH. Isso já foi apreciado.

3408
3409 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

3410
3411 Que é essa coisa de inserção do sistema de ensino dos comitês de bacia? É a mesma coisa da CTEM?

3412
3413 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

3414
3415 Não, a CTEM estava na reunião e talvez tenha também participado dessa discussão, mas é uma proposta que
3416 está vindo para esta Câmara Técnica e é uma proposta que deve ser encaminhada, eu acho, já que é para o MEC
3417 que se encaminha de forma conjunta. Eu não vejo como separar.

3418
3419 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

3420
3421 E você está falando exatamente de associar essa proposta a essa que a gente viu.

3422
3423 **Maria Cristina Vieira - Governo do Estado da Bahia**

3424
3425 Eu acho que já está inserida porque o que ela falou já está inserido. Essa proposta já está prevista aqui, não é
3426 isso?

3427
3428 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

3429 Não, ela levantou que existe a interface. Qual vai ser a interface, o que nós vamos propor.

3430
3431 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

3432
3433 Não foi discutido.

3434
3435 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**

3436
3437 Senhor Presidente, sou Marcos do Ceará. No ponto de pauta 3.10. As estratégias de participação da Terceira
3438 Conferência Nacional, 3.10 é importantíssimo, não vai dar para a gente discutir. Mas as notícias que a gente tem
3439 até porque o Ministério do Meio Ambiente teve um início muito conturbado nesse processo da Conferência
3440 Nacional de Meio Ambiente. Inclusive prejudicando muitos estados no andamento disso como um todo. Agora, eu
3441 gostaria de dizer que as informações que nós temos, é que a Educação Ambiental vai ser um dos eixos temáticos
3442 lá. Nesse momento estão sendo construídos os textos de apoio, está certo? Educação Ambiental e Mudanças
3443 Climáticas. Então nesse sentido eu sei que isso aqui já é um informe. Eu trago a tese da professora Zulmira
3444 Bonfim, e eu queria que constasse em ata na Câmara Técnica, ela dirige um laboratório chamado Locus da
3445 Federal do Ceará que ela desenvolveu uma metodologia dos mapas afetivos, há uma inserção muito grande na
3446 questão urbana, mas é uma metodologia que eu acredito que depois nós poderíamos até amadurecermos e até
3447 trazer a professora aqui para explicar e trabalhar um pouquinho essa tese com a gente. E também o trabalho da
3448 professora Michele Sato que trabalha num âmbito para nos ajudar nesses textos de apoio em relação da

3449 Educação Ambiental e as Mudanças Climáticas que vão ser discutidas no Fórum da Conferência Nacional de Meio
3450 Ambiente. Então, a proposta que eu faço é desses dois nomes, e eu teria um terceiro nome que eu não sei da
3451 disponibilidade, que é um professor que também é fruto da tese dele um trabalho ainda inédito, agora foi publicado
3452 que é a dissertação de mestrado dele e ele fala do tao ecocêntrico que é uma busca de uma praxes ecológica.
3453 Então esses três nomes poderiam nos ajudar. Dois são do Ceará e outro do Mato Grosso. O professor João
3454 Batista Figueiredo. O nome não é muito... e a professora Michele Sato já é conhecida e a professora Zulmira
3455 Bonfim. Na ordem de prioridade, Zulmira Bonfim, Michele Sato e o professor Figueiredo.

3456
3457 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

3458
3459 E essa proposta então é que conste em ata?

3460
3461 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**

3462
3463 É que conste em ata esses três nomes no sentido de nos ajudar a subsidiar a conferência nacional no que tange à
3464 Educação Ambiental porque nós vamos precisar de um texto para propor a comissão organizadora nacional, já
3465 que a Educação Ambiental, senhor Presidente, faz parte, é um dos eixos da conferência nacional, a Câmara
3466 Técnica eu acho que tem até obrigação de propor. Mas não só, vamos dizer assim, impressões, mas um texto
3467 subsidiado, aprofundado da relação Educação Ambiental e Mudanças Climáticas.

3468
3469 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

3470
3471 Eu gostaria de saber se você vai subsidiar esses escritos para a secretaria para disponibilizar para os
3472 Conselheiros.

3473
3474 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**

3475
3476 Eu vou passar para os Conselheiros.

3477
3478 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

3479
3480 Porque parece que é um conteúdo bastante grande, não é?

3481
3482 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**

3483
3484 É, a tese é grande. Eu vou pedir primeiro autorização dela. Porque na verdade eu estou fazendo autorização
3485 dessa proposta aqui e nem a consultei. Mas eu vou pedir autorização, ela tem esse material que pode ser
3486 disponibilizado, esse material é inédito ainda, mas eu vou pedir para que se disponibilize para os Conselheiros.

3487
3488 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

3489
3490 Poderia ser encaminhado para a secretaria e ela pode disponibilizar quem pedir.

3491
3492 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**

3493
3494 Existe, eu posso passar por e-mail, está em PDF. Agora já não é novidade. O CNPq já exige que todas as teses
3495 e dissertações sejam disponibilizadas. Mas só por uma questão ética, eu não pedi autorização. Eu disponibilizo
3496 para a nossa lista de e-mails os trabalhos.

3497
3498 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

3499
3500 Muito obrigado. Bom, então partimos para os informes.

3501
3502 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

3503
3504 Eu gostaria de ouvir um pouco a Viviane e a Ana, a Ana que propôs esse tema para a gente ter um apanhado do
3505 que se pretende discutir aqui, se nós vamos estabelecer nossas estratégias e Viviane como foi o trabalho, em
3506 poucas linhas o trabalho na segunda conferência que essa Câmara Técnica, eu não estava e na conferência estou
3507 chegando também há um ano e pouco aqui.

3508
3509 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

3510
3511 Eu também não estava, esse é o problema. Eu cheguei bem no finalzinho. Eu não sei, posso falar um pouco do
3512 que vai ser levado em termos de Educação Ambiental para a conferência. O Órgão Gestor da Política Nacional de

3513 Educação Ambiental está pensando em discutir participativamente com os estados e abrir para uma consulta
3514 pública a proposta de um Sistema Nacional de Educação Ambiental. É um sistema que possa tornar mais
3515 orgânicas as relações entre os entes que realizam a Educação Ambiental que possa delimitar responsabilidades e
3516 possa incluir também instâncias que realizem Educação Ambiental no país como coletivos educadores e outros
3517 que não conseguem um espaço e visibilidade em termos de gestão política e administrativa no âmbito do
3518 SISNAMA que é o Sistema Nacional de Meio Ambiente e que também não conseguem atualmente dialogar com o
3519 Sistema Nacional de Educação. Então seria um sistema, a proposta de um Sistema Nacional de Educação
3520 Ambiental que tenha uma interface com esses dois sistemas de Educação e Meio Ambiente. E essa vai ser a
3521 proposta que vai ser levada para essa Terceira Conferência Nacional. O que se espera é que essa conferência
3522 pense como o sistema pode ser um dos meios de fortalecer, de potencializar as ações de gestão e de formação
3523 para o enfrentamento das mudanças climáticas e então é com esse enfoque que está indo para a consulta
3524 pública. Ainda não tem um texto, esse texto está sendo pensado junto. Aliás, eu acho que é amanhã que vai ter
3525 uma reunião com o Ministério do Meio Ambiente para de fato delimitar como é que vai ser a nossa atuação, e eu
3526 acho que é a partir daí que a gente vai ter mais clareza de como trazer isso para essa Câmara Técnica.

3527
3528 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**
3529

3530 Bom, então Viviane suas considerações estão dentro do item 3.10.

3531
3532 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**
3533

3534 Só uma questão de ordem. Nós já sabemos qual é o tema. Porque até então, até um tempo atrás o Ministério
3535 não tinha nenhuma definição do tema geral e hoje já tem. Então já que a Educação Ambiental entrou como um
3536 dos eixos, parece que são seis eixos que eles vão trabalhar, então nós já sabemos que será Educação Ambiental
3537 e Mudanças Climáticas. Então eu acredito que nós já possamos, nós no Ceará estamos fazendo isso, já
3538 possamos ir desenvolvendo quais são as questões teóricas, práticas nessa questão para que a gente traga para a
3539 Câmara Técnica. Num determinado momento nós vamos ter que nos envolver diretamente nessa conferência. É
3540 claro, com um foco total, mas vinculando a questão da Educação Ambiental.

3541
3542 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**
3543

3544 Viviane do MEC. Como a gente está pensando em envolver o comitê assessor a gente pode também envolver
3545 essa Câmara Técnica nessas reuniões, especialmente no preparativo. Antes de trazer para cá em setembro
3546 convocar a presidência dessa Câmara para discutir, para estar junto nessa negociação. Pode ser um
3547 encaminhamento, para depois trazer qual é o detalhamento e fechar junto às estratégias conjuntamente.

3548
3549 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**
3550

3551 O Presidente do comitê assessor?

3552
3553 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**
3554

3555 Lá não tem presidência. Pensar em levar à presidência dessa Câmara Técnica, se for o caso para chamar para
3556 essa reunião que vai ser feita para discutir. É uma proposta prévia que depois vai ser debatida claro com o
3557 Comitê Assessor, com todos os membros e com toda a Câmara Técnica aqui, mas é só definir com quem vai ser
3558 nossa interlocução nesse momento.

3559
3560 **Ana Von Behr - OCA BRASIL - ONGs CENTRO-OESTE**
3561

3562 Já que a gente tem o Governo do Ceará como titular representante dessa Câmara Técnica no comitê, eu sugiro
3563 que o representante do Ceará acompanhe a reunião que vai ser realizada no Ministério do Meio Ambiente em
3564 conjunto com a Viviane, porque assim pode trazer as informações.

3565
3566 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**
3567

3568 Eu só estou fazendo uma sugestão. Primeiro, não vou ser eu que vou estar nessa reunião, e depois que vai ser
3569 entre os dirigentes e não sei se já é o momento de convidá-lo e com certeza vai ter o envolvimento do comitê
3570 assessor. Eu acho que é uma ótima sugestão de fazer essa interface.

3571
3572 **Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará**
3573

3574 Senhor Presidente, Marcos do Governo do Ceará. Eu preparei um informe bem mais detalhado, mas em virtude
3575 do tempo, já acabou o nosso tempo na verdade. Mas eu também não posso deixar de constar em ata a
3576 participação enquanto representante dessa Câmara Técnica de Educação Ambiental no encontro de Salvador

3577 onde nós participamos de um encontro que na verdade foi mais um encontro do Comitê Assessor do Órgão Gestor
3578 da Política Nacional de Educação Ambiental muito mais preparatório de como seria nossa inserção no Encontro
3579 Nacional De Gestores. Foi mais ou menos isso. A nossa participação se deu também em todos os momentos de
3580 discussão tanto do encontro de gestores como também da discussão da Educação Ambiental, e um aspecto muito
3581 importante que eu gostaria de louvar e deixar aqui também na transcrição foi o desdobramento do Governo baiano
3582 no acolhimento a todos e a todas. Realmente foi uma coisa a se destacar. Outro aspecto também é que nós
3583 sentíamos dentro do comitê assessor mais ou menos a mesma, vamos dizer assim, a mesma angústia que a
3584 gente sente aqui. Nós chegamos aqui e vemos que não temos condições de embarcar as demandas como um
3585 todo. Lá no Comitê Assessor, nós também temos muitas demandas e temas muitas coisas e as intercessões são
3586 muitas e lá é outro grande desafio. Eu gostaria de me aprimorar mais nessa representação. Eu gostaria de saber
3587 mais do órgão gestor, gostaria de saber mais do comitê assessor, insisto e pergunto. Por exemplo, esse material
3588 que foi colocado hoje aqui pelo pessoal dos recursos hídricos e depois pelo próprio MEC, lá o que houve na
3589 verdade foi uma comunicação do Secretário de Educação que faz parte do Conselho Nacional de Educação e que
3590 realmente houve essa discussão. Uma discussão ampassã. Ao mesmo tempo nós temos uma articulação para
3591 levarmos para os estados. Nós temos lá a nossa representante a Hosana, que vai fazer essa discussão, nós
3592 vamos fazer o encontro só para discutir a questão do CISNEA que é uma coisa importantíssima. Nós vamos
3593 estrutura no Ceará a chamada “receba” e lá foi discutida também essa questão das redes e a interlocução. Em
3594 outras palavras, a comunicação é importante em todos os âmbitos. Eu fiz questão de colocar isso lá no comitê
3595 assessor: Eu vou colocar o relatório. O relatório é muito sucinto, mas é um relatório que vai tratar disso aí.
3596 Porque nós estávamos todos antecedendo um encontro nacional de gestores. Então, como era que nós do
3597 Comitê Assessor e isso foi feito e encaminhado, nos envolvíamos dentro dos vários grupos que foram formados a
3598 partir dali. Então mais ou menos isso. No momento oportuno eu vou enviar o relatório e repassar para todos.
3599

3600 **Viviane Vazzi Pedro - MEC**

3601
3602 Só divulgar a página. Todos esses documentos estão na página do Comitê Assessor que fica dentro, entra no
3603 Ministério do Meio Ambiente, Educação Ambiental e lá tem Comitê Assessor e explica toda a gestão. Agora, por
3604 fim só uma questão de ordem para que a gente não perca tempo na próxima reunião. Não sei se esse é o
3605 momento, mas como é que vai ficar a presidência e a vice-presidência. A gente tem que pensar nessa questão
3606 para não perder tempo na próxima reunião.
3607

3608 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

3609
3610 Nós estamos guardando encaminhamento do Governo do Estado da Bahia que vai definir a posição da
3611 representatividade.
3612

3613 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

3614
3615 A recomendação do Nilo é que a gente aguarde essa definição, a decisão do Governo da Bahia e que nas
3616 próximas reuniões, se o encaminhamento não vier a indicação do suplente, se ele não puder participar, nós
3617 devemos então tentar substituir essa presidência, para que não fique um vácuo de presidência e sempre ser pela
3618 vice presidência. Mas de qualquer forma, nós vamos aguardar a decisão esperando que o Governo da Bahia
3619 equacione essa solução para que o Governo suplente possa realmente comparecer ou ser indicado um suplente
3620 para vir aqui.
3621

3622 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

3623
3624 Alguma informação a respeito do encontro nacional de colegiadas ambientais? Dentro dos informes?
3625

3626 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

3627
3628 Eu queria só dar uma notícia de que nos dias 16 a 18 de outubro vai haver o primeiro Encontro Nacional de
3629 Colegiados Ambientais. Esse encontro então vai reunir vários colegiados do Brasil e seria então de 16 a 18 de
3630 outubro. Em Cuiabá Mato Grosso. Desculpe, o evento vai ser aqui em Brasília. O de Cuiabá é outro da
3631 Amazônia, é o seminário. Fiquei em dúvida.
3632

3633 **Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE**

3634
3635 Podemos passar para o encerramento então? Cleide, vamos marcar a próxima reunião?
3636

3637 **Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA**

3638
3639 Vamos marcar uma data tentativa para a próxima reunião? Teria que ser depois da plenária. Um minutinho só.
3640

3641
3642
3643
3644
3645
3646
3647
3648
3649
3650
3651
3652
3653
3654
3655
3656
3657
3658
3659
3660
3661
3662
3663
3664
3665
3666
3667
3668
3669
3670
3671
3672
3673
3674
3675
3676
3677
3678
3679
3680
3681
3682
3683
3684
3685
3686
3687
3688
3689
3690
3691
3692
3693
3694
3695
3696
3697
3698
3699

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

A plenária do CONAMA é dezoito e dezenove. Setembro. E a próxima reunião, por ser ordinária, será em Brasília.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Vamos marcar terça-feira, dia 25 de setembro, uma data alternativa?

Viviane Vazzi Pedro - MEC

Dia 25 de setembro? Que dia é? Terça-feira.

Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte

Eu informo aos parceiros e membros que em setembro estarei de férias.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Você vai estar de férias, alguém poderia vir representando o Ministério do Esporte?

Eder Leonardo Borborema - Ministério do Esporte

Eu vou consultar.

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Para não ficar com falta. Vocês sabem que três faltas seguidas ou quatro alternadas no ano, o setor perde representatividade na Câmara Técnica.

Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará

Por favor, só uma questão. Eu fiz uma proposta em relação a esses nomes, dentre eles a professora Zulmira Bonfim. Como é que a Câmara Técnica vê? É uma consulta. Existe a possibilidade da gente chamar técnicos e especialistas para dentro da Câmara Técnica?

Cleidemar Batista Valério - CONAMA/MMA

Sim, existe sim. Ela é aberta ao público e o Conselheiro passa a palavra a esses representantes, um Conselheiro da Câmara Técnica e ele faz sua apresentação e defesa de suas idéias e etc.

Marcos Vieira - Governo do Estado do Ceará

Eu queria propor dois pontos de pauta para a próxima reunião. Um é sobre o Comitê Assessor do Órgão Gestor. Eu gostaria de trazer aqui uma apresentação em slides do que é o Comitê Assessor do Órgão Gestor da PNEA, e como será minha participação e como vai se efetivar. Eu preciso saber e sei que essas coisas não são de imediato que precisa chegar e se informar. Quero deixar bem claro o que é o comitê assessor e o órgão gestor da PNEA, porque esse nome é super grande, qual é o meu papel e o que eu vou fazer de fato para que eu possa ser monitorado, acompanhado ou substituído dependendo das condições. E a outra proposta de pauta era trazer a professora Zulmira Bonfim para uma exposição da metodologia dos mapas afetivos, que na minha opinião pode contribuir muito com a ampliação do nosso Conselho. Se não for para a próxima, para a outra. A gente vê a melhor possibilidade.

Paulo Klinkert Maluhy - OCA BRASIL-ONGs CENTRO-OESTE

Está considerada então suas sugestões. Podemos encerrar? Então, eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui podendo presidir essa seção, que eu tenha conseguido fazer isso com toda a qualificação possível, e queria agradecer também a Cleide pela assessoria e a presença de todos vocês que para mim é muito agradável estar com todos. Obrigado (palmas).